

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA CG nº 02/2015**

**PROCESSO SAP/GS nº 1560/2014**

**DATA DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: 18/08/2015**

**HORÁRIO: 09h30 (nove horas e trinta minutos)**

**LOCAL: Av. General Ataliba Leonel, 556, Santana – São Paulo.**

**TIPO DE LICITAÇÃO: TÉCNICA E PREÇO**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR NOTA FINAL**

**VALOR ESTIMADO: R\$ 123.255.233,09**

O ESTADO DE SÃO PAULO, através da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, por sua Chefia de Gabinete, no uso de sua competência, nos termos do inciso III, do artigo 50, do Decreto Estadual nº 46.623/2002, torna público que se acha aberta nesta Unidade, sita na Avenida General Ataliba Leonel, 556 – Santana – São Paulo – SP, a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA CG nº 02/2015, do tipo TÉCNICA E PREÇO – Processo SAP/GS nº 1560/2014, objetivando a contratação de empresa prestadora de serviços de monitoramento remoto de indivíduos submetidos a medidas cautelares, por meio de rede de telecomunicações e sistemas informatizados capazes de identificar e localizar equipamentos instalados nesses indivíduos, que serão monitorados simultaneamente em todo território nacional, de acordo com a legislação vigente e/ou em cumprimento a determinações do Judiciário, com produtos de telecomunicações homologados pela ANATEL, observadas as especificações técnicas constantes do Anexo II – PROJETO BÁSICO e Anexo IX – CONTRATO, que será regida pela Lei nº 8.666/93, pela Lei Estadual nº 6.544/89 e suas alterações.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação, acompanhados da declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, serão recebidos em sessão pública que será realizada na Sede da Secretaria da

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

Administração Penitenciária, situada na Av. General Ataliba Leonel, 556, Santana, CEP 02033-00, São Paulo/SP, iniciando-se no dia 18/08/2015, às 9h30 e será conduzida pela Comissão Julgadora de Licitação.

## **I - DO OBJETO**

1 - A presente Licitação tem por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços de monitoramento remoto de indivíduos submetidos a medidas cautelares, por meio de rede de telecomunicações e sistemas informatizados capazes de identificar e localizar equipamentos nesses indivíduos, que serão monitorados simultaneamente em todo território nacional, de acordo com a legislação vigente e/ou em cumprimento a determinações do Judiciário, com produtos de telecomunicações homologados pela ANATEL, observadas as especificações técnicas constantes do Anexo II – PROJETO BÁSICO e Anexo IX – CONTRATO, que integram este edital.

1.1– O regime de execução será o de empreitada por preço unitário.

1.2 - O valor total estimado para a contratação durante os 30 (trinta) meses de contrato é de **R\$ 123.255.233,09 (cento e vinte e três milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e três reais e nove centavos).**

## **II – DA PARTICIPAÇÃO**

1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento constantes deste edital.

2 - Os interessados do ramo pertinente ao objeto, cadastrados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP, na correspondente especialidade, poderão informar o cadastramento e apresentar apenas os documentos relacionados nos subitens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 do item VI, deste edital, que não tenham sido apresentados para o cadastramento

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

ou que, se apresentados, já estejam com os respectivos prazos de validade, na data de apresentação das propostas, vencidos.

3- Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no subitem 2 deste item II, a Comissão de Licitação, se necessário, diligenciará junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP.

4- Será permitida a participação de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, observado o disposto nos artigos 1.134 a 1.141 do Código Civil/2002.

5 - Será permitida a participação de licitantes reunidas em consórcio, observado o previsto no artigo 33 da Lei federal nº 8.666/93, neste Edital e as seguintes normas:

5.1. – As empresas reunidas em consórcio deverão apresentar individualmente os documentos referidos nos subitens 1.1, 1.2, 1.3 e 1.5 do item VI deste edital, acompanhados do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, do qual conste sua composição; objeto; indicação da empresa líder, que deverá atender as condições legais e às fixadas neste Edital; as condições de pagamento ao consórcio, com expressa autorização à empresa líder para dar quitação e praticar todo e qualquer ato relativo ao contrato, em nome de todos os participantes do conglomerado; indicação da proporção de participação de cada consorciada; compromisso expresso de responsabilidade solidária das consorciadas pelos atos praticados, tanto na fase de licitação quanto na execução do ajuste; obrigação de promover, antes da eventual celebração de contrato, a constituição e registro do consórcio; duração do consórcio vinculada à vigência do contrato a ser celebrado para a execução do objeto da presente licitação.

5.2. – A empresa líder do consórcio deverá ser brasileira.

5.3. – Para efeito de qualificação técnica dos consórcios admitir-se-á a soma dos quantitativos de cada empresa consorciada.

5.4. – A garantia referida no item XVII deste edital será apresentada pelas empresas componentes do consórcio, observada a proporção da respectiva participação, facultada a prestação integral, por apenas uma das consorciadas.

5.5. – As empresas reunidas em consórcio, no número e nas condições estabelecidas no subitem 5.6. do item II do presente edital, deverão

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

apresentar individualmente os documentos referidos nos subitens 1.1, 1.2, 1.3 e 1.5 do item VI deste edital.

5.6. – Será permitida a participação de 02 (duas) empresas reunidas em consórcio, observadas as normas estabelecidas no artigo 33 da Lei federal nº 8.666/93.

5.8. – Para a participação do consórcio no certame há que ser apresentado o compromisso de constituição do consórcio.

5.9. – O consórcio vencedor deverá apresentar seu ato de constituição e o correspondente registro nos termos do compromisso referido no subitem 5.1. do item II deste edital, acompanhados dos documentos indicados no subitem 1.1. do item XV deste edital relativos a cada uma das empresas consorciadas.

6 - As microempresas e empresas de pequeno porte, assim como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei federal nº 11.488/07 deverão apresentar a documentação prevista no subitem 1.2 do item VI, para fins de comprovação de sua regularidade fiscal, ainda que seus documentos apresentem alguma restrição.

7 – Respeitado o disposto no artigo 167 do Código Civil, fica defeso a participação de pessoa jurídica para constituição de consórcio cuja a finalidade seja única e exclusiva de aportar atestados técnicos para efeito de qualificação.

8 – Não poderão participar, direta ou indiretamente, da presente licitação:

a) empresas suspensas temporariamente ou impedidas de licitar e contratar com Administração, nos termos do inciso III do artigo 87 da lei 8.666/93.

b) empresas declaradas inidôneas, nos termos do inciso IV do artigo 87 da lei 8.666/93.

c) empresa impedidas de licitar e contratar com a Administração, nos termos do artigo 7º da Lei federal nº 10.520/2002.

d) empresas que se encontrem interditadas por crimes ambientais nos termos do artigo 10 da lei 9.605/98.

e) empresa que se apresentar na licitação como subcontratada de outra empresa.

f) pessoas físicas ou jurídicas elencadas no artigo 9º da lei 8.666/93.

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

g) empresas cuja falência tenha sido decretada ou sob concordata, ou ainda, sendo pessoa física, em execução patrimonial, nos termos do inciso II do artigo 31 da lei 8.666/93.

h) empresas estrangeiras isoladamente que não funcionem no país.

9 – Todos os documentos e produtos objeto desta licitação, inclusive os relacionados no Projeto Básico deverão ser entregues em língua portuguesa.

**III - DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1 - As licitantes deverão apresentar **fora** dos envelopes nºs 1, 2 e 3, indicados no subitem 1.1 deste item III, declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo I deste Edital, bem como, **também fora** dos envelopes nºs 1, 2 e 3, **apresentar declaração de que todos os produtos ofertados para atendimento do objeto da presente licitação, constantes da Proposta Técnica, possuem certificado (s) de homologação emitido(s) pela ANATEL, válido(s).**

1.1 - A proposta técnica, proposta comercial e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 03 (três) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

**Envelope nº 1 - Proposta Técnica**

**CONCORRÊNCIA CG nº 02/2015**

**Processo SAP/GS nº 1560/2014**

**Razão Social da Licitante**

**CNPJ**

**Envelope nº 2 – Proposta Comercial**

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

**CONCORRÊNCIA CG nº 02/2015**

**Processo SAP/GS nº 1560/2014**

**Razão Social da Licitante**

**CNPJ**

**Envelope nº 3 – Documentos de Habilitação**

**CONCORRÊNCIA CG nº 02/2015**

**Processo SAP/GS nº 1560/2014**

**Razão Social da Licitante**

**CNPJ**

1.2 - As propostas – técnica e comercial - deverão ser elaboradas em papel timbrado da empresa e redigidas em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e serem datadas e assinadas pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se cópia do instrumento de procuração.

1.3 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pela Comissão de Licitação.

1.4 – Toda documentação estrangeira deverá ser traduzida para o português, por meio de tradutor juramentado, bem como obedecer ao disposto na Lei 6.015/73 e Manual de Serviço Consular e Jurídico, Tomo I, Capítulo 4º - Atos Notariais e de Registro Civil, para que produzam efeitos em território nacional.

1.5 – As microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas deverão apresentar **fora** dos Envelopes nº 1, 2 e 3, declaração conforme modelo do Anexo XI deste Edital.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

#### **IV – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE nº 01 – PROPOSTA TÉCNICA**

1 - A licitante que tenha atendido as condições de participação, deverá apresentar na forma estabelecida no subitem 1.1 do item III o Envelope nº 01, fechado de forma indevassável, contendo os seguintes documentos emitidos preferencialmente em papel timbrado, em via original ou em cópia autenticada com o devido selo de autenticidade, ou cópia, apresentando-se neste caso o respectivo original, que poderá estar dentro do envelope ou em separado, para conferência e autenticação pela Comissão de Licitação, para fins de análise e julgamento da proposta técnica:

1.1. - Proposta Técnica, que deverá ser elaborada conforme modelo constante do Anexo V deste edital, identificada com nome ou razão social da licitante, em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com rubrica em todas as folhas e assinada na última página por representante legal.

1.2 - A Proposta Técnica deverá conter todos os documentos comprobatórios solicitados e descritos nos subitens 1.4 à 1.10.1.2 do item VIII deste Edital, caso a licitante pretenda obter as pontuações ali mencionadas, bem como os documentos solicitados no corpo do Projeto Básico, e ainda aqueles previstos no item 4 também do Projeto Básico.

1.3 - No caso de consórcio as empresas que o compõem deverão apresentar **uma única** Proposta Técnica a ser avaliada e pontuada, contendo somatório do material de todas elas, indistintamente, sendo certo que no conjunto deverão ser respeitadas as quantidades exigidas no Edital.

#### **V – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL**

1 - A proposta comercial deverá conter os seguintes elementos:

- a) nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual/municipal
- b) número do processo e desta Concorrência.
- c) descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do Anexo II deste Edital.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

d) A proposta de preço deverá ser acompanhada de planilha conforme modelo do Anexo III, preenchida em todos os itens, com seus respectivos preços unitários e global, assinada pelo representante legal do (a) licitante.

e) Com relação à cooperativa de trabalho, caso fique caracterizado o disposto no §º 1º, do artigo 1º, do Decreto Estadual 55.938/2010 com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Estadual nº 57.159, de 21 de junho de 2011, tal fato acarretará na imediata rescisão do contrato administrativo, nos termos do artigo 1º, §º 2º, n. 3, do referido decreto.

f) prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 120 (cento e vinte dias) dias.

2 - os preços das propostas deverão ser expressos em moeda corrente nacional apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

3 - É vedada qualquer indexação de preços por índice gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.

4 - A licitante deverá declarar em sua proposta, que no valor apresentado estão englobadas todas as despesas, inclusive todos os tributos, contribuições fiscais ou parafiscais, fretes, mão de obra e seguros incidentes, direta ou indiretamente, no valor do serviço cotado, objeto desta licitação.

5 - A proposta comercial deverá ser orçada em valores vigentes à data de sua apresentação, que será considerada a data de referência de preços.

6 - Na hipótese de divergência entre os valores expressos em número e os valores por extenso, prevalecerão, para efeito de classificação, os valores por extenso.

6.1. - A oferta deverá ser clara e precisa, limitada rigorosamente ao objeto da licitação, sem conter alternativas de preço ou quaisquer outras condições que induzam o julgamento a apresentar mais de um resultado.

6.2. - Os preços cotados deverão ser referidos à data prevista para o recebimento das propostas, considerando-se a condição de pagamento à vista nas etapas previstas, não devendo, portanto, ser computado qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.



**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

**VI – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE nº 03 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

**1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa.
- c) Documento de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas.
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades não empresária, de prova da diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- f) Em se tratando de cooperativas, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
  - f.1) Registro da sociedade cooperativa perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei federal nº 5.764/1971.
  - f.2) Indicação pela sociedade cooperativa de gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante o contratante.
- g) As empresas reunidas em consórcio deverão apresentar individualmente os documentos referidos nas alíneas "a" até "e", do subitem "1.1.", item VI, deste Edital, acompanhados do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelas consorciadas, no qual conste sua composição; objeto; indicação da empresa líder; indicação da proporção da participação de cada consorciada; as condições de pagamento ao consórcio, com expressa autorização à empresa líder para dar quitação e praticar todo e qualquer ato relativo ao contrato, em nome de todos os participantes do conglomerado; compromisso expresso de responsabilidade solidária dos consorciados pelos

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

atos praticados, tanto na fase de licitação como na de execução do ajuste, duração do consórcio vinculada à vigência do contrato a ser celebrado para a execução do objeto da presente licitação; a obrigação de promover, antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, tudo consoante artigo 33 da Lei federal 8.666/93.

g.1) No caso de consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no inciso II do artigo 33 da Lei federal nº 8.666/93, competindo à empresa líder representar o consórcio em todos os atos e termos relativos à licitação e à execução do contrato dela decorrente.

**1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

c) Certidão de regularidade de débito (negativa ou positiva com efeito de negativa) com as Fazendas Estadual e Municipal, da sede ou do domicílio da licitante, expedida pelo órgão competente.

d) Certidão de regularidade de débito (negativa ou positiva com efeito de negativa) para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

e) Certidão Conjunta Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de Débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União.

f) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa quanto à regularidade perante a Justiça do Trabalho, de acordo com a Lei federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, publicada no Diário oficial da União de 8 de julho de 2011.

**1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

a) Certidão negativa de falência ou concordata e recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, mencionando expressamente, em cada balanço, o número do livro Diário e das folhas em que se encontra transcrito e o número do registro do livro na Junta Comercial, de modo a comprovar a boa situação financeira da empresa vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social devidamente publicados na imprensa oficial, tratando-se de sociedades empresárias.

#### 1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.4.1 - A comprovação da qualificação técnica, consoante artigo 30 da Lei 8.666/93, será aferida, considerando a natureza do serviço, **por meio de atestado(s), bem como declaração indicando instalações, aparelhamento e pessoal técnico capacitado de molde a atingir o objeto da presente licitação.**

1.4.2 – **O(s) atestado(s)** deverão ser fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) experiência na execução de serviços compatíveis com o monitoramento eletrônico, devendo as proponentes considerarem as seguintes **parcelas de maior relevância:**

#### **1.4.3 – Monitoramento:**

**1.4.3.1** - Comprove(m) experiência, por meio de Atestados nos termos do subitem 1.4.2, item VI deste Edital, na prestação de serviços de monitoramento remoto, georeferenciado, de no mínimo 5% (cinco por cento) da quantidade total de monitoramentos a serem atingidos na presente licitação, ou seja, 350 (trezentos e cinquenta) componentes, com mobilidade, por meio de um único sistema com coleta de dados, armazenamento e atualização de informações, independente de qual solução foi utilizada, mas que, atenda ao objeto da licitação.

1.4.3.2 - A empresa ou consórcio poderá comprovar o requisito acima por meio de 01 (um) atestado ou pelo somatório de atestados, observada a regra do subitem 5.3, do item II, deste Edital.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

**1.4.4 - Instalação e Operação:**

**1.4.4.1** - Comprove(m) experiência, por meio de Atestados nos termos do subitem 1.4.2, item VI deste Edital, na instalação ou operação de um servidor para monitoramento, com coleta de dados armazenados, atualização de informações, equivalente ao que será utilizado pela empresa na solução proposta, com:

- mesmo sistema operacional ou equivalente;
- mesmo fabricante de hardware ou equivalente;
- mesma arquitetura e família de hardware ou equivalente;
- pelo menos 50 (cinqüenta) estações de trabalho ativas ou 50 acessos simultâneos via WEB nos períodos de pico;
- tempo de resposta médio, no pico, de menos de 10 segundos;
- um “*up time*” de no mínimo 95%;
- memória RAM e memória em disco não inferior à metade de (0,5X) da configuração estabelecida para a prestação de serviços à Secretaria da Administração Penitenciária;
- gerenciador de banco de dados relacional universal com sintaxe de acesso SQL, que suporte sistemas transacionais de missão crítica para o negócio da empresa;
- sistemas de interface gráfica, com uso de estações de trabalho conectadas ao servidor.

**1.4.5 - Gerenciador de Banco de Dados:**

1.4.5.1 - Comprove (m) experiência, por meio de Atestados nos termos do subitem 1.4.2, item VI deste Edital, na aplicação e utilização do mesmo gerenciador de banco de dados que será utilizado na solução proposta pela empresa, independente da versão, instalado em um único servidor, independente da configuração e do fabricante, com as seguintes características:

- servidor com um número de estações de trabalho ativas pelo

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

menos igual a 50 ou com pelo menos 50 acessos simultâneos via WEB, no períodos de pico;

- atuar com tempo de resposta médio para o usuário humano na estação de trabalho não superior a 10 segundos, quando executando transações nos sistemas aplicativos com banco de dados no servidor;
- pelo menos uma tabela de dados em sistema aplicativo implantado com mais de 5.000.000 (cinco milhões) de linhas.
- Sistema operacional semelhante ao que será utilizado para a prestação de serviços à Secretária da Administração Penitenciária Objeto desta Licitação.

**1.4.6 - Integração de Plataformas Tecnológicas:**

**1.4.6.1** – comprove (m) haver projeto implantado de sua autoria, por meio de Atestados nos termos do subitem 1.4.2, item VI deste Edital, onde tenham sido integrados diversos componentes de plataformas e sistemas independentes para uma operação integrada, independente dos produtos tecnológicos, obedecidas as seguintes características:

- implementação de , no mínimo, 3 (três) componentes de plataforma, entre hardware servidor, sistema operacional do servidor, gerenciados de banco de dados, gerenciador de redes, gerenciador de ambiente operacional, equipamentos e cabeamentos de redes de comunicação física;
- implementação de, pelo menos 2 (dois) sistemas corporativos de missão crítica;
- ambiente computacional descentralizado, com, ao menos, dois servidores de banco de dados remotamente conectados, com funções do negócio envolvendo coleta e armazenamento de dados oriundos das estações remotas;
- quantidade de estações de trabalho com acesso aos servidores superior a 50 (cinquenta) unidades.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

**1.4.6.2** - comprove(m) experiência na implementação de plataformas tecnológicas, por meio de Atestados nos termos do subitem 1.4.2, item VI deste Edital, envolvendo:

- hardware e sistema operacional dos servidores corporativos
- gerenciador de banco de dados relacional - universal instalados em servidores
- gerenciador(es) de redes e ambientes operacionais dos servidores
- estações locais
- componentes de software das redes locais
- equipamentos de comunicação e cabeamento de redes locais
- projeto de planos de contingência
- armazenamento de dados redundante

**1.4.7 – Prova de Execução, por meio de Atestados nos termos do subitem 1.4.2, item VI deste Edital, de no mínimo 3 (três) dos itens a seguir relacionados:**

1.4.7.1 - integradora - execução implementação de sistemas e plataformas conjuntamente;

1.4.7.2 - implementadora de pacotes de gestão integrada;

1.4.7.3 - fabricante de hardware;

1.4.7.4 - fabricante e/ou desenvolvedor de software aplicativo – pacotes;

1.4.7.5 - fabricante e/ou desenvolvedor de softwares básicos;

1.4.7.6 - prestador de serviços contínuos de operação de computadores e suporte tecnológico de hardware, softwares básicos e redes (“data processing and technical support outsourcer”);

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

- 1.4.7.7 - prestador de serviços contínuos de manutenção de sistemas ("software factory outsourcer");
- 1.4.7.8 - manutenção de produtos de hardware e/ou software;
- 1.4.7.9 - provedor de serviços de telecomunicações;
- 1.4.7.10 - implementador de redes de comunicação – LAN e/ou WAN.

**1.4.8 - INDICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL, POR MEIO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE, SENDO:**

- 1.4.8.1 - rede de telecomunicações;
- 1.4.8.2 - data center;
- 1.4.8.3 - base de dados referenciada com cobertura em todo o Estado de São Paulo.
- 1.4.8.4 – pessoal técnico sendo no mínimo: 01 (um) profissional de nível superior completo para atuar como Coordenador Geral; equipes formadas por técnicos de nível superior ou de 2º grau com experiência nas áreas de telecomunicação, redes e infraestrutura, sendo 01 (um) profissional para cada unidade de instalação/desinstalação de equipamentos de monitoramento de indivíduos.

**1.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES**

- 1.5.1 - Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, atestando que:
  - a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme Anexo VII deste Edital;
  - b) inexistente impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, e regularidade a que se refere o parágrafo único, do artigo 117, da Constituição Estadual, conforme Anexo VIII deste Edital;

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

1.5.2 - As empresas reunidas em consórcio deverão apresentar individualmente as declarações referidas no subitem 1.5 deste item VI.

**2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

2.1 - Os interessados cadastrados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP, na correspondente especialidade, poderão informar o respectivo cadastramento e apresentar apenas os documentos relacionados nos subitens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5 do item VI deste Edital que não tenham sido apresentados para o cadastramento ou que, se apresentados, já estejam com os respectivos prazos de validade vencidos, na data de apresentação das propostas.

2.1.1 - O registro cadastral não substitui os documentos relacionados no subitem 1.4 e no subitem 1.5 deste item VI, devendo ser apresentados por todas as licitantes.

2.2 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

2.3 - As microempresas e empresas de pequeno porte, assim como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei federal nº 11.488, de 15.6.2007, deverão apresentar a documentação prevista no subitem 1.2 deste item VI para fins de comprovação de sua regularidade fiscal, ainda que tais documentos apresentem alguma restrição.

2.4 - Os documentos constantes do envelope de habilitação, bem como os que acompanhar a proposta, poderão ser apresentados no original, ou em cópia autenticada por cartório competente. Ainda, poderá a proponente apresentar cópia simples desses documentos, dentro do envelope, desde que seus originais sejam apresentados à Comissão de Licitação, para a devida autenticação.

2.4.1 - Para os documentos disponibilizados pela Internet e cuja autenticidade deverá/poderá ser verificada via consulta no site correspondente, serão aceitas cópias simples.



**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

2.5 – Admitir-se-á o saneamento de falhas aos documentos de habilitação, desde que, a critério da Comissão de Licitação, esse saneamento possa ser concretizado no prazo máximo de 3 (três) dias, sob pena de inabilitação a aplicação das sanções cabíveis.

2.6 – Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**VII - DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA**

**1** - No local, data e horários indicados no preâmbulo desta Concorrência, em sessão pública e durante o tempo mínimo de 30 (trinta) minutos, a partir da respectiva abertura, a Comissão de Licitação receberá a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, **bem como declaração de que todos os produtos ofertados para atendimento do objeto da presente licitação, constantes da Proposta Técnica, possuem certificado (s) de homologação emitido(s) pela ANATEL, válido(s)** e, se for o caso, a declaração de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, mais os envelopes contendo as propostas técnica e comercial e os documentos de habilitação e, na sequência, procederá à abertura dos Envelopes nº 1 – Proposta Técnica, sendo que estes envelopes e as propostas, após verificados e rubricados por todos os presentes, serão juntados ao respectivo processo.

2 - A(s) licitante(s) poderá (ão) apresentar-se ao ato por seu representante legal ou pessoa devidamente credenciada, mediante procuração com poderes específicos para intervir no processo licitatório, inclusive para interpor recursos ou desistir de sua interposição.

3 - Os representantes das proponentes deverão identificar-se exibindo a Carteira de Identidade, acompanhada do contrato social da licitante e do instrumento de procuração, quando for o caso, para que sejam verificados os poderes do outorgante e do mandatário.

4 - É vedada a representação de mais de uma licitante por uma mesma pessoa.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

- 5 - A entrega dos envelopes configura a aceitação de todas as normas e condições estabelecidas nesta Concorrência, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, obrigando-se a licitante a declarar, sob as penas da lei, a superveniência de fato impeditivo a participação, quando for o caso.
- 6 - Iniciada a abertura do primeiro envelope – Proposta Técnica - estará encerrada a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- 7 - Em todas as sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas assinadas pela Comissão de Licitação e pelas licitantes presentes, nas quais ficarão registradas todas as ocorrências.
- 8 - A Comissão de Licitação reserva-se ao direito de, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, podendo proceder ao exame das informações e comprovantes, por visitas “in loco” ou por outras medidas adequadas.
- 9 - Serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo todas as designações de datas para a abertura de envelopes e prática de atos por parte dos licitantes, bem como os resultados da habilitação, da classificação das propostas técnicas e das propostas comerciais.

**VIII – DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA HABILITAÇÃO.**

**1 – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA – ENVELOPE Nº 01**

1.1 - Serão abertos os Envelopes **nº 1 – Proposta Técnica** para avaliação e classificação destas propostas, de acordo com os critérios pertinentes e adequados ao objeto licitado. Todas as propostas serão rubricadas pelos licitantes presentes e pela Comissão de Licitação.

**1.2 - A pontuação técnica da proposta será feita por meio do somatório de pontos, podendo, no máximo, serem pontuados 34 (trinta e quatro) pontos.**

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

**1.3 – A pontuação total técnica – PT – será aferida com base nos itens constantes do quadro abaixo, desde que, comprovados consoante os termos deste Edital.**

<b>RESUMO - Itens Avaliados</b>	<b>Pontuação</b>
<b>1- Elementos de comunicação móvel celular para a comunicação entre o equipamento instalado em um sentenciado e a Central de Monitoramento</b>	
1.1 - Para 2 chips de comunicação	2 pontos
1.2 - Para 3 chips de comunicação ou mais	4 pontos
Totalização máxima possível para este item	4 pontos
<b>2 - Disponibilização de equipamentos de monitoramento a ser instalados em indivíduos que melhor atendam as necessidades identificadas pela SAP:</b>	
2.1 – Disponibilizando para utilização equipamentos de uma ou de duas peças de fabricantes diversos	2 pontos
2.2 - Disponibilizando para utilização equipamentos de uma ou de duas peças de um mesmo fabricante	4 pontos
Totalização máxima possível para este item	4 pontos
<b>3 - Sistema complementar de localização, a ser utilizado na falta do sinal do GPS, tendo por base os sinais da rede celular (LBS – Location Based Services – ou outro):</b>	
3.1 – Se o sistema de monitoramento ofertado, na falta de sinal GPS, possibilitar a verificação do posicionamento do indivíduo monitorado por meio de sistema complementar de localização (LBS ou outro) através do único chip de comunicação móvel celular disponível no equipamento	2 pontos
3.2 - Se o sistema de monitoramento ofertado, na falta de sinal GPS, possibilitar a verificação do posicionamento do indivíduo monitorado por meio de sistema complementar de localização (LBS ou outro) através de qualquer um dos dois chips de comunicação móvel celular disponíveis no equipamento	4 pontos
3.3 - Se o sistema de monitoramento ofertado, na falta de sinal GPS, possibilitar a verificação do posicionamento do indivíduo monitorado por meio de sistema complementar de localização (LBS ou outro) através de qualquer um dos três chips de comunicação móvel celular disponíveis no equipamento	6 pontos
3.4 - Se o sistema de monitoramento ofertado, na falta de sinal GPS, possibilitar a verificação do posicionamento do indivíduo monitorado por meio de sistema complementar de localização (LBS ou outro) através de qualquer um dos quatro chips de comunicação móvel celular disponíveis no equipamento	8 pontos
Totalização máxima possível para este item	8 pontos
<b>4 - Prazo para reposição de Equipamentos (defeituosos, danificados ou perdidos)</b>	
4.1 - Entre 10 e 6 dias corridos	2 pontos
4.2 - De até 5 dias corridos	4 pontos
Totalização máxima possível para este item	4 pontos
<b>5- Itens de Segurança do Datacenter principal além do mínimo exigido:</b>	
5.1 – Bloqueio eletrônico (automático ou programado ou temporizado) das portas de acesso à área de processamento fora do horário comercial normal	2 pontos

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

5.2 - Exigência de identificação de qualquer pessoa dentro de áreas de segurança, de acordo com a função por ela exercida, através de cartão magnético multifuncional dotado de foto que possa ser exigido para o acesso à área de processamento, em concomitância ou não com a utilização de senhas de acesso e/ou identificação biométrica.	2 pontos
5.3 - Sala cofre para proteção dos dados do monitoramento, da alocação dos módulos/equipamentos a monitorar e correlatos, com abertura e fechamento eletrônico, sistematizado, para o Controle de Acesso	2 pontos
5.4 - Circuito Fechado de TV nas áreas de acesso ao Datacenter e nas áreas alocadas ao processamento, que assegurem o registro de imagens locais por meio de câmeras de vídeo, imagens essas que deverão ser armazenadas em mídia ótica ou eletromagnética de forma a poderem ser resgatadas em caso de alguma ocorrência ou auditoria.	2 pontos
5.5 - Alarmes e/ou de vigilância eletrônica, dotado de funcionalidades que permitem programar o envio de mensagens de alarme a estações de gerenciamento remotas pré-definidas e/ou telefones celulares de responsáveis pelo monitoramento, por parte da empresa, no caso da ocorrência de algum acesso não autorizado à área de processamento e/ou ocorrência de evento que acarrete a necessidade da ativação do Plano de Contingência estabelecido.	2 pontos
Totalização máxima possível para este item	10 pontos
<b>6 - Geração automática (pelo Sistema) de número aleatório em correspondência a cada sentenciado com equipamento instalado, número esse que deverá ser monitorado pelo pessoal da Central de Monitoramento da Prestadora de Serviços contratada</b>	
6.1 - Para sistema que será customizado para a geração de número aleatório	2 pontos
6.2 - Para sistema que já gera e utiliza o número aleatório efetivamente	4 pontos
Totalização máxima possível para este item	4 pontos
Totalização máxima possível para a pontuação global	34 pontos

1.4 - Para cumprir as exigências necessárias à obtenção das pontuações especificadas nos itens **1, 2, 3, 4, 5 e 6** da tabela acima, cuja soma atinge um total máximo de até 34 pontos (Item **1** – máximo de 4 pontos; Item **2** – máximo de 4 pontos; Item **3** – máximo de 8 pontos; Item **4** – máximo de 4 pontos; Item **5** – máximo de 10 pontos; Item **6** – máximo de 4 pontos), a Licitante deverá apresentar as declarações exigidas, apresentar as eventuais documentações legais comprobatórias exigidas e atender plenamente os requisitos, respectivos a cada item, a seguir detalhados:

**1.5 – Item 1 da Tabela de Pontuação – Elementos de comunicação móvel celular para a comunicação entre o**

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

**equipamento instalado em um sentenciado e a Central de Monitoramento (total máximo: 4 pontos):**

1.5.1 - Para cumprirem este item e obterem a pontuação respectiva a um dos subitens a seguir discriminados, referentes às quantidades de elementos de comunicação móvel celular para a comunicação entre o equipamento instalado em um sentenciado e a Central de Monitoramento, as licitantes deverão apresentar as especificações técnicas dos equipamentos que serão utilizados para o monitoramento (instalados nos sentenciados), eventualmente acompanhadas de outros documentos pertinentes, demonstrando a quantidade de elementos de comunicação móvel celular de seu equipamento (em outras palavras, a quantidade de chips de operadoras que podem ser instalados e operados nos equipamentos de monitoramento individuais).

1.5.1.1 - Caso seu equipamento disponha de dois elementos de comunicação móvel celular (chip) para a comunicação com a central de Monitoramento, a Licitante fará jus a um total de 2 (dois) pontos para o item 1;

1.5.1.2 - Caso seu equipamento disponha de três ou mais elementos de comunicação móvel celular (chips) para a comunicação com a central de Monitoramento, a Licitante fará jus a um total de 4 (quatro) pontos para o item 1;

**1.6 – Item 2 da Tabela de Pontuação - Disponibilização de equipamentos de monitoramento a ser instalados em indivíduos que melhor atendam as necessidades identificadas pela SAP (total máximo: 4 pontos):**

1.6.1 - Para cumprir este item e obter a pontuação a ele referente, a Licitante deverá disponibilizar, em sua solução, para instalação em indivíduos a ser monitorados, tanto equipamentos de uma peça como de duas peças (conforme especificação constante do Projeto Básico para os dois tipos de equipamentos), assegurando que a solução ofertada possa atender a SAP da forma mais adequada possível, por permitir que se possa escolher o equipamento mais

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

conveniente em vista das condições do monitoramento a ser realizado, a critério da SAP:

1.6.2 - O número de pontos para este item será obtido através da somatória das pontuações que a Licitante obtiver nos subitens a seguir, de acordo com as comprovações exigidas com relação aos equipamentos que deverá fornecer para serem instalados em indivíduos:

1.6.2.1 - Caso a licitante demonstre poder disponibilizar equipamentos de uma peça e de duas peças, de fabricantes diferentes, com especificações condizentes com o que está estipulado no Projeto Básico para esses tipos de equipamentos, apresentando as respectivas documentações técnicas (folders, manuais, especificações técnicas dos fabricantes), a Licitante fará jus a 2 (dois) pontos para o item 2;

1.6.2.2 - Caso a licitante demonstre poder disponibilizar equipamentos de uma peça e de duas peças, de um mesmo fabricante, com especificações condizentes com o que está estipulado no Projeto Básico para esses tipos de equipamentos, apresentando as respectivas documentações técnicas (folders, manuais, especificações técnicas do fabricante), a Licitante fará jus a 4 (quatro) pontos para o item 2;

**1.7 – Item 3 da Tabela de Pontuação - Sistema complementar de localização, a ser utilizado na falta do sinal do GPS, tendo por base os sinais da rede celular, LBS – Location Based Services (total máximo 8 pontos):**

1.7.1 - Para cumprirem este item e obterem a pontuação respectiva aos subitens a seguir discriminados, referentes à disponibilização de sistema de localização complementar em casos de ausência temporária do sinal do GPS, as licitantes deverão apresentar DECLARAÇÃO e material técnico suficiente para demonstrar sua capacidade de prover localização alternativa àquela possibilitada pelo GPS através de sistemas baseados nas redes de comunicação móvel celular (cujos chips estarão instalados nos equipamentos de

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

monitoramento), podendo ser do tipo LBS (LBS – Location Based Services) ou equivalentes, capazes de estabelecer inclusive a localização em interiores (“indoor”), seja por meio de técnicas baseadas na rede, baseadas no dispositivo ou na combinação de diferentes técnicas, como recursos de distanciamento de ERBs (Estações Rádio Base), Time Difference of Arrival (TDOA), triangulação de ERBs, Cell of Origin (COO), Diferencial GPS, EOTD (Enhanced Observed Difference), entre outras, que independam por completo do emprego de quaisquer recursos adicionais, de qualquer tipo, por parte da SAP.

1.7.1.1 – Se o sistema de monitoramento ofertado, na falta de sinal GPS, possibilitar a verificação do posicionamento do indivíduo monitorado por meio de sistema complementar de localização (LBS ou outro) através do único chip de comunicação móvel celular disponível no equipamento, a Licitante fará jus a 2 (dois) pontos para o item 3;

1.7.1.2 - Se o sistema de monitoramento ofertado, na falta de sinal GPS, possibilitar a verificação do posicionamento do indivíduo monitorado por meio de sistema complementar de localização (LBS ou outro) através de qualquer um dos dois chips de comunicação móvel celular disponíveis no equipamento, a Licitante fará jus a 4 (quatro) pontos para o item 3;

1.7.1.3 - Se o sistema de monitoramento ofertado, na falta de sinal GPS, possibilitar a verificação do posicionamento do indivíduo monitorado por meio de sistema complementar de localização (LBS ou outro) através de qualquer um dos três chips de comunicação móvel celular disponíveis no equipamento, a Licitante fará jus a 6 (seis) pontos para o item 3;

1.7.1.4 - Se o sistema de monitoramento ofertado, na falta de sinal GPS, possibilitar a verificação do posicionamento do indivíduo monitorado por meio de sistema complementar de localização (LBS ou outro) através de qualquer um dos quatro chips de comunicação móvel celular disponíveis no equipamento, a Licitante fará jus a 8 (oito) pontos para o item 3.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

**1.8. – Item 4 da Tabela de Pontuação - Prazo para reposição de equipamentos (defeituosos, danificados ou perdidos) (total máximo: 4 pontos):**

1.8.1 - Para cumprirem este item e obterem a pontuação respectiva a um dos subitens a seguir discriminados, referentes aos prazos compromissados para a reposição de equipamentos, as licitantes deverão apresentar DECLARAÇÃO, acompanhada de outros documentos pertinentes, estabelecendo seu respectivo prazo para a reposição de equipamentos (defeituosos; danificados ou perdidos):

1.8.1.1 - Caso a Licitante assegure um prazo “entre 10 e 6 dias corridos” para a reposição de equipamentos, nos termos deste Edital, a Licitante fará jus a um total de 2 (dois) pontos para o item 4;

1.8.1.2 - Caso a Licitante assegure um prazo “de até no máximo 5 dias corridos” para a reposição de equipamentos, nos termos deste Edital, a Licitante fará jus a um total de 4 (quatro) pontos para o item 4;

**1.9. – Item 5 da Tabela de Pontuação - Itens de Segurança do Datacenter principal além do mínimo exigido (total máximo: 10 pontos):**

1.9.1 - Para cumprirem este item e obterem as pontuações referentes a cada um dos subitens a seguir discriminados (o total do item será dado pela soma dos pontos obtidos nos respectivos subitens), as licitantes deverão apresentar DECLARAÇÃO, acompanhada de outros documentos pertinentes, comprometendo-se a utilizar na Prestação dos Serviços de monitoramento, no Datacenter Principal, os seguintes itens de segurança:

1.9.1.1 - Bloqueio eletrônico (automático ou programado ou temporizado) das portas de acesso à área de processamento fora do horário comercial normal. Assumindo esse compromisso formal, a Licitante fará jus a 2 (dois) pontos com referencia a este subitem;



**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

1.9.1.2 - Exigência de identificação de qualquer pessoa dentro de áreas de segurança, de acordo com a função por ela exercida, por meio de cartão magnético funcional dotado de foto que possa ser requerido para o acesso à área de processamento, em concomitância ou não com a utilização de senhas de acesso, e/ou identificação biométrica. Assumindo esse compromisso formal, a Licitante fará jus a 2 (dois) pontos com referência a este subitem;

1.9.1.3 - Sala Cofre para a proteção dos dados do monitoramento, alocação dos módulos/equipamentos a monitorar e correlatos, com abertura e fechamento eletrônico, sistematizado, das portas para o Controle do Acesso à Sala. Assumindo esse compromisso formal, a Licitante fará jus a 2 (dois) pontos com referência a este subitem;

1.9.1.4 - Circuito fechado de TV nas áreas de acesso ao Datacenter e nas áreas alocadas ao processamento, que assegure o registro das imagens locais por meio de câmeras de vídeo, imagens essas que deverão ser armazenadas em mídia ótica ou eletromagnética de forma a poderem ser resgatadas em caso de alguma ocorrência ou auditoria. Assumindo esse compromisso formal, a Licitante fará jus a 2 (dois) pontos com referência a este subitem;

1.9.1.5 - Sistema de alarmes e/ou de vigilância eletrônica dotado de funcionalidades que permitam programar e assegurar o envio de mensagens de alarme a estações de gerenciamento remotas pré-definidas e/ou telefones celulares de responsáveis pelo monitoramento, por parte da empresa, no caso da ocorrência de algum acesso não autorizado à área de processamento e/ou ocorrência de evento que acarrete a necessidade da ativação do Plano de Contingência estabelecido. Assumindo esse compromisso formal, a Licitante fará jus a 2 (dois) pontos com referência a este subitem;

**1.10 – Item 6 da Tabela de Pontuação - Geração automática (pelo Sistema) de número aleatório em correspondência a cada sentenciado com equipamento instalado, número esse que deverá**

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

**ser monitorado pelo pessoal da Central de Monitoramento da Prestadora de Serviços contratada (total máximo: 4 pontos):**

1.10.1 - Para cumprirem este item e obterem a pontuação do respectivo subitem em que se enquadrarem quanto à geração automática (pelo Sistema) de número aleatório em correspondência a cada sentenciado com equipamento instalado (número esse que deverá ser monitorado pelo pessoal da Central de Monitoramento da Prestadora de Serviços contratada), as licitantes deverão:

1.10.1.1 - Para sistema que será customizado para a geração de número aleatório, apresentar DECLARAÇÃO, acompanhada de outros documentos pertinentes, assegurando que o sistema ofertado para o monitoramento realizará a geração de número aleatório em correspondência a cada sentenciado que será monitorado (com vistas a assegurar o resguardo dos dados do sentenciado monitorado), número esse que deverá ser utilizado pelo pessoal da Central de Monitoramento da Prestadora de Serviços contratada para o monitoramento dos sentenciados. Apresentando a Declaração e assumindo esse compromisso formal, a Licitante fará jus a um total de 2 (dois) pontos para o item 6.

1.10.1.2 - Para sistema que já gera e utiliza o número aleatório efetivamente, apresentar DECLARAÇÃO, acompanhado de outros documentos pertinentes, assegurando que o sistema ofertado para o monitoramento já tem a capacidade de gerar número aleatório em correspondência a cada sentenciado que será monitorado (com vistas a assegurar o resguardo dos dados do sentenciado monitorado) e que esse número já é utilizado pelo pessoal da Central de Monitoramento da Prestadora de Serviços contratada para o monitoramento dos sentenciados em contrato existente. Apresentando essa DECLARAÇÃO, a Licitante fará jus a um total de 4 (quatro) pontos para o item 6.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

1.11 - A determinação do Índice Técnico (IT) das propostas, será feita mediante a divisão da pontuação obtida por cada uma delas, pela que obteve maior pontuação técnica, utilizando-se a seguinte fórmula, utilizando-se duas casas decimais e desprezando-se a fração remanescente:

**PT**

**It = -----, onde:**

**MPT**

IT = índice técnico;

PT = pontuação técnica de proposta em julgamento;

MPT = maior pontuação técnica obtida.

1.12 – Serão desclassificadas as licitantes cujas propostas técnicas:

1.12.1 - Estiverem em desacordo com quaisquer das exigências estabelecidas no Projeto Básico e demais itens deste Edital;

1.12.2 - Cujas funcionalidades porventura disponíveis nos equipamentos, mas que não interessam à SAP ou que sejam incompatíveis com os serviços, não possam ser bloqueadas, nos termos do Projeto Básico;

1.13 – A ausência de pontuação nesta fase não enseja a desclassificação da licitante.

## **2 – JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE Nº 02**

2.1 - Após o julgamento da Proposta Técnica – Envelope nº 01 e tendo transcorrido o prazo de recurso, passará a Comissão de Licitação à abertura do Envelope nº 02 – Proposta Comercial.

2.2. - A Comissão de Licitação analisará as propostas com base nas informações e dados constantes da documentação apresentada, sendo-lhe facultado, se entender necessário, solicitar esclarecimentos complementares às licitantes. As respostas e informações complementares das licitantes deverão ser prestadas sempre por escrito e nos prazos fixados pela Comissão de

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

Licitação, mas não poderão acarretar modificação das condições já indicadas nas propostas, sob pena de desclassificação.

2.2.1 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Apresentarem valor global que supere a previsão contida no orçamento que integra este Edital como Anexo IV;
- b) Estiveram em desacordo com quaisquer das exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- c) Ofertarem preços irrisórios ou incompatíveis com os valores de mercado ou que se revelem manifestamente inexequíveis, nos termos do artigo 48, inciso II, da Lei federal 8.666/93;
- d) Não contenham todos os dados exigidos por este Edital;
- e) Ofertarem vantagens baseadas nas ofertas de outras licitantes.

2.2.2 - Em caso de absoluta igualdade de propostas, a classificação será realizada por meio de sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

2.2.3. - Se todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fazer uso da prerrogativa disposta no §º, do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93: "...poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste item...".

2.2.4. - Será declarado vencedora a licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do Edital e obtiver a maior Nota Final (NF) para a prestação dos serviços, levando-se em consideração a proposta técnica e o preço ofertado pelo serviço, avaliados de acordo com a seguinte expressão.

2.2.5 - Poderá ser solicitada, para subsidiar a análise das propostas comerciais, a composição detalhada dos custos. Caso isso venha a ocorrer, a licitante deverá atender à solicitação, no prazo de 03 (três) dias úteis, sob pena de desclassificação. As propostas que apresentarem inconsistências na composição de seus custos serão desclassificadas.

2.2.6. - Serão desclassificadas as propostas que estiverem em desacordo, no todo ou em parte, com as exigências deste Edital.

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

2.2.7 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital, nem preço ou vantagem baseadas nas ofertas das demais licitantes.

2.2.8 - Não se admitirão proposta alternativas.

2.3 - A Comissão de Licitação elaborará lista de classificação das propostas de preço, observado a ordem crescente dos preços apresentados.

2.3.1 - Com base na classificação de que trata o subitem 2.3 será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte, assim como às cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei federal nº 11.488, de 15.06.2007, preferência à contratação, observadas as seguintes etapas:

2.3.2 - As microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas, nos moldes indicados no subitem 2.3.1 acima, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 10% (dez por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada para que apresente proposta contendo preço inferior ao da melhor classificada.

2.3.3 - A convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 2.3.2.

2.3.4 - O exercício do direito de que trata o subitem 2.3.2 ocorrerá na própria sessão pública de julgamento das propostas, no prazo de 15 (quinze) minutos contados da convocação, sob pena de preclusão. Não ocorrendo o julgamento em sessão pública ou na ausência de representante legal ou procurador da licitante que preencha as condições indicadas no subitem 2.3.2 na mesma sessão, o exercício do referido direito ocorrerá em nova sessão pública, a ser realizada em prazo não inferior a 02 (dois) dias úteis, para a qual serão convocadas todas as licitantes em condições de exercê-lo, mediante publicação na Imprensa Oficial.

2.3.5 - Não havendo a apresentação de novo preço inferior ao da proposta melhor classificada, por parte da licitante que preencha as condições do subitem 2.3.2., as demais microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, nos moldes indicados no subitem 2.3.1, cujos valores das propostas se enquadrem nas mesmas condições, poderão exercer o direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, observados os procedimentos

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

previstos no subitem 2.3.4.

2.3.6. - O não comparecimento à nova sessão pública de que trata o subitem 2.3.4, ensejará a preclusão do direito de preferência da licitante faltante.

2.3.7 - Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 2.3, seja microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos moldes indicados no subitem 2.3.1, não será assegurado o direito de preferência.

2.3.8 - Havendo o exercício do direito de preferência a que alude o subitem 2.3.1, será elaborada nova lista de classificação nos moldes do subitem 2.3 e considerando o referido exercício.

**2.4 - O Julgamento das "PROPOSTAS DE PREÇOS" será efetuado da seguinte forma:**

2.4.1 - A Comissão de Licitação analisará a proposta de preços dos (as) licitantes que tiverem suas "Propostas Técnicas" classificadas em conformidade com o Edital e anexos.

2.4.1.1 - O índice de preço (IP) será calculado dividindo-se o menor preço apresentado, pelo preço de cada proposta analisada, e obtido mediante a seguinte fórmula:

IP =  $\frac{MPP}{P}$ , onde:

P

IP = índice de preço da licitante;

MPP = menor preço total proposto;

P = preço proposto total pela licitante.

**2.5. - A Nota Final (NF) de cada proposta será obtida mediante a**

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

**aplicação da seguinte Fórmula, utilizando-se duas casas decimais e desprezando-se a fração remanescente:**

2.5.1 - Serão considerados na análise e julgamento final os fatores de ponderação:

- TÉCNICA: 06 (seis)
- PREÇO: 04 (quatro)

$NF = (IT \times 6) + (IP \times 4)$ , onde:

NF = Nota Final;

IT = Índice Técnico;

IP = Índice de Preço.

2.5.2 - Em caso de empate, a classificação será feita com base no maior Índice Técnico – IT;

2.5.3 - Persistindo o empate a classificação será feita com base no maior Índice de Preço – IP.

2.5.4 - Os valores numéricos referidos serão calculados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

2.5.5 - Atendidas as condições de julgamento, a empresa vencedora será a que obtiver maior Nota Final (NF).

2.6 - A Comissão de Licitação elaborará a lista de classificação das propostas, observada a ordem de avaliação.

2.7 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, será adotado como critério de desempate o sorteio em ato público, a ser comunicado às

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

proponentes com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, na forma do §2º, do art. 45, da Lei Nº 8.666/93.

2.8 - Os valores numéricos referidos serão calculados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

2.9 - Durante a análise das propostas a Comissão de Licitação poderá convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos adicionais. As licitantes deverão atender às comunicações até o próximo dia útil ao do recebimento da comunicação. Todas as comunicações e os esclarecimentos deverão ser feitos por escrito e protocolizados.

2.10 - Não se admitirá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

**3- DO JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 03**

3.1 - Após a classificação final das propostas e tendo transcorrido o prazo de recurso, passará a Comissão de Licitação à abertura do Envelope nº 03 – Documentos de Habilitação das licitantes classificadas.

3.2 - A abertura dos envelopes de Documentos de Habilitação – Envelope nº 03 das licitantes classificadas, caso não ocorra na mesma sessão de abertura dos envelopes nº 01 e 02, dar-se-á em local, data e horário a serem definidos pela Secretaria da Administração Penitenciária e comunicados previamente às licitantes.

3.3 - A Comissão de Licitação abrirá e apreciará a documentação relativa à habilitação das licitantes cujas propostas tenham sido classificadas até os 03 (três) primeiros lugares.

3.3.1 - Em havendo inabilitação dentre os 03 (três) primeiros classificados, a Comissão de Licitação efetuará a abertura e apreciação da documentação relativa à habilitação dos concorrentes classificados quantos forem os inabilitados no julgamento a que se refere o subitem 3 deste item VIII.

3.3.2 - Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado da Comissão de Licitação.



**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

3.4 - Para habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte, assim como de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei federal nº 11.488, de 15.6.2007 não será exigida a comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 1.2 do item VI deste edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

3.5 - A licitante habilitada nas condições do subitem 3.4, deverá comprovar sua regularidade fiscal, decaindo do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no artigo 81, da Lei federal nº 8.666/1993.

3.6 - A comprovação de que trata o subitem 3.5 deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

3.7 - A Comissão de Licitação habilitará as concorrentes classificadas.

3.8 - Os envelopes fechados dos Documentos de Habilitação – Envelope nº 03 serão devolvidos às licitantes desclassificadas, com sua confidencialidade preservada, mediante recibo ou consignação em ata, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

3.9 - Na hipótese de todas as propostas serem desclassificadas ou ocorrer a inabilitação de todas as licitantes, a Administração poderá proceder consoante faculta o § 3º do artigo 48, da Lei federal nº 8.666/93 e parágrafo único do artigo 43, da Lei estadual nº 6.544/89.

#### **4 – SUMÁRIO DO JULGAMENTO**

4.1 - No dia, hora e local determinados no **PREÂMBULO** deste Edital, a Comissão de Licitação receberá os Envelopes previstos no subitem 1.1. do item III deste Edital e iniciará a abertura e apreciação do **Envelope nº 01 – PROPOSTA TÉCNICA** (Decreto Estadual nº 54.010/2009), cujos documentos serão rubricados pela Comissão e pelas licitantes credenciadas que assim a desejarem.

4.2 - Após o início da abertura das propostas não mais poderão as licitantes desistir das propostas apresentadas, salvo por motivo justo decorrente de fato

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

superveniente aceito pela Comissão de Licitação (Artigo 43, Parágrafo 6º, da Lei Federal nº 8.666/93).

4.3 – Após a conclusão da etapa de análise da Proposta Técnica a Comissão de Licitação, designará data para a abertura do **Envelope nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL** e, se for o caso, do Envelope nº 03 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.4 – O **Envelope nº 03 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** da licitante desclassificada tecnicamente lhe será devolvido, sem ser aberto, em Sessão Pública ou junto à SAP, após decorrido o prazo de recurso do resultado da classificação técnica ou tenha havido desistência expressa de recorrerem ou após o julgamento dos recursos interpostos. Será inutilizado envelope não retirado após 5 (cinco) dias úteis, contados da data da conclusão desta etapa.

4.5 – A Comissão de Licitação divulgará os preços propostos e analisará as propostas, cuja classificação final será publicada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo, ou na própria sessão, se atendidas às condições necessárias para tanto, e comunicada por e-mail.

4.6 – Dos atos praticados pela SAP nas diversas fases desta licitação caberão os recursos previstos nos artigos 109 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, dirigidas à autoridade competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, que deverão ser protocoladas.

4.7 – Em todas as sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas assinadas pela Comissão de Licitação e pelas licitantes presentes, nas quais ficarão registradas todas as ocorrências.

4.8 – A Comissão de Licitação reserva-se ao direito de, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, podendo proceder ao exame das informações e comprovantes, por visitas “in loco” ou por outras medidas adequadas.

4.9 – Serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo todas as designações de datas para a abertura de envelopes e prática de atos por parte dos licitantes, bem como os resultados da habilitação, da classificação das propostas técnicas e das propostas comerciais.

## **IX – DIVULGAÇÃO DO RESULTADO**

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

1 - O resultado da decisão do julgamento das propostas será comunicado através de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, salvo assinatura de todas as licitantes na ata de Julgamento, comprovando ciência da decisão ou manifestação expressa nesse sentido.

**X – RECURSOS**

1 - Dos atos praticados pela Administração nas diversas fases desta licitação caberão os recursos previstos nos artigos 109 e seguintes da Lei federal nº 8.666/93, dirigidos à autoridade competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, que deverão ser protocolados na Secretaria da Administração Penitenciária, localizada na Av. General Ataliba Leonel, 556, Santana, São Paulo, no horário das 09h às 17h, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação daquele ato ou da lavratura da ata.

**XI – HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

1- A autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto da licitação ao vencedor habilitado que ofertar a maior Nota Final (NF).

1.1 – A adjudicação será feita pela totalidade do objeto.

**XII - DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

1 – A execução do objeto desta licitação deverá seguir os prazos abaixo, contados sempre em dias corridos, observando-se o disposto no presente edital e no Projeto Básico, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

2 - A execução dos serviços será contada a partir da assinatura do Contrato, de acordo com os seguintes prazos:

	Atividades	Responsabilidade	Prazo (dias)	15	30	45	60	75	90	105	120	135	150	165
1	Planejamento Inicial / Cronograma	CONTRATANTE / CONTRATADA	0 - 15	■										
2	Mobilização da Contratada	CONTRATADA	0 - 30	■	■									
3	Designação: usuários/treinandos/terminais acesso ao sistema	CONTRATANTE	0 - 15	■										
4	Realização do Treinamento	CONTRATANTE / CONTRATADA	15 - 60		■	■	■							
5	Primeira entrega de conjuntos de equipamentos (3.500 un)	CONTRATADA	0 - 45	■	■	■								
6	Segunda entrega de conjuntos de equipamentos (4.200 un)	CONTRATADA	60 - 105				■	■	■	■				
7	Implantação / operação assistida	CONTRATANTE / CONTRATADA	60 - 150				■	■	■	■	■	■	■	
8	Designação dos indivíduos a monitorar	CONTRATANTE	45 - Final				■	■	■	■	■	■	■	■
9	Cadastramento dos indivíduos a monitorar	CONTRATANTE	45 - Final				■	■	■	■	■	■	■	■
10	Vistoria (conjunta) equipamentos	CONTRATANTE / CONTRATADA	60 - Final				■	■	■	■	■	■	■	■
11	Monitoramento pleno	CONTRATANTE / CONTRATADA	150 - Final									■	■	■
	Total		910											

Atividade 1 - Planejamento Inicial / Cronograma contratual atividades – 15 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 2 - Mobilização da Contratada – 30 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 3 – Designação: usuários/treinandos/terminais acesso ao sistema – 15 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 4 - Realização do Treinamento – 45 dias corridos contados após concluída a quinzena inicial durante a qual a CONTRATANTE terá designado os usuários do sistema, os servidores que serão treinados inicialmente e os terminais (e/ou microcomputadores) que deverão, de início, ter acesso ao sistema de monitoramento de indivíduos submetidos a medidas cautelares.

Atividade 5 – Primeira entrega de conjuntos de equipamentos (3.500 un) – até 45 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

Atividade 6 – Segunda entrega de conjuntos de equipamentos (4.200 un) – até 105 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato, mas com início efetivo da entrega no mínimo após 45 dias contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 7 - Implantação do monitoramento / operação assistida – início 45 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato, devendo perdurar até no mínimo 150 dias contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 8 – Designação dos indivíduos e restrições a monitorar – início 45 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 9 – Cadastramento dos indivíduos e restrições a monitorar – início 45 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 10 - Vistoria (conjunta) de equipamentos – início 60 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 11 - Monitoramento pleno – início após 120 dias contados desde a data de assinatura do Contrato, até seu encerramento

3 - Os conjuntos de equipamentos referidos nas Atividades 5 e 6 deverão ser entregues no Fórum Criminal Central – Complexo Judiciário “Ministro Mario Guimarães”, Av. Abraão Ribeiro, 313, Barra Funda, São Paulo/SP.

### **XIII – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

1 - O recebimento da **implantação da solução de monitoramento**, compreendendo as Atividades de 1 a 10 do cronograma contratual, obedecerá o seguinte procedimento:

a) A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, por e-mail ou correspondência escrita, quanto à conclusão de cada Atividade do cronograma estipulado, com vistas ao acompanhamento de sua execução e eventual

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

verificação de mora da CONTRATADA;

b) O **Aceite Provisório** será emitido, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a comunicação, pela CONTRATADA, quanto à finalização das Atividades de 1 a 10 do cronograma contratual;

c) Emitido o Aceite Provisório, após analisar os relatórios mensais apresentados pela CONTRATADA, o CONTRATANTE emitirá o **Aceite Definitivo**, no prazo de 10 (dez) dias úteis;

d) Constatadas pendências na implantação da solução, a CONTRATADA será notificada para a realização dos serviços faltantes, de modo que o prazo previsto no item anterior começará a fluir novamente, quando da comprovação da conclusão dos serviços.

2 – O recebimento dos **serviços de monitoramento**, compreendidos a partir da Monitoração Plena, obedecerá o seguinte procedimento:

2.1. - A partir da **Monitoração Plena** (Atividade 11,) iniciar-se-ão as medições dos serviços de monitoramento, a cada período de 30 dias, comprovados por meio dos relatórios exigidos no item 2 da Cláusula Terceira do Contrato ou outros que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.

a) O CONTRATANTE, por intermédio do Departamento de Inteligência da Secretaria da Administração Penitenciária, terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do Protocolo, para aprovação dos serviços, mediante exame dos relatórios e da documentação recebida e realização de testes cabíveis;

b) Os relatórios que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada para as devidas correções. Neste caso, o prazo para a aprovação dos serviços começará a fluir a partir do recebimento do novo relatório.

c) Aprovados os relatórios, o CONTRATANTE emitirá **Termo de Aceitação dos serviços**.

#### **XIV – DAS MEDIÇÕES, DOS PAGAMENTOS E DO REAJUSTE DE PREÇOS**

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

1 - As medições para faturamento, tanto da fase de implantação quanto da fase de monitoramento propriamente dito, deverão ocorrer a cada período de 30 dias a partir da assinatura do contrato. A CONTRATADA deverá apresentar relatório, na forma prevista na Cláusula Terceira do Contrato, que deverá ser entregue em até 2 (dois) dias úteis, no Departamento de Inteligência e Segurança Penitenciária, situado na Avenida General Ataliba Leonel, 556 – Santana, São Paulo. Após a aprovação destes, deverá ser encaminhada a respectiva Nota Fiscal/Fatura.

2 - A aprovação dos relatórios deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis contados do seu recebimento, ocasião em que será emitido o **Termo de Aceitação dos Serviços**.

3 - Os relatórios que apresentarem incorreções serão devolvidos à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem 2 do item XIV deste Edital começará a fluir a partir da data de apresentação do novo relatório, sem incorreções.

4 - A contratada deverá apresentar a nota fiscal/fatura no primeiro dia útil subsequente à comunicação da aprovação dos relatórios/valores.

5 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente no prazo de 30 (trinta) dias (*art. 2º do Decreto nº 32.117, de 10/08/1990, com redação dada pelo Decreto nº 43.914, de 26/03/1999*), contados da data da apresentação do relatório de prestação de serviços referido no item 1 desta do item XIV deste edital, acompanhado do termo de aprovação do relatório.

6 - A contratada, ao firmar o presente, deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços.

I-) Caso se mostre exigível a retenção do imposto, o Contratante, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota fiscal/fatura e recolher a respectiva importância em nome da Contratada.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

II-) Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do imposto pelo tomador dos serviços, a Contratada deverá obedecer as seguintes regras:

- a) apresentar declaração da Prefeitura com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;
- b) apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciados à data de emissão da nota fiscal/fatura;
- c) caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal/fatura não ha decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a Contratada apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

7 - O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil S/A.

8 - Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da contratada no "cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião de cada pagamento.

9 - Havendo atraso nos pagamentos, sobre o valor devido incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei estadual nº 6.544/1989, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "*pro rata tempore*" em relação ao atraso verificado.

10 - O valor da prestação mensal devida pelo contratante será reajustado anualmente, mediante a aplicação da seguinte fórmula paramétrica:

$$R = Po. \left[ \left( \frac{IPC}{IPC_0} \right) - 1 \right]$$

*(OBS: Trata-se da fórmula paramétrica estabelecida no § 5º do art. 1º da Resolução CC-79, de 12/12/2003)*



**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

11 - A periodicidade anual, de que trata o subitem 10 do item XIV deste Edital, será contada a partir da data da apresentação da proposta.

12 - Para fins de medição e remuneração, serão observados os critérios estabelecidos na Regulamentação de Preços e Critérios de Medição (Anexo VI do Edital) e os preços orçados na Proposta Comercial da Contratada.

## **XV - DA CONTRATAÇÃO**

1 - A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, pelo período de 30 (trinta) meses, cuja respectiva minuta constitui Anexo IX, do presente ato convocatório.

1.1 - Para instruir a formalização do contrato, a adjudicatária deverá providenciar no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a partir da data da publicação da homologação e adjudicação no DOE, declaração de que atende as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual, bem como certidões de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e a dívida ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional, e, ainda, certidão negativa de débitos trabalhistas, sob pena de a contratação não se concretizar.

1.1.1. Além das certidões referidas no subitem 1.1. acima, a adjudicatária deverá apresentar também, sob pena de a contratação não se concretizar, o(s) certificado (s) de homologação emitido(s) pela ANATEL, válido(s), sendo que este(s) deverão estar em estrita consonância com a proposta técnica apresentada no certame. Além disso, a adjudicatária deverá apresentar ainda:

a) Os Certificados de Conformidade emitidos pelos OCDs (Organismos de Certificação Designado) quanto aos produtos em questão que explicitem obrigatoriamente os demais equipamentos, componentes e acessórios que

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

deverão ser fornecidos para uso em conjunto com os produtos ofertado, tais como carregadores, baterias e que tais;

1.1.2 - Caso venha a ocorrer, comprovadamente, durante o período do certame licitatório a obsolescência ou descontinuidade da fabricação de algum produto, equipamento, componente ou acessório dentre aqueles ofertados por alguma licitante, mesmo as respectivas homologações e certificações não tendo perdido a validade, será obrigatória a substituição do(s) item(ns) em questão por outro(s) de qualidade equivalente ou superior, com homologações e certificações igualmente válidas, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.

1.2- Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem dentro do prazo de validade, a adjudicatária fica dispensada da apresentação das mesmas.

1.3 - Constitui ainda condição para a celebração do contrato, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo - CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da respectiva celebração.

1.4- A adjudicatária deverá, no prazo de 05 dias úteis, contados da data da convocação, comparecer na Sede da Secretária para assinar o termo de contrato.

1.5- O não cumprimento da obrigação estabelecida no subitem 1.4 do item XV deste Edital, no prazo ali estabelecido, ou a não apresentação dos documentos indicados no subitem 1.1 do item XV deste Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, nos termos do artigo 81, da Lei 8.666/93 e artigo 79, da Lei Estadual nº 6.544/89, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas e à aplicação de multa, observado o disposto na Resolução SAP n.º 121/2015.

16- Nas hipóteses previstas no subitem 1.3 do item XV deste Edital - existência de registro no CADIN Estadual - e subitem 1.5 do item XV deste Edital, fica facultado à Administração transferir a adjudicação aos demais participantes, nos termos do artigo 64, parágrafo segundo, da Lei Federal nº 8.666/93.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

1.7. – O contrato poderá ser alterado e prorrogado, por meio de termo aditivo, observada as disposições da Lei federal nº 8.666/1993 e Lei Estadual nº 6.544/1989.

**XVI - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

1 - Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87, da Lei Federal nº 8.666/93, artigos 80 e 81, da Lei Estadual nº 6.544/89, de acordo com o estipulado na Resolução SAP nº 121/2015 – Anexo X, no que couber.

2 - A licitante que ensejar o retardamento do certame, não mantiver a proposta ou fizer declaração falsa, inclusive aquela prevista no inciso I, do artigo 40, da Lei estadual nº 13.121, de 07 de julho de 2008, garantido o direito prévio de citação e ampla defesa, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas neste edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

3 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

4 - O CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas.

**XVII– DA GARANTIA CONTRATUAL**

1 - Após a adjudicação do objeto do certame e até a data da contratação, a licitante vencedora deverá prestar garantia correspondente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor da contratação, em conformidade com o disposto no art. 56 da Lei federal nº 8.666/1993.

1.1 - Se a adjudicatária optar pela modalidade seguro-garantia, das condições especiais da respectiva apólice deverá constar disposição expressa, estipulando

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

a responsabilidade da Seguradora pelo pagamento dos valores relativos a multas de quaisquer espécies, aplicadas à tomadora dos seguros.

1.2 - A garantia prestada será restituída (e/ou liberada) após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º do art. 56 da Lei federal nº 8.666/1993

1.3 - A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa, observado o disposto na Resolução SAP nº 121/2015.

**XVIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.**

1 - As normas que disciplinam esta Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro Contrato.

1.1 - Para fruição dos benefícios previstos nos subitens 2.3.1 e 3.4 do item VIII a qualidade de microempresa e empresa de pequeno porte deverá estar expressa nos documentos indicado no subitem 1.1 do item VI alienas "a", "b" e "d" e apresentar fora dos envelopes nºs 1, 2 e 3, declaração sob penas da lei, firmada por representante legal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo XI deste Edital. Para fruição dos mesmos benefícios, a cooperativa que preencha as condições fixadas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488, de 15/06/2007 também deverá apresentar fora dos envelopes nºs 1, 2 e 3, declaração sob penas da lei, firmada por representante legal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo XI deste Edital.

1.2 - Os casos omissos da presente Concorrência serão solucionados pela Comissão de Licitação.

1.3 - Quaisquer esclarecimentos em relação a esta licitação deverão ser solicitados à Secretaria da Administração Penitenciária, até 02 (dois) dias úteis da data fixada para a abertura da sessão do certame licitatório, mediante solicitação por escrito, protocolada, em dias úteis, das 09h às 17h, no

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

Departamento de Inteligência e Segurança da Secretaria de Administração Penitenciária, não sendo aceita, em nenhuma hipótese, o encaminhamento de outra forma.

1.4 – A publicidade dos atos pertinentes a licitação será efetuada mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

1.5 - Integram o presente Edital:

**Anexo I – Declaração de Pleno Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;**

**Anexo II – Projeto Básico;**

**Anexo III – Modelo Proposta Comercial;**

**Anexo IV – Planilha Orçamentária SAP;**

**Anexo V – Modelo Proposta Técnica;**

**Anexo VI – Regulamentação de Preços e Critérios de Medição**

**Anexo VII – Declaração de Regularidade Perante o Ministério do Trabalho;**

**Anexo VIII – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo e Regularidade a que se refere o parágrafo único, do artigo 117, da Constituição Estadual;**

**Anexo IX – Minuta de Contrato;**

**Anexo X – Resolução SAP nº 121/2015**

**Anexo XI – Declaração para microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativa;**

1.6 – O presente edital será publicado em resumo, na Imprensa Oficial, em jornal de grande circulação e nos sítios eletrônicos [www.sap.sp.gov.br](http://www.sap.sp.gov.br) e [www.e-negociospublicos.com.br](http://www.e-negociospublicos.com.br).

1.7 - O foro eleito para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na relação contratual a ser firmada com base no objeto desta Licitação é o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

São Paulo, 24 de junho de 2015.

**AMADOR DONIZETI VALERO**  
Chefe de Gabinete

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

**ANEXO I**

**DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE  
HABILITAÇÃO**

(Modelo a ser redigido em papel timbrado da licitante)

**À**

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**

**SÃO PAULO/SP**

**CONCORRÊNCIA CG nº 02/2015**

**Processo SAP/GS Nº 1560/2014**

Prezados Senhores,

Eu (nome e identificação completa), representante legal da empresa (identificação completa da licitante), interessada em participar no processo licitatório acima referenciado, **DECLARO**, sob as penas da lei, nos termos do inciso I do artigo 40, da Lei nº 6.544/89, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 13.121 de 7 de julho de 2008, que a empresa....., inscrita no CNPJ sob nº ....., sediada na ....., interessada em participar do certame em referência, cumpre plenamente, os requisitos de habilitação exigidos no item..... do Edital de Concorrência nº 02/2015.

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
Representante legal (nome e cargo)

(com carimbo da empresa)

*OBS.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da Licitante e deverá ser apresentado fora dos envelopes, acompanhando a carta credencial.*

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

**ANEXO II**  
Projeto Básico

## 1 Introdução

### 1.1 Legislação Atendida

Este Projeto Básico apresenta todo conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar a prestação de serviços que será contratado para implementar as determinações do Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código do Processo Penal), da Lei Nº 12.403, de 4 de maio de 2011, da Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, do Decreto Nº 7.627, de 24 de novembro de 2011, e demais ditames da Legislação em vigor pertinentes ao assunto.

### 1.2 Descritivo sucinto e Público alvo

Este documento estabelece os requisitos funcionais e técnicos a serem atendidos para a contratação de empresa prestadora de serviços de monitoramento remoto de indivíduos submetidos a medidas cautelares, por meio de rede de telecomunicações e sistemas informatizados capazes de identificar e localizar equipamentos instalados em até 7.000 indivíduos submetidos a medidas cautelares, que serão monitorados simultaneamente em todo território nacional, de acordo com a legislação referida no parágrafo anterior e/ou em cumprimento a determinações do Judiciário.

Durante a vigência do contrato, desde o início das atividades de monitoramento, a prestadora de serviços deverá prover a manutenção de uma reserva técnica equivalente a 10% da quantidade de equipamentos voltados ao monitoramento dos indivíduos submetidos a medidas cautelares, reserva essa que poderá sofrer pequenas flutuações momentâneas devido à dinâmica das perdas, manutenções e reposições de equipamentos.

### 1.3 Principais componentes exigidos para a prestação dos serviços

A prestação dos serviços de monitoramento remoto de 7.000 indivíduos submetidos a medidas cautelares, que serão monitorados simultaneamente em todo território nacional, compreende a instalação de toda a infraestrutura para coleta, processamento e armazenamento das informações, de forma segura, em espaço da contratada, com disponibilização dos equipamentos, pessoal especializado treinado, programas adaptados às necessidades da CONTRATANTE e equipamentos de localização, com produtos de telecomunicação homologados pela ANATEL, que possam ser utilizados sem ofensa à dignidade da pessoa humana.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

As características dos equipamentos estão especificadas em outro item deste Projeto Básico (Escopo).

#### 1.4 Condição essencial a ser atendida

É exigido que os produtos de telecomunicação a ser utilizados na prestação dos serviços de monitoramento tenham certificados de homologação emitidos pela ANATEL, válidos.

#### 1.5 Segurança e Sigilo de Dados e Informações

Tendo em vista preservar a segurança dos sistemas dedicados ao monitoramento e assegurar o sigilo dos respectivos dados e informações:

- a) É exigência essencial que não haja qualquer possibilidade de acesso aos sistemas que não ocorra através de IPs devidamente autorizados pela CONTRATANTE, inclusive considerando os IPs do Judiciário; da Central de Monitoramento da Contratada e também das instalações dedicadas ao monitoramento localizadas no Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães, na Barra Funda, em São Paulo.
- b) Os sistemas deverão dar suporte ao estabelecimento de perfis diferenciados para o acesso aos dados e informações, de acordo com o especificado neste Projeto Básico;
- c) Os sistemas só poderão ser acessados por usuários devidamente cadastrados, mediante a utilização de login e senha;
- d) Somente as autoridades da CONTRATANTE poderão ter acesso aos dados e informações referentes à identificação dos indivíduos monitorados submetidos a medidas cautelares.

## 2 Escopo

A prestação de serviços objeto desta Licitação abrange o monitoramento remoto de indivíduos submetidos a medidas cautelares através do registro de sua localização geográfica em intervalos de tempo subsequentes por meio do uso da telemática e de meios técnicos que permitam, à distância e com respeito à dignidade do indivíduo monitorado, observar sua presença ou ausência em determinado local e durante o período em que, por determinação judicial, ali deva ou não possa estar, no território nacional.

A solução proposta deve incluir o fornecimento de licenças de uso dos aplicativos eventualmente necessários ao acesso às informações gravadas em mídia,



**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

desenvolvimentos de aplicativos complementares e possíveis implementações para a integração de sistemas.

Tendo em vista o contingente de monitoramento remoto de indivíduos submetidos a medidas cautelares e a rotatividade desses indivíduos, o sistema deverá comportar o cadastramento de dados e informações referentes a, no mínimo, 210.000 (duzentos e dez mil) indivíduos, independentemente da quantidade de indivíduos submetidos a medidas cautelares que poderá ser monitorada simultaneamente durante a vigência do contrato.

A prestação de serviços de monitoramento de indivíduos submetidos a medidas cautelares deve permitir à CONTRATANTE identificar a posição georeferenciada de cada indivíduo monitorado, a qualquer momento, durante todo o tempo em que perdurar a medida determinante de seu monitoramento.

Além disso, deve permitir a parametrização individualizada de situações de alarme, bem como o estabelecimento de zonas e períodos de inclusão (regiões em que o indivíduo está autorizado a atravessar e/ou permanecer em horários determinados) e de zonas e períodos de exclusão (regiões em que o indivíduo não está autorizado ou está proibido de atravessar e/ou permanecer em horários determinados), condições cuja transgressão ensejará alarmes que serão devidamente registrados pelo sistema, juntamente com o descritivo das situações que os causaram.

Todos os dados referentes ao posicionamento dos indivíduos deverão ser coletados remotamente, devendo ser garantida sua transmissão segura e adequada à Infraestrutura por meio da qual serão devidamente coletados, processados, conferidos, registrados e armazenados.

A transmissão dos dados registrados pelos equipamentos a serem monitorados deverá ocorrer em tempo real, nas situações de alarme, ou observando períodos de no máximo dez segundos, nas situações de normalidade e obediência às regras estabelecidas para o monitoramento.

Tanto o processo crítico do monitoramento de indivíduos (que compreende a adequada identificação do posicionamento do indivíduo monitorado, a verificação do cumprimento ou descumprimento das regras estabelecidas, a coleta remota dos dados de monitoramento, bem como sua transmissão, processamento, conferência, registro e armazenamento) como a infraestrutura tecnológica que dará suporte ao mesmo, deverão ter total confiabilidade, disponibilidade e segurança.

Assim, o sistema especificado para o armazenamento de dados, que inclui os servidores das transações críticas, deverá ser redundante, com os sistemas de processamento e armazenamento primário e secundário (o principal e o redundante), devidamente alocados a

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

datacenters instalados no território nacional em locais distintos, seguros e dotados de todas as tecnologias indispensáveis a garantir a integridade do processo e das respectivas informações geradas.

Independente dessas tecnologias, a CONTRATANTE exige o estabelecimento de Planos de Contingência, inclusive considerando a redundância de plataformas e sistemas que possam de fato assegurar o imediato restabelecimento dos serviços críticos, de forma a prevenir e evitar situações de risco e insegurança.

A Solução deverá prover um sistema de armazenamento de Dados Históricos que permita à CONTRATANTE consultas via WEB (assim como o monitoramento), para análises estatísticas e auditoria dos sistemas e das informações indispensáveis à segurança.

Ainda com vistas à segurança, é de se notar que os dados e informações do monitoramento deverão ser devidamente protegidos pelo sistema através de recursos de encriptação e atribuição de logins e senhas de acesso para usuários autorizados, inclusive com níveis de acesso preestabelecidos, de forma a vedar qualquer acesso a informações ou dados a pessoal não autorizado.

O acesso a dados e informações revestidas de sigilo em decorrência de dispositivos legais (como os dados de identificação dos indivíduos monitorados) será facultado exclusivamente à CONTRATANTE, mediante o estabelecimento e habilitação de níveis de acesso que privilegiem o pleno atendimento das necessidades inerentes à operação dos sistemas, à prestação dos serviços e à obtenção dos resultados esperados como decorrência dos mesmos.

Da mesma forma, a Solução deve contemplar funcionalidades que permitam registrar todos os conjuntos de equipamentos e seus respectivos componentes, tais como:

- a. Carregadores de baterias;*
- b. Tornozeleiras;*
- c. Módulos de comunicação portáteis;*
- d. Alicates;*
- e. Sacadores;*
- f. Cintas de fixação;*
- g. Pinos ou travas, de fixação;*
- h. Baterias;*

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

O sistema deverá permitir, também, registrar os problemas verificados para cada componente, assim como os reparos e substituições realizadas; deverá possibilitar a obtenção do inventário dos equipamentos sob a responsabilidade da CONTRATANTE a qualquer tempo, inclusive por localidade, e deverá permitir verificar o histórico de utilização dos equipamentos por cada indivíduo monitorado, a qualquer tempo.

As funcionalidades deverão permitir, também, registrar as perdas, avarias, problemas de fabricação dos equipamentos ou outras situações que possam dar motivo a manutenções, substituições ou reposições.

**MUITO IMPORTANTE:** Como a Administração necessita ter pleno acesso a todas as informações geradas pelo monitoramento e seus complementos, tanto durante como após o encerramento da relação contratual com a prestadora dos serviços, deverão ser fornecidas rotineiramente à CONTRATANTE pela prestadora dos serviços, com periodicidade desde já estabelecida como semestral, cópias gravadas em mídia de todos os dados e informações geradas pelos sistemas que compõem o processo de monitoramento. Da mesma forma, será indispensável a disponibilização, sem ônus adicional e desde o início da operação plena do monitoramento de indivíduos, de aplicativo que assegure esse acesso a qualquer tempo e que possa ser instalado em um microcomputador de uso comum, dotado de leitor adequado para a mídia e de discos rígidos que comportem a dimensão dos arquivos com os registros fornecidos pela prestadora de serviços que deverão ser consultados. Se houver necessidade para o pleno acesso aos dados e informações fornecidos em mídia gravada, também deverá ser disponibilizado um conjunto completo abrangendo todos os demais aplicativos, gerenciadores de bancos de dados, sistemas operacionais e suas respectivas licenças de uso, para uso interno nas instalações da CONTRATANTE, que deverá ter acesso aos referidos dados e informações. O aplicativo para acesso aos dados e informações gravados em mídia e seus eventuais complementos deverão poder ser instalados em um microcomputador de uso comum, dotado de leitor adequado para a mídia e de discos rígidos que comportem a dimensão dos arquivos com os registros que deverão ser consultados.

O planejamento da implantação da Solução de monitoramento, as sistemáticas e metodologias a serem adotadas com tal finalidade, os componentes de plataformas (instalações; hardware; software; redes de telecomunicação; sistemáticas para o estabelecimento de perfis de usuários, cadastramento de usuários, designação e exigência de logins e senhas para acesso aos dados, informações e configurações do sistema; equipamentos a serem utilizados no monitoramento, principais funcionalidades do sistema, etc.), bem como a equipe a ser alocada à prestação dos serviços, deverão ser apresentados à CONTRATANTE de forma estruturada, clara e bem documentada, **na Proposta Técnica**.

Considerando que para participar da Licitação é condição indispensável à Licitante ser do ramo de monitoramento georeferenciado e comprovar experiências anteriores no referido

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

tipo de monitoramento, a Licitante deverá não apenas possuir, mas já ter operado o sistema aplicativo que deverá servir como base para o processamento dos dados do monitoramento.

Por outro lado, tendo em vista as especificações detalhadas neste Projeto Básico é importante ressaltar que, caso seja necessário, a Licitante deverá poder efetuar customizações que assegurem o pleno atendimento das necessidades da CONTRATANTE com vista ao monitoramento de indivíduos, privilegiando a preservação do sigilo de dados pessoais e legais, que serão cadastrados e visualizados exclusivamente por profissionais autorizados pela CONTRATANTE, bem como o “controle de estoque” dos equipamentos a serem monitorados, integrado ao sistema de monitoramento.

Assim, para a avaliação das propostas não será exigido que os sistemas já estejam devidamente customizados, o que poderá ser feito ao início do Contrato, por conta e risco da Contratada, desde que tais atividades não impliquem em atraso nos cronogramas estabelecidos para a Prestação dos Serviços.

Será exigido que a Licitante demonstre, em sua **Proposta Técnica**, ter tanto o pleno conhecimento das necessidades de eventuais customizações necessárias ao atendimento do que está especificado neste Projeto Básico por meio da apresentação, por exemplo, de esboços das telas de entradas de dados e de consultas, como a capacidade de realizá-las com a devida qualidade, de forma adequada e segura, nos prazos disponíveis, de forma que isso não acarrete qualquer impacto aos cronogramas definidos para a implantação da Solução. Os eventuais custos inerentes a essas atividades deverão estar inclusos naqueles previstos pela Licitante para sua mobilização.

Fica estabelecida como obrigação da contratada a reposição dos equipamentos defeituosos, perdidos, avariados (por mau uso ou não) ou destruídos, de forma a manter em disponibilidade para uso pela CONTRATANTE, durante todo o período de vigência do contrato, as quantidades contratadas, ressalvadas as flutuações naturais da quantidade total de equipamentos disponíveis para utilização, tendo em vista os prazos concedidos pela CONTRATANTE para a retirada e/ou reposição de equipamentos defeituosos, perdidos, avariados (por mau uso ou não) ou destruídos.

Serão considerados “avariados” os equipamentos que não estiverem funcionando adequadamente, que apresentarem danos visíveis a olho nu e que, por não estarem “destruídos”, puderem ser devolvidos pela CONTRATANTE à prestadora de serviços contratada para reparo remunerado.

Serão considerados “defeituosos” os equipamentos que não estiverem funcionando adequadamente, que não apresentarem danos visíveis a olho nu e que, por não estarem “destruídos” e terem aparência de novos, puderem ser devolvidos pela CONTRATANTE à prestadora de serviços contratada para reparo não remunerado.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

Serão considerados “perdidos” aqueles equipamentos que, ao serem utilizados para monitorar indivíduos, sofrerem extravio e não puderem ser recuperados pela CONTRATANTE (inclusive considerando aqueles que, por caracterizarem provas em inquéritos policiais ou processos judiciais ou ainda deverem ser periciados e não puderem ser recuperados para utilização), devendo ser repostos pela prestadora de serviços contratada mediante remuneração.

Serão considerados “destruídos” os equipamentos que não estiverem mais funcionando e que apresentarem danos de tal magnitude que possam ser considerados irrecuperáveis, devendo ser repostos pela prestadora de serviços contratada mediante remuneração.

MUITO IMPORTANTE: Tanto nos casos dos equipamentos “perdidos” como nos casos dos “destruídos”, as autoridades responsáveis pelas instalações desses equipamentos em indivíduos deverão, em conjunto com os profissionais designados pela prestadora de serviços contratada, realizar vistorias devidamente documentadas (inclusive com fotos) dos referidos equipamentos e, posteriormente, analisar e aprovar, integralmente ou não (sempre com as devidas justificativas formais), os relatórios apresentados pela prestadora de serviços detalhando as ocorrências que justificarão a remuneração tanto dos reparos como das reposições de equipamentos à prestadora contratada.

A reposição dos equipamentos destruídos ou perdidos deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do registro das ocorrências no sistema, e, nos demais casos, também 15 (quinze) dias corridos, mas contados a partir da notificação formal (através de email) da disponibilização para entrega dos equipamentos à contratada com vistas à execução de reparos, salvo se prazo menor for ofertado pela Licitante à CONTRATANTE por ocasião da apresentação da Proposta Técnica.

Tanto a retirada dos equipamentos que serão objeto de reparo e/ou manutenção como a entrega dos equipamentos reparados ou repostos deverão ser feitas no local de alocação original dos mesmos.

Além dos 7.000 equipamentos destinados aos monitoramentos previstos conforme descrito na Introdução, deverão ser disponibilizados para a CONTRATANTE conjuntos adicionais de equipamentos num total de 700 (setecentas) unidades, correspondentes a 10% do total de indivíduos monitorados, para compor um estoque de contingência objetivando a reposição imediata de equipamentos, de forma a assegurar a continuidade plena dos serviços de monitoramento no dia a dia.

Dessa forma, a contratada deverá, durante todo o período de vigência do Contrato, manter disponíveis para utilização pela CONTRATANTE um total de 7.700 conjuntos, total esse que naturalmente sofrerá pequenas flutuações e será recomposto dinamicamente, à medida que

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

as ocorrências decorrentes de perdas, extravios, quebras e manutenções forem devidamente tratadas, de acordo com os prazos estabelecidos contratualmente.

O monitoramento de indivíduos é um processo complexo composto de tarefas e atividades que se integram. Parte dessas tarefas e atividades corresponde aos serviços cuja execução será contratada, mas o restante deverá ser executado pela CONTRATANTE, utilizando tanto os sistemas de informação que suportarão os serviços de monitoramento como os equipamentos, ferramentas e materiais providos pela contratada.

A seguir, identificamos os principais itens que compõe o processo de monitoramento aqui referido.

## 2.1 Principais itens do processo

### 2.1.1 Executados pela Contratada

#### *2.1.1.1 Fornecimento dos conjuntos de equipamentos (kits) para o monitoramento (em regime de comodato) nas quantidades e locais determinados pela CONTRATANTE*

Endereços do local onde os equipamentos, nas quantidades a seguir informadas, bem como respectivas ferramentas e materiais para instalação dos equipamentos em indivíduos, deverão ser inicialmente entregues:

Fórum Criminal Central – Complexo Judiciário “Ministro Mário Guimarães”  
Av. Abraão Ribeiro, 313 – Barra Funda

Quantidade inicial de conjuntos de equipamentos prevista:  
7.000 conjuntos  
700 conjuntos (reserva técnica)

Tendo em vista que a instalação em indivíduos submetidos a medidas cautelares deverá ser gradativa, as entregas de equipamentos deverá obedecer o seguinte cronograma:

Até no máximo 45 dias, a partir da assinatura do contrato:  
Entrega de 3.500 conjuntos;

Até no máximo 105 dias, a partir da assinatura do contrato:  
Entrega de mais 4.200 conjuntos (totalizando 7.700 conjuntos entregues, quantidade que já inclui os 700 conjuntos caracterizados como reserva técnica)

**MUITO IMPORTANTE:** Após a primeira entrega, prevista para ocorrer até 45 dias da assinatura do contrato, já passará a valer a sistemática estabelecida para a manutenção / reposição de equipamentos, que deverá obedecer aos prazos estabelecidos contratualmente.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

*2.1.1.2 Coleta dos equipamentos destinados pela CONTRATANTE para manutenção*

Deverá ser feita no Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães.

*2.1.1.3 Realização da manutenção nos equipamentos, com eventuais substituições, quando necessárias*

*2.1.1.4 Entrega dos equipamentos reparados*

Deverá ser feita no Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães.

*2.1.1.5 Entrega dos equipamentos em que não houve constatação de defeito*

Deverá ser feita no Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães.

*2.1.1.6 Entrega dos equipamentos em reposição àqueles que foram perdidos / destruídos*

Deverá ser feita no Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães.

*2.1.1.7 Habilitação automática (no sistema) do monitoramento do indivíduo quando ocorrer a ativação pela CONTRATANTE dos equipamentos instalados em indivíduos*

*2.1.1.8 Monitoramento dos indivíduos de acordo com os dados e parâmetros cadastrados pela CONTRATANTE*

*2.1.1.9 Gestão das situações de alarmes apontadas pelo sistema e comunicação imediata das mesmas através de telefone e email aos responsáveis determinados pela CONTRATANTE*

A gestão das situações de alarmes apontadas pelo sistema e a comunicação imediata das mesmas através de telefone e email aos responsáveis determinados pela CONTRATANTE para as providências daí decorrentes deverão ser feitas sempre conservando os registros formais das comunicações realizadas e considerando, inclusive, os procedimentos de comunicação dos alertas a autoridades superiores aos responsáveis (já mencionados) que vierem a ser acordados com a CONTRATANTE durante a implantação do monitoramento.

A Licitante deverá informar sua propositura com relação a esse procedimento no corpo de sua **Proposta Técnica**.



**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

*2.1.1.10 Geração, Transmissão e Armazenamento de dados e informações, com sigilo, segurança e qualidade*

*2.1.1.11 Registro histórico seguro da movimentação monitorada dos indivíduos, com fornecimento de cópias em mídia para a CONTRATANTE, com periodicidade semestral*

*2.1.1.12 Customização dos seguintes relatórios para extração e impressão por autoridades da CONTRATANTE*

Relatório dos posicionamentos georeferenciados de um monitorado específico durante um período de tempo determinado (mapa indicando os deslocamentos) através de seu tempo de início e tempo de término, num intervalo de no máximo 24hs, em que sejam visíveis os logradouros e arruamentos, com indicação de momentos suficientes para uma adequada caracterização da movimentação no período considerado;

Relatório para instalação de equipamentos em indivíduos (indexado por equipamento a ser instalado);

Relatório para recepção dos equipamentos pela CONTRATANTE, quando do retorno dos indivíduos monitorados após conclusão da medida cautelar de monitoramento respectiva (indexado pela identificação/nome do indivíduo);

Relatório de equipamentos a serem entregues à prestadora de serviços para reparos, indicando os avariados e os defeituosos (de acordo com a identificação visual realizada pelos responsáveis pelo procedimento);

Relatório diário para gestão superior do monitoramento (modelo a ser fornecido pela CONTRATANTE após assinatura do contrato). Com relação a esse relatório, é importante ressaltar que as observações constantes do relatório deverão corresponder a campos alimentados diariamente pelos servidores da Administração responsáveis pela informação, sendo os quantitativos calculados diretamente pelo Sistema;

Relatório de equipamentos em estoque, em condições de uso;

Relatório de equipamentos em estoque, sem condições de uso.



**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

*2.1.1.13 Customização das mensagens do sistema de monitoramento a serem encaminhadas automaticamente às autoridades da CONTRATANTE para informação dos alarmes e alertas ocorridos, para que contenham informações acessíveis somente ao pessoal da CONTRATANTE autorizado para tal a seguir discriminadas (além de outras também acessíveis ao pessoal da prestadora de serviços igualmente relacionadas)*

Matrícula

Nome

Filiação

R.G.

Foto

Dados da determinação da medida cautelar de monitoramento e respectivas restrições

Dados do Processo a que está respondendo o indivíduo monitorado

Vara Criminal responsável pelo Processo

Localização da Vara Criminal

Data de início do monitoramento

Data de término do monitoramento

Localização da fruição do monitoramento

Equipamento monitorado

Descritivo contendo os dados verificados na ocorrência

*2.1.1.14 Elaboração dos relatórios mensais consolidados para a CONTRATANTE*

Os relatórios apresentados mensalmente pela Prestadora de Serviços à CONTRATANTE deverão contemplar obrigatoriamente, no mínimo, quantitativos e informações referentes a:

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

Equipamentos ativos, à disposição

Equipamentos ativos, em uso

Equipamentos perdidos / destruídos, a ressarcir (Quantidades por Vara Criminal e Total)

Equipamentos reparados, a remunerar (Quantidades por Vara Criminal e Total)

Equipamentos reparados, em garantia (Quantidades por Vara Criminal e Total)

Equipamentos enviados para reparo e devolvidos sem constatação de defeito (Quantidades por Vara Criminal e Total)

Principais ocorrências registradas no período

Valores a serem pagos no mês

**2.1.2 Executados pela CONTRATANTE**

*2.1.2.1 Disponibilização dos recursos necessários ao acompanhamento (via internet) do monitoramento realizado, ao controle de estoque dos materiais e equipamentos e às demais atividades inerentes à gestão contratual*

*2.1.2.2 Planejamento da alocação e utilização dos kits de monitoramento e comunicação à Contratada para as devidas providências*

*2.1.2.3 Recebimento inicial dos equipamentos, ferramentas e materiais fornecidos pela Contratada no Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães*

*2.1.2.4 Estocagem e cadastramento dos equipamentos, ferramentas e materiais para o monitoramento recebidos*

*2.1.2.5 Distribuição dos kits de monitoramento recebidos pelas áreas responsáveis por sua guarda e utilização e pela atualização dos dados no sistema de controle do estoque*

*2.1.2.6 Cadastramento dos indivíduos no sistema*

*2.1.2.7 Cadastramento e atualização do sistema de monitoramento com os parâmetros para a conduta do indivíduo estabelecidos pela CONTRATANTE*

*2.1.2.8 Cadastramento dos equipamentos associados aos respectivos monitorados*

*2.1.2.9 Instalação dos equipamentos de monitoramento nos respectivos indivíduos e suas correspondentes ativações (nos próprios equipamentos instalados)*

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

*2.1.2.10 Acompanhamento do monitoramento (acesso ao sistema via intranet da CONTRATANTE)*

*2.1.2.11 Ações e providências (decorrentes das situações de alarmes apontadas pelo sistema e comunicadas à CONTRATANTE):*

Junto às autoridades da Segurança Pública,

Junto às autoridades do Judiciário,

Junto a terceiros, quando se fizer necessário.

*2.1.2.12 Verificação das quantidades de equipamentos perdidos e/ou destruídos a remunerar no mês e atualização do sistema de controle do estoque, com elaboração dos relatórios formais respectivos*

*2.1.2.13 Identificação e coleta interna dos equipamentos defeituosos e/ou avariados a serem encaminhados para manutenção e respectiva atualização do sistema de controle do estoque, com elaboração dos relatórios formais respectivos*

*2.1.2.14 Entrega dos equipamentos para manutenção e respectiva atualização do sistema de controle do estoque*

*2.1.2.15 Recebimento dos equipamentos reparados ou repostos pela Contratada no local em que estão alocados e respectiva atualização do sistema de controle do estoque*

*2.1.2.16 Extração de relatórios diversos, disponíveis no sistema de monitoramento*

*2.1.2.17 Verificação e aprovação dos relatórios mensais apresentados pela Prestadora dos Serviços*

Equipamentos ativos, à disposição

Equipamentos ativos, em uso

Equipamentos perdidos / destruídos, a ressarcir (Quantidades por Vara Criminal e Total)

---

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

Equipamentos reparados, a remunerar (Quantidades por Vara Criminal e Total)

Equipamentos reparados, em garantia (Quantidades por Vara Criminal e Total)

Equipamentos enviados para reparo e devolvidos sem constatação de defeito  
(Quantidades por Vara Criminal e Total)

Principais ocorrências registradas no período

Valores a serem pagos no mês

## 2.2 Principais recursos exigidos para a prestação dos serviços

Alocação dos recursos humanos, das instalações físicas e de toda infraestrutura tecnológica necessária à geração e gestão das informações inerentes ao processo de monitoramento e à segurança do mesmo.

### 2.2.1 Instalações, infraestrutura tecnológica e equipe

Principais instalações da prestadora de serviços dedicadas ao monitoramento:

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

*2.2.1.1 Central de suporte ao monitoramento (Call Center) para atendimento à CONTRATANTE em regime 7 X 24*

*2.2.1.2 Central para o monitoramento dos indivíduos e demais atividades e providências disso decorrentes, em regime 7 X 24*

*2.2.1.3 Datacenter*

Principal

Secundário (redundante)

*2.2.1.4 Recursos exigidos para as principais instalações dedicadas ao monitoramento*

Sistemas de Controle e Registro dos Acessos às instalações

Relatórios de Acesso ao ambiente

Sistema de Climatização

Rede elétrica estabilizada

Sistema No Break

Sistema automático de geração de energia (Gerador)

Sistema de prevenção e combate a incêndios

Sistema automático de detecção de fumaça

Sistema automático de alarme sonoro

Sistema automático de combate ao fogo

*2.2.1.5 Equipamentos para instalação em indivíduos*

Os equipamentos da contratada que serão utilizados para o monitoramento de indivíduos, inclusive o componente a ser instalado nos indivíduos e as ferramentas e materiais necessários à instalação, deverão atender as seguintes condições:

a) equipamentos com peso máximo de 300 gramas, quando se tratar de uma única peça instalada no indivíduo;

b) equipamentos com peso máximo de 500 gramas, quando se tratar de 2 (duas) peças (uma instalada no indivíduo e outra portada pelo indivíduo);

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

- c) anatomicamente confortável (o equipamento instalado no indivíduo) e que não ofereça risco à saúde, pois tais equipamentos terão uso contínuo;
- d) dimensões compatíveis com o seu peso e que garantam a descrição, ergonomia e portabilidade;
- e) homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL dos produtos de telecomunicação ofertados para o monitoramento (a ser instalado/portado); não podendo, em nenhum caso ou situação, o mesmo oferecer risco à integridade física e/ou à saúde do usuário ou de terceiros;
- f) os equipamentos e respectivos acessórios (eventuais) deverão ser substituídos sem qualquer ônus para a CONTRATANTE após o término da vida útil informada pelo fabricante, sendo exigido que a vida útil seja de no mínimo 1 (um) ano;
- g) para efeito dos assim chamados “defeitos de fabricação” dos equipamentos e respectivos acessórios (eventuais) que serão entregues à CONTRATANTE ao início do Contrato, bem como dos que serão entregues em reposição àqueles perdidos ou destruídos, e mesmo daqueles que eventualmente vierem a ser entregues à CONTRATANTE em decorrência de verificações, reparos ou manutenções realizadas, as respectivas garantias deverão perdurar durante toda a vigência contratual e seus respectivos aditamentos;
- h) o material utilizado na confecção do equipamento deverá ter resistência adequada ao uso diário, devendo suportar a exposição à água, ao calor e a impactos, e deverá contar com textura satisfatória ao uso, com característica anti-alérgicas;
- i) o elemento de fixação, ou seja, a cinta de instalação da tornoeleira no indivíduo, deverá permitir regulagem para o ajuste do equipamento ao indivíduo;
- j) o elemento de fixação deverá conter, obrigatoriamente, uma fibra ótica, cuja função, após a instalação do equipamento no indivíduo e sua correspondente ativação (com vistas a monitorar) é acusar de imediato qualquer eventual rompimento ou interrupção do sinal de luz e, assim, permitir que o equipamento comunique à central de monitoramento a violação ocorrida;
- k) os alicates dedicados aos cortes e ajustes das cintas de fixação, bem como à colocação dos pinos, travas e/ou lacres essenciais à instalação dos equipamentos para o monitoramento em indivíduos, assim como os eventuais "sacadores" dedicados à desinstalação dos equipamentos, deverão assegurar a adequada precisão às tarefas de instalação e prevenir possíveis riscos aos envolvidos quando de sua utilização;

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

- l) o tempo de recarga da bateria deverá ser de no máximo 04 (quatro) horas;
- m) o carregador da bateria deverá ter dupla voltagem de operação (110/220V);
- n) a bateria (recarregável) deverá suportar o uso contínuo por período mínimo de 24 horas;
- o) caso o equipamento seja de uma única peça, deverá possibilitar a recarga da bateria de forma que se possa evitar que o equipamento instalado no indivíduo fique conectado a uma tomada elétrica durante o período destinado à recarga. Além disso, a solução deverá assegurar condições para que, mesmo durante o período de recarga e eventual remoção da bateria assim chamada principal para recarga, o monitoramento do indivíduo permaneça efetivo, sendo que se para isso forem necessários baterias extras que permaneçam instaladas nos equipamentos durante a recarga das outras, elas deverão ser igualmente fornecidas junto com os equipamentos.

MUITO IMPORTANTE: A exigência desse item tem fundamento na necessidade de preservar a integridade dos indivíduos submetidos a medidas cautelares que serão monitorados através de uso contínuo, ininterrupto, de equipamentos nele instalados. Por questões de segurança, o recarregamento de baterias através de conexão à rede elétrica deverá ser feito, obrigatoriamente, fora do local onde os indivíduos monitorados se recolherem para seu descanso, evitando-se assim risco de choques, descargas elétricas e/ou superaquecimento.

- p) as baterias, recarregáveis ou não, principais ou suplementares, internas ou externas, deverão ser substituídas sempre que ocorrer a necessidade, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE a não ser nos casos de perda ou destruição das mesmas, em que a substituição será remunerada de acordo com os preços regulamentados contratualmente.
- q) os equipamentos deverão ser dotados de dispositivos que permitam notificar ao indivíduo monitorado situações de alarme por meio ou de avisos luminosos, ou de avisos vibratórios ou ainda de avisos sonoros, para que ele possa providenciar, em tempo hábil, as medidas necessárias junto à CONTRATANTE, de forma a resolver problemas não intencionais com a devida rapidez, evitando o agravamento das situações decorrentes das eventuais transgressões alarmadas pelo sistema de monitoramento;
- r) funcionalidades porventura disponíveis nos equipamentos, mas que não interessem à CONTRATANTE ou que sejam incompatíveis com os serviços que deverão ser prestados, necessitarão ser bloqueadas de forma a não prejudicar as atividades de monitoramento contratadas. Caso não possam ser bloqueadas, isso caracterizará o

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

não atendimento das exigências técnicas especificadas neste Edital e ensinará a **desclassificação da Licitante**, da mesma forma que o não atendimento das demais exigências.

Tendo em vista a necessidade de preservar a integridade e segurança de todos os indivíduos submetidos a medidas cautelares, não serão aceitos, em nenhuma hipótese, equipamentos (tornozeleiras) que, para recarga de bateria, exijam conexão à rede elétrica de equipamento instalado em um indivíduo monitorado, sujeitando-o a riscos. Assim, só serão aceitos conjuntos de equipamentos de monitoramento compostos de:

- a. uma tornozeleira fixa no indivíduo cujas baterias não necessitem de recarregamento elétrico e/ou conexão à rede elétrica, quando instalada no indivíduo;
- b. um módulo de comunicação cuja bateria possa ser recarregada (mesmo que a cada período de 24 hs) em local diferente daquele em que os indivíduos se recolherem para seu descanso, principalmente durante as noites, e de
- c. um carregador que permita essa recarga;

ou de

- d. conjuntos de equipamentos (tornozeleira mais carregador) em que as baterias que necessitem de recargas frequentes (a cada período de 24hs) possam ser diariamente substituídas (e recarregadas com a utilização dos carregadores que deverão compor o respectivo conjunto) sem que isso interrompa/prejudique o processo de monitoramento ou acarrete qualquer insegurança ao processo ou aos indivíduos submetidos a medidas cautelares monitorados;

ou ainda de

- e. conjuntos de equipamentos em que as recargas diárias das baterias das tornozeleiras instaladas nos indivíduos possam ser realizadas através de conexão a “descarregadores” dotados de baterias suplementares que, por sua vez, possam ter sido alimentados através de conexão à rede elétrica em outro período e ambiente. Nesses casos, a recarga das baterias dos equipamentos deverá ocorrer em períodos inferiores a quatro horas e a conexão elétrica, temporária, entre a tornozeleira e o “descarregador” (que através do descarregamento de sua própria bateria carrega a bateria da tornozeleira acoplada ao indivíduo) deverá poder ser realizada sem que isso interrompa/prejudique o processo de



**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

monitoramento ou acarrete qualquer insegurança ao processo de monitoramento ou ao indivíduo monitorado.

*2.2.1.6 Hardware*

Características Gerais da Tecnologia e Hardware

Porte da Solução:

A Solução deverá ser capaz de atender de forma adequada no mínimo uma quantidade de 200 (duzentos) acessos simultâneos locais e remotos para o monitoramento, com autenticação segura dos usuários autorizados pela CONTRATANTE através de Login e senha; com telas, textos e mensagens em português do Brasil; permitindo visualização dos dados e informações do monitoramento em telas gráficas (como por exemplo, o posicionamento de monitorados nos mapas virtuais dos logradouros da cidade em que se encontram), com resolução mínima de 800 x 600.

O sistema deverá ser constituído pelos componentes abaixo relacionados, nas quantidades e capacidades técnicas relativas à solução proposta:

- a) Concentradores de Dados;
- b) Servidores de Dados Operacionais;
- c) Servidores de Bancos de Dados de Históricos de monitoramento;
- d) Servidores Web e equipamentos de rede e comunicação respectivos;
- e) Estações de Trabalho a serem utilizadas nas instalações da Contratada;
- f) Estações de trabalho virtuais / Interfaces de acesso via Web;
- g) Tolerância a falhas do Sistema e de seus principais componentes;
- h) Coleta de dados e armazenamento das informações.

Os dados a serem armazenados deverão ser coletados e suas informações atualizadas, para o monitoramento, no máximo a cada 10 segundos.

Para garantir a segurança física e lógica, o sistema deverá ter:

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

- a) Sistemática de backups;
- b) Auditoria;
- c) Firewall.

*2.2.1.7 Software*

Para cumprir este item, além das demais exigências especificadas, a Licitante deverá apresentar, em sua **Proposta Técnica**, um descritivo detalhado, devidamente ilustrado através de esquemas gráficos, fluxogramas e material técnico impresso suficiente e adequado à plena caracterização dos principais componentes de Software da Tecnologia a ser utilizada para a Prestação de Serviços de Monitoramento de Indivíduos.

A capacidade do software deverá permitir a preservação de dados relativos ao monitoramento de uma quantidade de indivíduos monitorados no mínimo 10 (dez) vezes superior à quantidade que será monitorada no dia a dia como objeto do contrato a ser celebrado, tendo em vista que a rotatividade dos indivíduos e a necessidade de manter os registros de todos que vierem a ser monitorados exigirá limites bem superiores aos quantitativos de monitoramentos simultâneos diários.

A solução de software deverá, obrigatoriamente, permitir o cadastramento, armazenamento e a recuperação dos seguintes dados referentes aos indivíduos:

Acesso somente para a CONTRATANTE:

- Matrícula;
- Nome;
- Filiação;
- R.G.;
- Foto;
- Dados da determinação da medida cautelar de monitoramento do indivíduo;

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

Acesso para a CONTRATANTE e também para o pessoal autorizado da prestadora de serviços contratada:

- Local de instalação, ativação, desativação, desinstalação do equipamento;
- Data de início da medida cautelar de monitoramento do indivíduo;
- Data de término da medida cautelar de monitoramento do indivíduo;
- Localização da medida cautelar de monitoramento do indivíduo;
- Histórico dos equipamentos de monitoramento utilizados.

Para assegurar a integridade dos dados e informações, o sistema deverá vedar cadastramentos em duplicidade nos bancos de dados componentes da solução.

No caso de eventuais erros no cadastramento da matrícula do indivíduo, que além de outras inconsistências poderia acarretar uma possível duplicidade, a correção pós-cadastramento só deverá ser permitida mediante justificativa escrita e cancelamento do registro com anuência de autoridade superior designada para tal e concurso de sua senha pessoal.

Nos campos alfanuméricos o sistema deverá permitir a indiferenciação de letras maiúsculas e minúsculas, acentuação, cedilhas, hífens, pontuação e trema, provendo facilidades para consulta e recuperação das informações, pelos funcionários autorizados da CONTRATANTE, como pesquisas fonéticas, que tornem transparentes as possíveis diferenças de grafia porventura existentes.

Para vedar o acesso de pessoas não autorizadas às informações cujo caráter sigiloso é um preceito obrigatório, a recuperação dos dados anteriormente especificados referentes aos indivíduos cujo cadastramento no sistema será feito exclusivamente pela CONTRATANTE, tanto com relação a pesquisas em tela como para a emissão de relatórios, exigirá obrigatoriamente a utilização de login e senha das pessoas exclusivamente da CONTRATANTE formalmente autorizadas para tal.

Dessa forma, deve ficar claro que os operadores da Contratada só terão acesso a informações como identificação e posicionamento dos equipamentos a serem monitorados e acompanhamento das condições impostas ao indivíduo cadastradas no sistema pela CONTRATANTE, bem como os consequentes alarmes.

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

O software aplicativo da Solução ofertada deverá permitir flexibilidade de configuração tanto com relação à formatação do layout das telas para o cadastramento e acesso às informações, como quanto à formatação dos relatórios impressos e eventual facilitação para a utilização de dados já existentes no sistema em ocorrência da necessidade de recadastramentos.

As falhas que comprometam a realização de funções deverão ser detectadas e informadas ao operador pelo sistema e as funções afetadas deverão ser apresentadas em tela com aspecto diferente das funções disponíveis.

O software deverá possuir rotinas de autodiagnóstico on- line que permitam detectar falhas tanto de software como de hardware. As falhas detectadas, inclusive no tocante a incorreções cadastrais deverão ser informadas ao operador da CONTRATANTE e as funções afetadas deverão ser apresentadas nas telas com aspecto diferenciado, que indique a anormalidade percebida e alerte o operador sobre a possível inconsistência a ser corrigida.

O Sistema de informação que suportará a Solução ofertada deverá possuir programas de teste que verifiquem os equipamentos monitorados individualmente com relação às principais funções designadas para o monitoramento.

Todas as alterações em equipamentos monitorados, falhas e equipamentos, falhas de canal de comunicação, falhas em comandos programados, alterações de configuração, devem ser armazenadas associadas a local, data, hora e responsável.

O sistema deve possibilitar back-up automático para garantir a preservação segura dos dados e informações do sistema.

O software do Sistema deverá permitir a emissão de relatórios padronizados para consulta e impressão, devendo, também, proporcionar facilidades de alteração nos relatórios padrão, assim como para a criação de novos relatórios.

O Sistema deverá ser capaz de classificar os alarmes em, no mínimo, 3 (três) graus de severidade. Cada nível de severidade terá tratamento particular em função de suas consequências para a operação do monitoramento como um todo ou da prioridade atribuída ao monitorado.

Os dados de posicionamento deverão ser gerados e registrados a cada 10 (dez) segundos, transmitidos e armazenados pelos servidores. Nas situações de alerta/alarme, as transmissões dos dados registrados serão feitas a cada 10 (dez) segundos. Nas demais situações as transmissões poderão ser feitas em até 2 (dois) minutos. As telas para o monitoramento deverão espelhar tais situações.

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

O software deverá ter flexibilidade para alteração da severidade de um determinado alarme, alteração essa que será devidamente registrada para fins de auditoria.

O software do Sistema deverá permitir auditorias operacionais para verificação da responsabilidade pela execução de tarefas operacionais (mudança de estado dos equipamentos, reconhecimento de alarmes, alterações de setpoints, mudanças de parâmetros), pelo acesso e alteração de informações, alterações e reconfiguração de software e arquivos.

O Sistema deverá permitir a utilização de cada um de seus subsistemas, em determinadas Estações de Trabalho, por um usuário ou operador que tenha as senhas de acesso adequadas.

Cada senha deverá vincular um operador aos subsistemas que ele pode operar e determinar em quais Estações de Trabalho poderá fazê-lo. Do mesmo modo, cada senha deverá associar um único usuário aos subsistemas que ele pode utilizar e determinar em quais Estações de Trabalho poderá fazê-lo.

O software do Sistema deve possibilitar a alteração de alguns parâmetros como a severidade de alarmes, a atribuição de estação de trabalho, a configuração remota do monitoramento, o estabelecimento de regras gerais, o estabelecimento de regras individuais, o período do monitoramento, o estabelecimento de “flags” de cerca eletrônica e de zonas de exclusão, a taxa de atualização dos dados de posicionamento, a localização dos indivíduos. A configuração default poderá ter seus parâmetros alterados através de comandos específicos.

O Sistema deverá ter flexibilidade para atribuição das categorias de trabalho nas unidades da rede. Os diversos computadores poderão receber diversas atribuições, possibilitando assim flexibilidade operacional. A mudança de atribuição de uma estação de trabalho só poderá ser realizada através de uma única estação de trabalho, com o uso da senha adequada.

O Sistema deverá prever facilidade para permitir a análise de dados existentes no sistema de monitoramento, eventualmente até com utilização de aplicativos de mercado ou outros sistemas de informações externos, mesmo que através da geração de arquivos para download remoto dos dados desejados, desde que esse download seja autorizado por senhas e a ocorrência permaneça devidamente registrada no sistema. Essa facilidade só deverá ficar disponível para os usuários com perfil de Supervisão Geral do Sistema.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

O software do Sistema deverá proporcionar facilidades de correio eletrônico para comunicação entre os diversos operadores e usuários autorizados da CONTRATANTE.

O sistema deverá assegurar a integração dos seguintes subsistemas:

a) Gerenciamento e Monitoramento da Infraestrutura do Sistema;

b) Cadastramento e gestão dos Equipamentos;

- Recebimento dos equipamentos pela CONTRATANTE e confirmação do pré-cadastramento dos mesmos
- Localização de equipamentos, ferramentas e materiais no estoque da CONTRATANTE
- Problemas verificados nos equipamentos
- Avarias
- Reparos
- Substituições
- Devoluções
- Perda/Roubo/Destrução

c) Configuração remota do monitoramento;

d) Análises estatísticas;

e) Relatórios gráficos.

**2.2.1.8 Equipe**

A equipe para prestação de serviços deverá ser formada por profissionais com as habilitações ou especialidades abaixo descritas:

- Coordenação Geral

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

Deverá ser composta por no mínimo:

01 (um) Profissional de nível superior completo para atuar na gestão do processo de monitoramento, realizando essas atividades com estreito contato com a CONTRATANTE;

· **Operação**

As equipes deverão ser formadas por Técnicos de nível superior ou de 2º grau, com experiências nas áreas de telecomunicação, redes e infraestrutura.

As equipes deverão ser compostas por, no mínimo:

- Coordenação Geral - 1 (um) profissional de nível superior;
- Equipe de apoio - 1 (um) profissional por cada unidade de instalação/desinstalação de equipamentos de monitoramento de indivíduos.

Tendo em vista o número elevado de indivíduos a monitorar e que, por conta disso, em certos momentos as quantidades de equipamentos que deverão ser vistoriadas pelos profissionais da prestadora de serviços em conjunto com as autoridades responsáveis (com vistas à reposição ou manutenção dos mesmos) também poderão ser elevadas, para essas ocasiões a prestadora de serviços deverá prover um reforço das equipes que possa, sempre, assegurar a realização das vistorias num ritmo adequado à reposição dos equipamentos (sem condições de uso) de forma a evitar quaisquer impactos negativos à continuidade dos serviços de monitoramento.

Para a caracterização dos quadros e apreciação da CONTRATANTE, 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do Contrato a empresa prestadora de serviços deverá apresentar “curricula vitarum” de todos os profissionais alocados à prestação dos serviços, sejam dirigentes ou empregados.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

2.2.2 Recursos de Georeferenciamento no mínimo suficientes para permitir a verificação, a qualquer tempo, do posicionamento dos indivíduos monitorados através das coordenadas de sua localização (Global Positioning System) e que assegurem, nos displays de vídeo através dos quais os indivíduos estejam sendo monitorados, ao menos uma visualização esquemática (através de mapas) dos logradouros e arruamentos da região em que o indivíduo estiver, de forma a que se possa verificar visualmente seu posicionamento com referência aos itens citados

2.2.3 Recursos de Telecomunicações que assegurem cobertura para o monitoramento de indivíduos em todo o território nacional

2.2.4 Recursos para armazenamento, processamento e recuperação dos dados coletados, pesquisas, geração de relatórios e auditorias de integridade dos sistemas e informações

2.2.5 Recursos para garantir o sigilo e a segurança dos sistemas e seus respectivos dados e informações

*2.2.5.1 Sistemas de controle e registro dos acessos às instalações dedicadas ao monitoramento*

*2.2.5.2 Gestão dos usuários e respectivos acessos aos sistemas de informação dedicados ao monitoramento*

Cadastramento dos usuários autorizados formalmente pela CONTRATANTE

Atribuição de login

Atribuição de senha de acesso

Estabelecimento de perfis de acesso a dados e informações

*(a) Supervisão Geral*

Acesso a todas informações e relatórios disponibilizados pelo sistema, mas sem acesso a quaisquer operações de cadastramento ou alterações de dados e/ou informações do sistema.

*(b) Supervisão Regional*

Acesso a todas informações e relatórios disponibilizados pelo sistema com referência a uma região específica, mas sem acesso a quaisquer operações de cadastramento ou alterações de dados e/ou informações do sistema.



**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

*(c) Supervisão local*

Acesso a todas informações e relatórios disponibilizados pelo sistema com referência a um local específico, mas sem acesso a quaisquer operações de cadastramento ou alterações de dados e/ou informações do sistema.

*(d) Operação do monitoramento*

Acesso a todas informações e relatórios disponibilizados pelo sistema com referência a um local específico, incluindo acesso às operações de cadastramento ou alterações de dados locais, de sua alçada específica.

Poderão ser estabelecidos perfis exclusivos tanto para atividades voltadas às movimentações de equipamentos como para as atividades referentes apenas ao monitoramento.

*(i) Dados de indivíduos*

*(ii) Dados de equipamentos*

*(iii) Dados de movimentação de equipamentos e estoques*

*(iv) Dados de horários, áreas de inclusão, áreas de exclusão, autorizações de viagens, etc...*

*(v) Dados de instalação e desinstalação de equipamentos em indivíduos*

Registro histórico de todos acessos ao sistema para fins de auditoria

Bloqueio automático de usuários de perfil operacional após prazos pré-estabelecidos

**2.2.5.3 Criptografia dos dados e informações transmitidos e processados pelo sistema de monitoramento**

Deverão ser apresentadas, na **Proposta Técnica**, as características da criptografia adotada na solução ofertada para assegurar o sigilo dos dados e informações de monitoramento.

**2.2.5.4 Planos de contingência para situações críticas**

Deverão ser apresentados, na **Proposta Técnica**, os planos de contingência, ou seja, os conjuntos de ações a serem levados a efeito, a equipe responsável por essas ações, os equipamentos, sistemas, instalações, serviços e os respectivos tempos

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

previstos para sua execução, quando da ocorrência de situações com alto potencial de impacto para os serviços de monitoramento, a seguir descritas:

Plano de contingência para indisponibilidade do Datacenter:

A Solução Proposta deverá contemplar e descrever objetivamente, na **Proposta Técnica**, o conjunto de ações que serão adotadas, bem como a equipe responsável por essas ações, indicando os equipamentos, sistemas, instalações e serviços relativos ao plano de contingência destinado a assegurar o retorno do Datacenter à operação normal, com disponibilidade e capacidade plenas, considerando como tolerância máxima para falhas um tempo limite de 15 min por mês.

Plano de contingência para indisponibilidade da comunicação com os módulos a serem monitorados:

A Solução Proposta deverá contemplar e descrever, na **Proposta Técnica**, objetivamente o conjunto de ações que serão adotadas, bem como a equipe responsável por essas ações, indicando os equipamentos, sistemas, instalações e serviços relativos ao plano de contingência destinado a assegurar a plena disponibilidade da comunicação entre o datacenter e os módulos a serem monitorados, considerando como tolerância máxima para falhas um tempo limite de 15 min por mês.

Plano de contingência para indisponibilidade do Call Center:

A Solução Proposta deverá contemplar e descrever objetivamente, na **Proposta Técnica**, o conjunto de ações que serão adotadas, bem como a equipe responsável por essas ações, indicando os equipamentos, sistemas, instalações e serviços relativos ao plano de contingência destinado a assegurar o retorno do Call Center à operação normal, com disponibilidade e capacidade plenas, considerando como tolerância máxima para falhas um tempo limite de 15 min por mês.

*2.2.5.5 Redundância dos principais serviços, equipamentos, instalações e componentes tecnológicos*

A Solução Proposta, para garantir a disponibilidade dos requisitos essenciais ao monitoramento de forma a preservar sua continuidade com a qualidade requerida deverá prover "mecanismos" que assegurem uma redundância efetiva dos principais

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

serviços, equipamentos, instalações e componentes tecnológicos ofertados, sempre priorizando a preservação dos seguintes itens:

- Dados do monitoramento dos indivíduos;
- Dados históricos do monitoramento dos indivíduos;
- Dados dos módulos/equipamentos utilizados no monitoramento (armazenagem, alocação dos módulos a indivíduos, falhas, avarias, manutenções realizadas, perdas, término da vida útil, etc.).

*2.2.5.6 Estabelecimento formal de processos e procedimentos destinados a preservar o sigilo e a segurança das informações*

2.2.6 Recursos de logística para distribuição, bem como recolhimento para manutenção e para a reposição dos equipamentos (módulos) dedicados ao monitoramento

2.2.7 Recursos para a manutenção de equipamentos em garantia ou avariados, bem como para a reposição dos equipamentos perdidos ou danificados de forma irreversível

2.2.8 Recursos de treinamento à distância com vistas ao treinamento e capacitação de autoridades e usuários da CONTRATANTE em seus próprios locais de trabalho

Tendo em vista tanto a distribuição geográfica dos profissionais que deverão receber treinamento com referência aos diversos conceitos e atividades inerentes ao monitoramento de indivíduos, como as dificuldades envolvidas na liberação temporária desses profissionais para a participação em cursos tradicionais de capacitação e até mesmo evitar alguns problemas verificados em treinamentos presenciais tradicionais, como a sobrecarga de informações teóricas antes da necessidade real de utilização das mesmas (com o consequente esquecimento de boa parte delas até o momento em que se tornarem efetivamente necessárias), a ausência de atividades práticas aplicadas num ambiente real de trabalho e mesmo as necessidades constantes de treinamento de

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

novos profissionais que dificilmente poderão aguardar o agendamento de treinamentos para "novas turmas", a CONTRATANTE exige que o treinamento dos profissionais e autoridades da CONTRATANTE seja realizado através de ensino eletrônico à distância (e-learning) utilizando basicamente a internet como meio de comunicação, com o concurso eventual (excepcional) de aulas presenciais (blended learning ou b-learning), sempre com prévia aprovação da CONTRATANTE do conteúdo a ser ministrado aos treinandos e com emissão de certificado pela CONTRATANTE para aqueles que fizerem jus aos mesmos.

Os cursos "on-line" deverão estar disponíveis durante todo o período de vigência do contrato, bem como as ferramentas complementares ofertadas através da **Proposta Técnica** que será apresentada à CONTRATANTE por ocasião da Licitação, como fórum, chat, glossários, material de apoio à operação do sistema e ao monitoramento, notícias, etc.

Os conteúdos básicos dos cursos deverão contemplar, no mínimo, o que se segue:

- a) Conceitos inerentes à supervisão / gestão do monitoramento de indivíduos (Treinamento referente à fiscalização do monitoramento dos indivíduos).
- b) Conceitos e ações práticas referentes à instalação / desinstalação dos módulos (Treinamento referente à instalação, ativação e desinstalação e desativação dos módulos);
- c) Conceitos e ações práticas referentes ao cadastramento de indivíduos e parametrização das situações a serem monitoradas e respectivos alarmes a serem tratados (Treinamento referente ao cadastramento do indivíduo e configuração do monitoramento);
- d) Conceitos e ações práticas referentes ao monitoramento de indivíduos e demais atividades, equipamentos e processos a ele inerentes (Treinamento referente ao processo de monitoramento e as demais tarefas a ele inerentes, incluindo controle de materiais e equipamentos como recebimento, entrada e saída do estoque, avaliação de avarias e aspectos relevantes a considerar para envio para manutenção, consertos, perdas, reposições, controle de acessórios; etc.

Duração do treinamento: O primeiro curso deverá ser realizado em até 45 dias contados do encerramento da atividade 3 do Cronograma.

Os demais cursos serão realizados durante a vigência do contrato a critério da CONTRATANTE, que informará as demandas com no mínimo trinta dias de antecedência à Contratada.

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

Os recursos básicos exigidos para as atividades de treinamento são:

*2.2.8.1 Instalação, Configuração e Disponibilização de um AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) / LMS (Learning Management System - Sistema de Gestão de Aprendizado)*

*2.2.8.2 Instalação, Configuração e Disponibilização do SGBD (Sistema de Gerenciamento de Bancos de Dados)*

*2.2.8.3 Instalação, Configuração e Disponibilização dos Cursos (conteúdo aprovado pela CONTRATANTE) para usuários do Sistema (autorizados pela CONTRATANTE)*

*2.2.8.4 Instalação, Configuração e Disponibilização dos demais recursos/ferramentas de treinamento à distância aprovados pela CONTRATANTE*

### 3 Sequência básica das atividades principais

#### Cronograma

	Atividades	Responsabilidade	Prazo (dias)	15	30	45	60	75	90	105	120	135	150	165
1	Planejamento Inicial / Cronograma	CONTRATANTE / CONTRATADA	0 - 15	■										
2	Mobilização da Contratada	CONTRATADA	0 - 30	■	■									
3	Designação: usuários/treinandos/terminais acesso ao sistema	CONTRATANTE	0 - 15	■										
4	Realização do Treinamento	CONTRATANTE / CONTRATADA	15 - 60		■	■	■							
5	Primeira entrega de conjuntos de equipamentos (3.500 un)	CONTRATADA	0 - 45	■	■	■								
6	Segunda entrega de conjuntos de equipamentos (4.200 un)	CONTRATADA	60 - 105				■	■	■	■				
7	Implantação / operação assistida	CONTRATANTE / CONTRATADA	60 - 150				■	■	■	■	■	■	■	■
8	Designação dos indivíduos a monitorar	CONTRATANTE	45 - Final				■	■	■	■	■	■	■	■
9	Cadastramento dos indivíduos a monitorar	CONTRATANTE	45 - Final				■	■	■	■	■	■	■	■
10	Vistoria (conjunta) equipamentos	CONTRATANTE / CONTRATADA	60 - Final				■	■	■	■	■	■	■	■
11	Monitoramento pleno	CONTRATANTE / CONTRATADA	150 - Final									■	■	■
	Total		910											

Atividade 1 - Planejamento Inicial / Cronograma contratual atividades – 15 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

Atividade 2 - Mobilização da Contratada – 30 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 3 – Designação: usuários/treinandos/terminais acesso ao sistema – 15 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 4 - Realização do Treinamento – 45 dias corridos contados após concluída a quinzena inicial durante a qual a CONTRATANTE terá designado os usuários do sistema, os servidores que serão treinados inicialmente e os terminais (e/ou microcomputadores) que deverão, de início, ter acesso ao sistema de monitoramento de indivíduos submetidos a medidas cautelares.

Atividade 5 – Primeira entrega de conjuntos de equipamentos (3.500 un) – até 45 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 6 – Segunda entrega de conjuntos de equipamentos (4.200 un) – até 105 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato, mas com início efetivo da entrega no mínimo após 45 dias contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 7 - Implantação do monitoramento / operação assistida – início 45 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato, devendo perdurar até no mínimo 150 dias contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 8 – Designação dos indivíduos e restrições a monitorar – início 45 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 9 – Cadastramento dos indivíduos e restrições a monitorar – início 45 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 10 - Vistoria (conjunta) de equipamentos – início 60 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 11 - Monitoramento pleno – início após 120 dias contados desde a data de assinatura do Contrato, até seu encerramento

## **4 Requisitos para a Proposta Técnica**

Além de demonstrar de forma objetiva o pleno atendimento do que está especificado neste Projeto Básico, o conteúdo da Proposta Técnica deverá contemplar o que se segue, notando-se, ainda, que ofertas registradas pelas licitantes que de alguma forma possam

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

exceder as especificações exigidas tanto poderão ser aceitas e incorporadas ao Contrato que vier a ser celebrado como poderão ser recusadas e, nesse caso, prevalecerá o que está exigido neste Edital:

#### **4.1 Solução Proposta**

Descritivo sucinto da Solução Proposta, contemplando os seguintes aspectos:

Como deverá ser feito o monitoramento, através da identificação do posicionamento geográfico do módulo acoplado ao indivíduo, através de sua codificação referencial e das parametrizações efetuadas diretamente pela CONTRATANTE;

Como será facultado o acesso, através do sistema de monitoramento, a informações relativas a dados sigilosos que digam respeito aos indivíduos, apenas a usuários formalmente autorizados pela CONTRATANTE, através de logins e senhas de acesso devidamente atribuídas;

Como o sistema deverá proporcionar condições para a CONTRATANTE proceder às auditorias indispensáveis assegurando a confiabilidade do processo como um todo.

Além disso, devem ser informados aspectos do monitoramento que possam de alguma forma impactar a CONTRATANTE ou os indivíduos monitorados, como durabilidade dos equipamentos de monitoramento e seus componentes, potência dissipada pelos mesmos, materiais constitutivos, ergonomia ou quaisquer outros assuntos que possam ter alguma relevância para o indivíduo ou para a CONTRATANTE.

A descrição da Solução Proposta deverá abordar, ainda, todos os itens necessários a sua composição, conforme o resumo a seguir:

**a) Conhecimento e entendimento das necessidades a serem atendidas**

Descritivo do conhecimento da Licitante e de seu entendimento das necessidades a serem atendidas.

**b) Conhecimento sobre o monitoramento de indivíduos**

Descritivo do conhecimento da Licitante e de seu entendimento sobre o monitoramento de indivíduos, indicando os principais alarmes que deverão ser gerados pelo sistema de monitoramento e explicando os níveis de severidade considerados para esses alarmes, os

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

cuidados e providências que deverão ser tomados em decorrência dos mesmos e os tempos recomendáveis para as ações previstas.

**c) Infraestrutura**

Para cumprir este item, além das demais exigências especificadas, a Licitante deverá apresentar um descritivo detalhado, devidamente ilustrado através de esquemas gráficos, fluxogramas e material técnico impresso suficiente e adequado, de toda a infraestrutura que será utilizada para a prestação dos serviços de monitoramento de indivíduo, incluindo, no mínimo, informações que definam de forma completa e inequívoca as características e especificações dos principais componentes de hardware, software, tecnologia e sistemas que integrarão a infraestrutura.

Esta apresentação deverá abranger em detalhes as características do Datacenter onde estará instalada a maioria dos componentes tecnológicos principais da Infraestrutura que deverá utilizar para a Prestação de Serviços de Monitoramento de Indivíduos; da Tecnologia (Porte do sistema concebido para a Prestação de Serviços de monitoramento, incluindo Características Gerais e Premissas adotadas; Telecomunicações; Hardware - Servidores, Armazenamento, Redes, Segurança; Software - Base cartográfica, Gerenciadores de infraestrutura Gerenciadores de Bancos de Dados, Segurança, Sistemas Operacionais, principais funcionalidades dos sistemas de informação, consultas, pesquisas, relatórios; Equipe).

**4.2 Metodologia e Plano de Trabalho para a implantação e operação**

Para cumprir este item, além das demais exigências especificadas, a Licitante deverá expor seu plano de trabalho para a implantação do monitoramento de indivíduos.

Deverá ser apresentada uma dissertação através da qual a Licitante possa ilustrar com clareza e objetividade as metodologias que utilizará na Prestação dos Serviços. Nessa dissertação, deverão ser expostos os fatores críticos e premissas de sucesso para a implantação do monitoramento de indivíduos, assim como as respectivas dificuldades e os riscos eventualmente previstos, e os cuidados e procedimentos que a Licitante estará adotando para preveni-los e minimizar suas eventuais consequências.

**Descritivos**

- a. Planejamento inicial e estabelecimento do Cronograma Geral das atividades.
- b. Planejamento logístico.



**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

c. Implantação.

c.1) Implantação dos acessos ao sistema para o monitoramento remoto de indivíduos;

c.2) Cadastramento de usuários;

c.3) Configuração do sistema de monitoramento;

c.4) Distribuição e entrega dos equipamentos a monitorar.

c.5) Descrição do processo de comunicação dos alertas do monitoramento às autoridades da CONTRATANTE, via telefone e via email, especificando períodos de tempo em que deverá ocorrer comunicação a autoridades de níveis superiores quando não ocorrer o acatamento da comunicação por parte dos respectivos responsáveis.

#### **4.3 Equipe**

Para cumprir este item, além das demais exigências especificadas, a Licitante deverá apresentar um descritivo detalhado, devidamente ilustrado através de esquemas gráficos, organogramas e material técnico impresso suficiente e adequado, de toda a equipe responsável pela prestação dos serviços de monitoramento de indivíduos, incluindo, no mínimo, informações que definam de forma completa e inequívoca suas características e caracterizem o pleno atendimento dos recursos exigidos neste Edital.

#### **4.4 Itens com pontuação**

Além dos recursos e requisitos para a Prestação dos Serviços já especificados, as empresas concorrentes deverão atender também os requisitos que serão pontuados conforme especificado para a determinação do Índice Técnico (IT) das propostas, de acordo com as regras estipuladas neste Edital.

São Paulo, 15 de junho de 2015.

**ENG. DIMAS VASCONCELLOS DE ANDRADE E SILVA**  
**ASSISTENTE TÉCNICO V - SAP**

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

**ANEXO III**  
**MODELO PROPOSTA COMERCIAL**  
[PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE]

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Ref.: CONCORRÊNCIA CG nº 02/2015.**

Esta proposta comercial encontra-se em conformidade com as informações previstas no Edital e seus anexos.

**1. Identificação do licitante:**

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

**2. Condições Gerais da Proposta:**

- 2.1. A presente proposta é válida por 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua emissão.
- 2.2 Estamos cientes de todas as condições do Edital e nos comprometemos a dispor, na data da assinatura do contrato e durante toda sua execução, dos profissionais com os perfis exigidos.
- 2.3. O objeto contratual terá a garantia prevista em contrato, sem exclusão daquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

**3. Formação do Preço (Planilha de Preços a ser preenchida pelo Licitante conforme modelo abaixo)**

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

		Unidade	Quantidade	Preço unitário	Preço total
<b>Mobilização</b>					
1	Remuneração da mobilização e manutenção das infraestruturas física, tecnológica, equipe e de treinamento à distância				
1.1	Remuneração da mobilização da infraestrutura física, tecnológica e equipe, para o monitoramento	mês	30	#	#
1.1.1	Infraestrutura física ( ____ % da remuneração da mobilização)				
1.1.2	Infraestrutura tecnológica ( ____ % da remuneração da mobilização)				
1.1.3	Equipe ( ____ % da remuneração da mobilização)				
1.1.4	Infraestrutura física, tecnológica e equipe, para o treinamento à distância ( ____ % da remuneração da mobilização)				
	<p>O licitante deverá informar em sua proposta comercial as percentagens relativas aos subitens acima indicados, que comporão a mobilização</p> <p>O valor da mobilização estimado não poderá ser superior a 15% do valor total proposto</p>				
<b>Serviços</b>					
2	Remuneração dos Serviços de Monitoramento				
2.1	Remuneração dos monitoramentos realizados (considerando os indivíduos efetivamente monitorados através de equipamentos ativos neles instalados)	mon	6.317.000	#	#
3	<p>Considerando que 1 indivíduo monitorado X 1 dia = 1 monitoramento = 1mon</p> <p>Quantidade inicialmente estimada de monitoramentos (sem descontar os dias de instalação e desinstalação dos equipamentos nos indivíduos):</p> <p>7000 (indivíduos) X 365 (dias) X 2,5 (anos) =6.387.500 monitoramentos</p> <p>Considerando uma previsão (média) de trocas de usuários dos equipamentos a cada seis meses, com os respectivos dias de ativação e desativação:</p> <p>7000 (indivíduos) X 2 (dias relativos à instalação e à desinstalação dos equipamentos) X 5 (mudanças de indivíduos monitorados em 30 meses) =70.000 monitoramentos (a descontar)</p> <p>Quantidade estimada de monitoramentos, corrigida: 6.387.500-70.000=6.317.000 monitoramentos</p>				
3.1	Remuneração do Treinamento				
3.1	Remuneração do treinamento por indivíduo efetivamente treinado	un	200	#	#

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

<b>Equipamentos - Alternativa 1</b> <b>Esta Alternativa 1, referente a Equipamentos, deverá ser preenchida apenas por licitantes que ofertarem exclusivamente (para ser portado por cada indivíduo monitorado) Equipamentos de Uma Única Peça</b>					
4	Remuneração referente à manutenção ou reposição de equipamentos				
4.1	Remuneração referente aos equipamentos fornecidos em reposição às perdas ocorridas				
	Quantidade estimada: 7000 (indivíduos) X 30 (meses) X 3% (percentual mensal de evasões previstas) = 6.300 conjuntos (210 conjuntos perdidos ao mês, com as evasões)				
4.1.1	Carregadores de baterias para equipamentos de 1 peça	un	6.300	#	#
4.1.2	Dispositivo com baterias externas para recarga autônoma ("descarregador")	un	6.300	#	#
4.1.3	Tornezeleiras para equipamentos de 1 peça	un	6.300	#	#
4.2	Remuneração referente aos equipamentos fornecidos em reposição aos que sofreram avarias ou danos irreparáveis				
	Quantidade estimada: A quantidade inicialmente estimada para a reposição de equipamentos "destruídos" é de 3.850 (tres mil oitocentos e cinquenta) equipamentos portados por indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento ou neles instalados - quantidade que corresponde a aproximadamente 55% (cinquenta e cinco por cento) dos equipamentos contratados (que são 7.000 (sete mil)) - mais 540 (quinhentos e quarenta) carregadores de baterias Sendo, obrigatoriamente: Preço unitário 4.2.1 = Preço unitário 4.1.1 Preço unitário 4.2.2 = Preço unitário 4.1.2 Preço unitário 4.2.3 = Preço unitário 4.1.3				
4.2.1	Carregadores de baterias para equipamentos de 1 peça (valor unitário obrigatoriamente igual ao valor unitário correspondente, estabelecido para reposição de equipamento perdido)	un	540	#	#
4.2.2	Dispositivo com baterias externas para recarga autônoma ("descarregador") (valor unitário obrigatoriamente igual ao valor unitário correspondente, estabelecido para reposição de equipamento perdido)	un	3.850	#	#
4.2.3	Tornezeleiras para equipamentos de 1 peça (valor unitário obrigatoriamente igual ao valor unitário correspondente, estabelecido para reposição de equipamento perdido)	un	3.850	#	#
4.3	Remuneração referente às manutenções de equipamentos que sofreram avarias reparáveis				
	Quantidade estimada:				

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

50% das avarias ou danos irreparáveis estimados no ítem anterior Sendo, obrigatoriamente: Preço unitário 4.2.1 = Preço unitário 4.1.1=2 X Preço unitário 4.3.1 Preço unitário 4.2.2 = Preço unitário 4.1.2=2 X Preço unitário 4.3.2 Preço unitário 4.2.3 = Preço unitário 4.1.3=2 X Preço unitário 4.3.2				
4.3.1	Carregadores de baterias para equipamentos de 1 peça (valor unitário obrigatoriamente igual a 50% do valor unitário correspondente, considerado para a reposição de equipamento perdido)	un	270	#
4.3.2	Dispositivo com baterias externas para recarga autônoma ("descarregador") (valor unitário obrigatoriamente igual a 50% do valor unitário correspondente, considerado para a reposição de equipamento perdido)	un	1.925	#
4.3.3	Tornezeleiras para equipamentos de 1 peça (valor unitário obrigatoriamente igual a 50% do valor unitário correspondente, considerado para a reposição de equipamento perdido)	un	1.925	#
TOTAL (valor da Proposta Comercial considerando a Alternativa 1 para Equipamentos - Tipo 1 Peça)				

Obs: Todos campos marcados com "#" são de preenchimento obrigatório, sob pena de desclassificação da Proposta e da Licitante

Local e data.  
Assinatura do Representante Legal.  
(Nome e Cargo).

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

		Unidade	Quantidade	Preço unitário	Preço total
<b>Mobilização</b>					
1	Remuneração da mobilização e manutenção das infraestruturas física, tecnológica, equipe e de treinamento à distância				
1.1	Remuneração da mobilização da infraestrutura física, tecnológica e equipe, para o monitoramento	mês	30	#	#
1.1.1	Infraestrutura física ( ____ % da remuneração da mobilização)				
1.1.2	Infraestrutura tecnológica ( ____ % da remuneração da mobilização)				
1.1.3	Equipe ( ____ % da remuneração da mobilização)				
1.1.4	Infraestrutura física, tecnológica e equipe, para o treinamento à distância ( ____ % da remuneração da mobilização)				
	<p>O licitante deverá informar em sua proposta comercial as percentagens relativas aos subitens acima indicados, que comporão a mobilização</p> <p>O valor da mobilização estimado não poderá ser superior a 15% do valor total proposto</p>				
<b>Serviços</b>					
2	Remuneração dos Serviços de Monitoramento				
2.1	Remuneração dos monitoramentos realizados (considerando os indivíduos efetivamente monitorados através de equipamentos ativos neles instalados)	mon	6.317.000	#	#
3	<p>Considerando que 1 indivíduo monitorado X 1 dia = 1 monitoramento = 1mon</p> <p>Quantidade inicialmente estimada de monitoramentos (sem descontar os dias de instalação e desinstalação dos equipamentos nos indivíduos):</p> <p>7000 (indivíduos) X 365 (dias) X 2,5 (anos) = 6.387.500 monitoramentos</p> <p>Considerando uma previsão (média) de trocas de usuários dos equipamentos a cada seis meses, com os respectivos dias de ativação e desativação:</p> <p>7000 (indivíduos) X 2 (dias relativos à instalação e à desinstalação dos equipamentos) X 5 (mudanças de indivíduos monitorados em 30 meses) = 70.000 monitoramentos (a descontar)</p> <p>Quantidade estimada de monitoramentos, corrigida: 6.387.500 - 70.000 = 6.317.000 monitoramentos</p>				
3.1	Remuneração do Treinamento				
3.1	Remuneração do treinamento por indivíduo efetivamente treinado	un	200	#	#
<b>Equipamentos - Alternativa 2</b>					

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

<b>Esta Alternativa 2, referente a Equipamentos, deverá ser preenchida apenas por licitantes que ofertarem exclusivamente (para ser portado por cada indivíduo monitorado) Equipamentos de Duas Peças</b>					
4	Remuneração referente à manutenção ou reposição de equipamentos				
4.1	Remuneração referente aos equipamentos fornecidos em reposição às perdas ocorridas				
	Quantidade estimada: 7000 (indivíduos) X 30 (meses) X 3% (percentual mensal de evasões previstas) = 6.300 conjuntos (210 conjuntos perdidos ao mês, com as evasões)				
4.1.1	Carregadores de baterias para equipamentos de 2 peças	un	6.300	#	#
4.1.2	Tornozeleiras para equipamentos de 2 peças	un	6.300	#	#
4.1.3	Outros componentes para equipamentos de 2 peças - unidade autônoma de monitoramento portada pelo indivíduo / módulo de comunicação	un	6.300	#	#
4.2	Remuneração referente aos equipamentos fornecidos em reposição aos que sofreram avarias ou danos irreparáveis				
	Quantidade estimada: A quantidade inicialmente estimada para a reposição de equipamentos "destruídos" é de 3.850 (tres mil oitocentos e cinquenta) equipamentos portados por indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento ou neles instalados - quantidade que corresponde a aproximadamente 55% (cinquenta e cinco por cento) dos equipamentos contratados (que são 7.000 (sete mil)) - mais 540 (quinhentos e quarenta) carregadores de baterias Sendo, obrigatoriamente: Preço unitário 4.2.1 = Preço unitário 4.1.1 Preço unitário 4.2.2 = Preço unitário 4.1.2 Preço unitário 4.2.3 = Preço unitário 4.1.3				
4.2.1	Carregadores de baterias para equipamentos de 2 peças	un	540	#	#
4.2.2	Tornozeleiras para equipamentos de 2 peças	un	3.850	#	#
4.2.3	Outros componentes para equipamentos de 2 peças - unidade autônoma de monitoramento portada pelo indivíduo / módulo de comunicação	un	3.850	#	#
4.3	Remuneração referente às manutenções de equipamentos que sofreram avarias reparáveis				
	Quantidade estimada: 50% das avarias ou danos irreparáveis estimados no item anterior Sendo, obrigatoriamente: Preço unitário 4.2.1 = Preço unitário 4.1.1=2 X Preço unitário 4.3.1 Preço unitário 4.2.2 = Preço unitário 4.1.2=2 X Preço unitário 4.3.2				

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

Preço unitário 4.2.3 = Preço unitário 4.1.3=2 X Preço unitário 4.3.3					
4.3.1	Carregadores de baterias para equipamentos de 2 peças	un	270	#	#
4.3.2	Tornozeleiras para equipamentos de 2 peças	un	1.925	#	#
4.3.3	Outros componentes para equipamentos de 2 peças - unidade autônoma de monitoramento portada pelo indivíduo / módulo de comunicação	un	1.925	#	#
TOTAL (Valor da Proposta Comercial considerando a Alternativa 2 para Equipamentos - Tipo 2 Peças)					#

Obs: Todos campos marcados com "#" são de preenchimento obrigatório, sob pena de desclassificação da Proposta e da Licitante

Local e data.  
Assinatura do Representante Legal.  
(Nome e Cargo).



**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Preço total
<b>Mobilização</b>				
1 Remuneração da mobilização e manutenção das infraestruturas física, tecnológica, equipe e de treinamento à distância				
1.1 Remuneração da mobilização da infraestrutura física, tecnológica e equipe, para o monitoramento	mês	30	#	#
1.1.1 Infraestrutura física ( _____ % da remuneração da mobilização)				
1.1.2 Infraestrutura tecnológica ( _____ % da remuneração da mobilização)				
1.1.3 Equipe ( _____ % da remuneração da mobilização)				
1.1.4 Infraestrutura física, tecnológica e equipe, para o treinamento à distância ( _____ % da remuneração da mobilização)				
O licitante deverá informar em sua proposta comercial as percentagens relativas aos subitens acima indicados, que comporão a mobilização O valor da mobilização estimado não poderá ser superior a 15% do valor total proposto				
<b>Serviços</b>				
2 Remuneração dos Serviços de Monitoramento				
2.1 Remuneração dos monitoramentos realizados (considerando os indivíduos efetivamente monitorados através de equipamentos ativos neles instalados)	mon	6.317.000	#	#
Considerando que 1 indivíduo monitorado X 1 dia = 1 monitoramento = 1mon Quantidade inicialmente estimada de monitoramentos (sem descontar os dias de instalação e desinstalação dos equipamentos nos indivíduos): 7000 (indivíduos) X 365 (dias) X 2,5 (anos) =6.387.500 monitoramentos Considerando uma previsão (média) de trocas de usuários dos equipamentos a cada seis meses, com os respectivos dias de ativação e desativação: 7000 (indivíduos) X 2 (dias relativos à instalação e à desinstalação dos equipamentos) X 5 (mudanças de indivíduos monitorados em 30 meses) =70.000 monitoramentos (a descontar) Quantidade estimada de monitoramentos, corrigida: 6.387.500-70.000=6.317.000 monitoramentos				
3 Remuneração do Treinamento				
3.1 Remuneração do treinamento por indivíduo efetivamente treinado	un	200	#	#
<b>Equipamentos - Alternativa 3</b>				

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

<b>Esta Alternativa 3 (referente a Equipamentos) deverá ser preenchida apenas por licitantes que ofertarem (para ser portado por cada indivíduo monitorado) tanto Equipamentos de Duas Peças como de Uma Única Peça</b>				
4	Remuneração referente à manutenção ou reposição de equipamentos			
4.1	Remuneração referente aos equipamentos fornecidos em reposição às perdas ocorridas			
	Quantidade estimada: 7000 (indivíduos) X 30 (meses) X 3% (percentual mensal de evasões previstas) = 6.300 conjuntos (210 conjuntos perdidos ao mês, com as evasões)			
4.1.1	Carregadores de baterias	un	3.150	#
4.1.2	Dispositivo com baterias externas para recarga autônoma ("descarregador")	un	3.150	#
4.1.3	Tornezeleiras para equipamentos de 1 peça	un	3.150	#
4.1.4	Carregadores de baterias para equipamentos de 2 Peças	un	3.150	#
4.1.5	Tornezeleiras para equipamentos de 2 Peças	un	3.150	#
4.1.6	Outros componentes (unidade autônoma de monitoramento portada pelo indivíduo / módulo de comunicação) para equipamentos de 2 Peças	un	3.150	#
4.2	Remuneração referente aos equipamentos fornecidos em reposição aos que sofreram avarias ou danos irreparáveis			
	Quantidade estimada: A quantidade inicialmente estimada para a reposição de equipamentos "destruídos" é de 3.850 (tres mil oitocentos e cinquenta) equipamentos portados por indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento ou neles instalados - quantidade que corresponde a aproximadamente 55% (cinquenta e cinco por cento) dos equipamentos contratados (que são 7.000 (sete mil)) - mais 540 (quinhentos e quarenta) carregadores de baterias			
	Sendo, obrigatoriamente:			
	Preço unitário 4.2.1 = Preço unitário 4.1.1			
	Preço unitário 4.2.2 = Preço unitário 4.1.2			
	Preço unitário 4.2.3 = Preço unitário 4.1.3			
	Preço unitário 4.2.4 = Preço unitário 4.1.4			
	Preço unitário 4.2.5 = Preço unitário 4.1.5			
	Preço unitário 4.2.6 = Preço unitário 4.1.6			
4.2.1	Carregadores de baterias para equipamentos de 1 Peça	un	270	#
4.2.2	Dispositivo com baterias externas para recarga autônoma ("descarregador")	un	1.925	#
4.2.3	Tornezeleiras - equipamentos de 1 Peça	un	1.925	#

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

4.2.4	Carregadores de baterias para equipamentos de 2 Peças	un	270	#	#
4.2.5	Tornezeleiras para equipamentos de 2 Peças	un	1.925	#	#
4.2.6	Outros componentes (unidade autônoma de monitoramento portada pelo indivíduo / módulo de comunicação) para equipamentos de 2 Peças	un	1.925	#	#
4.3	Remuneração referente às manutenções de equipamentos que sofreram avarias reparáveis  Quantidade estimada: 50% das avarias ou danos irreparáveis estimados no item anterior Sendo, obrigatoriamente: Preço unitário 4.2.1 = Preço unitário 4.1.1=2 X Preço unitário 4.3.1 Preço unitário 4.2.2 = Preço unitário 4.1.2=2 X Preço unitário 4.3.2 Preço unitário 4.2.3 = Preço unitário 4.1.3=2 X Preço unitário 4.3.3 Preço unitário 4.2.4 = Preço unitário 4.1.4=2 X Preço unitário 4.3.4 Preço unitário 4.2.5 = Preço unitário 4.1.5=2 X Preço unitário 4.3.5 Preço unitário 4.2.6 = Preço unitário 4.1.6=2 X Preço unitário 4.3.6				
4.3.1	Carregadores de baterias para equipamentos de 1 Peça	un	135	#	#
4.3.2	Dispositivo com baterias externas para recarga autônoma ("descarregador")	un	963	#	#
4.3.3	Tornezeleiras - equipamentos de 1 Peça	un	963	#	#
4.3.4	Carregadores de baterias para equipamentos de 2 Peças	un	135	#	#
4.3.5	Tornezeleiras para equipamentos de 2 Peças	un	963	#	#
4.3.6	Outros componentes (unidade autônoma de monitoramento portada pelo indivíduo / módulo de comunicação) para equipamentos de 2 Peças	un	963	#	#
TOTAL (Valor da Proposta Comercial considerando a Alternativa 3 para Equipamentos - Tipo 1 (uma) Peça e Tipo 2 (duas) Peças)					#

Obs: Todos campos marcados com "#" são de preenchimento obrigatório, sob pena de desclassificação da Proposta e da Licitante

Local e data.  
Assinatura do Representante Legal.  
(Nome e Cargo).

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

**ANEXO IV**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ELABORADA PELA SAP**

	<b>Orçamento para reserva de recursos com referência ao monitoramento de indivíduos submetidos a medidas cautelares</b>	<b>MÉDIA</b>
	<b>Mobilização</b>	<b>Preço total</b>
1	Remuneração da mobilização e manutenção das infraestruturas física, tecnológica, equipe e de treinamento à distância	
1.1	Remuneração da mobilização da infraestrutura física, tecnológica e equipe, para o monitoramento	R\$ 16.983.159,00
	<b>Serviços</b>	
2	Remuneração dos Serviços de Monitoramento	
2.1	Remuneração dos monitoramentos realizados (considerando os indivíduos efetivamente monitorados através de equipamentos ativos neles instalados)	R\$ 87.476.207,43
3	Remuneração do Treinamento	
3.1	Remuneração do treinamento por indivíduo efetivamente treinado	R\$ 950.000,00
	<b>Equipamentos</b>	
4	Remuneração referente à manutenção ou reposição de equipamentos	
4.1	Remuneração referente aos equipamentos fornecidos em reposição às perdas ocorridas	R\$ 10.500.000,00
4.2	Remuneração referente aos equipamentos fornecidos em reposição aos que sofreram avarias ou danos irreparáveis	R\$ 6.129.800,00
4.3	Remuneração referente às manutenções de equipamentos que sofreram avarias reparáveis	R\$ 1.532.733,33
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 123.255.233,09</b>

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

**ANEXO V**

**MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA**

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

**Ref. Concorrência CG nº 02/2015**

Esta proposta técnica encontra-se em conformidade com as informações previstas no Edital e seus anexos.

**Identificação do licitante:**

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

PROPOSTA TÉCNICA			
Resumo - Itens Avaliados	Pontuação	Item a ser pontuado (A Licitante deverá assinalar com um X o item que entende que faz jus)	Número da página na proposta técnica
<b>1- Elementos de comunicação móvel celular para a comunicação entre o equipamento instalado em um sentenciado e a Central de Monitoramento</b>			
1.1 - Para 2 chips de comunicação	2 pontos		
1.2 - Para 3 chips de comunicação ou mais	4 pontos		
Totalização máxima possível para este item	4 pontos		

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

<b>2 - Disponibilização de equipamentos de monitoramento a ser instalados em indivíduos que melhor atendam as necessidades identificadas pela SAP:</b>			
2.1 – Disponibilizando para utilização equipamentos de uma ou de duas peças de fabricantes diversos	2 pontos		
2.2 - Disponibilizando para utilização equipamentos de uma ou de duas peças de um mesmo fabricante	4 pontos		
Totalização máxima possível para este item	4 pontos		
<b>3 - Sistema complementar de localização, a ser utilizado na falta do sinal do GPS, tendo por base os sinais da rede celular (LBS – Location Based Services – ou outro):</b>			
3.1 – Se o sistema de monitoramento ofertado, na falta de sinal GPS, possibilitar a verificação do posicionamento do indivíduo monitorado por meio de sistema complementar de localização (LBS ou outro) através do único chip de comunicação móvel celular disponível no equipamento	2 pontos		
3.2 - Se o sistema de monitoramento ofertado, na falta de sinal GPS, possibilitar a verificação do posicionamento do indivíduo monitorado por meio de sistema complementar de localização (LBS ou outro) através de qualquer um dos dois chips de comunicação móvel celular disponíveis no equipamento	4 pontos		
3.3 - Se o sistema de monitoramento ofertado, na falta de sinal GPS, possibilitar a verificação do posicionamento do indivíduo monitorado por meio de sistema complementar de localização (LBS ou outro) através de qualquer um dos três chips de comunicação móvel celular disponíveis no equipamento	6 pontos		
3.4 - Se o sistema de monitoramento ofertado, na falta de sinal GPS, possibilitar a verificação do posicionamento do indivíduo monitorado por meio de sistema complementar de localização (LBS ou outro) através de qualquer um dos quatro chips de comunicação móvel celular disponíveis no equipamento	8 pontos		
Totalização máxima possível para este item	8 pontos		
<b>4 - Prazo para reposição de Equipamentos (defeituosos, danificados ou perdidos)</b>			
4.1 - Entre 10 e 6 dias corridos	2 pontos		
4.2 - De até 5 dias corridos	4 pontos		
Totalização máxima possível para este item	4 pontos		
<b>5- Itens de Segurança do Datacenter principal além do mínimo exigido:</b>			
5.1 – Bloqueio eletrônico (automático ou programado ou temporizado) das portas de acesso à área de processamento fora do horário comercial normal	2 pontos		

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

5.2 - Exigência de identificação de qualquer pessoa dentro de áreas de segurança, de acordo com a função por ela exercida, através de cartão magnético multifuncional dotado de foto que possa ser exigido para o acesso à área de processamento, em concomitância ou não com a utilização de senhas de acesso e/ou identificação biométrica.	2 pontos		
5.3 - Sala cofre para proteção dos dados do monitoramento, da alocação dos módulos/equipamentos a monitorar e correlatos, com abertura e fechamento eletrônico, sistematizado, para o Controle de Acesso	2 pontos		
5.4 - Circuito Fechado de TV nas áreas de acesso ao Datacenter e nas áreas alocadas ao processamento, que assegurem o registro de imagens locais por meio de câmeras de vídeo, imagens essas que deverão ser armazenadas em mídia ótica ou eletromagnética de forma a poderem ser resgatadas em caso de alguma ocorrência ou auditoria.	2 pontos		
5.5 - Alarmes e/ou de vigilância eletrônica, dotado de funcionalidades que permitem programar o envio de mensagens de alarme a estações de gerenciamento remotas pré-definidas e/ou telefones celulares de responsáveis pelo monitoramento, por parte da empresa, no caso da ocorrência de algum acesso não autorizado à área de processamento e/ou ocorrência de evento que acarrete a necessidade da ativação do Plano de Contingência estabelecido.	10 pontos		
Totalização máxima possível para este item	10 pontos		
<b>6 - Geração automática (pelo Sistema) de número aleatório em correspondência a cada sentenciado com equipamento instalado, número esse que deverá ser monitorado pelo pessoal da Central de Monitoramento da Prestadora de Serviços contratada</b>			
6.1 - Para sistema que será customizado para a geração de número aleatório	2 pontos		
6.2 - Para sistema que já gera e utiliza o número aleatório efetivamente	4 pontos		
Totalização máxima possível para este item	4 pontos		
Totalização máxima possível para a pontuação global	34 pontos		

Local e data.  
Assinatura do Representante Legal.  
(Nome e Cargo).

São Paulo, ..... de .....de 2015.

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

**ANEXO VI**

## Regulamentação de Preços e Critérios de Medição

### Mobilização

#### 1 Remuneração da mobilização e manutenção das infraestruturas física, tecnológica e equipe, inclusive para o treinamento à distância

O licitante deverá informar em sua proposta comercial as percentagens relativas aos subitens que compõem a mobilização, indicados na Planilha Comercial e a seguir relacionados:

Infraestrutura física ( \_\_\_\_\_ % da remuneração da mobilização)

Infraestrutura tecnológica ( \_\_\_\_\_ % da remuneração da mobilização)

Equipe ( \_\_\_\_\_ % da remuneração da mobilização)

Infraestrutura física, tecnológica e equipe, para o treinamento à distância ( \_\_\_\_\_ % da remuneração da mobilização)

O valor da remuneração correspondente à mobilização não poderá ser superior a 15% do valor total da proposta comercial.

#### 1.1 Remuneração da mobilização da infraestrutura física, tecnológica e equipe, para o monitoramento

##### Regulamentação do Preço

Compreende:

A equipe, as instalações físicas e a infraestrutura tecnológica, necessárias à prestação dos serviços, incluindo as telecomunicações, os datacenters principal e secundário (redundante), hardware, software, abrangendo inclusive toda infraestrutura necessária ao treinamento à distância que será disponibilizado durante todo o período de vigência do contrato.



**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

### **Critério de Medição**

A remuneração da mobilização, em correspondência a cada período mensal em que ocorrer a prestação dos serviços, será feita através do pagamento do valor correspondente ao preço mensal estipulado para a mobilização, desde que estejam sendo plenamente atendidas as condições da mobilização necessárias à adequada prestação dos serviços de monitoramento de indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento. Comprovações com referência à mobilização poderão ser feitas por meio de visitas, vistorias, análise de documentações, auditorias e que tais, no entanto o reconhecimento de que a prestação de serviços está funcionando a contento também poderá ser suficiente para a liberação do pagamento mensal da mobilização.

## **Serviços**

### **2 Remuneração dos Serviços de Monitoramento**

Considerando que 1(hum) sentenciado monitorado por dia é igual a 1 (hum) monitoramento (1 mon), teremos, para o cálculo da quantidade estimada de monitoramentos para a prestação dos serviços, uma quantidade de monitoramentos inicial de 6.187.500 (seis milhões cento e oitenta e sete mil e quinhentos) monitoramentos, conforme cálculo a seguir:

7.000 (sete mil indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento que serão monitorados no dia a dia) X 365 (trezentos e sessenta e cinco dias por ano) X 2,5 (dois e meio anos de contrato) = 6.387.500 (seis milhões trezentos e oitenta e sete mil e quinhentos) monitoramentos

Considerando uma previsão (média) de trocas de usuários dos equipamentos a cada seis meses, com os respectivos dias de ativação e desativação:

7.000 (indivíduos) X 2 (dias relativos à instalação e à desinstalação dos equipamentos) X 5 (mudanças de indivíduos monitorados em 30 meses) = 70.000 monitoramentos (a descontar)

Quantidade estimada de monitoramentos, corrigida: 6.387.500-70.000=6.317.000 monitoramentos

#### **2.1 Remuneração dos monitoramentos realizados (considerando os indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento efetivamente monitorados, através de equipamentos ativos)**

##### **Regulamentação do Preço**

Compreende :

Av. General Ataliba Leonel, 556 - Santana - CEP: 02033-000- São Paulo - SP

Fone: (11) 3206-4700

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

Os serviços e atividades inerentes ao efetivo monitoramento de indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento, incluindo a transmissão, processamento e armazenamento de todos os dados necessários ao monitoramento, a disponibilização de dados e informações para a potencial emissão dos relatórios necessários ao monitoramento, a disponibilização das informações necessárias à visualização em tela dos posicionamentos em tempo real dos indivíduos monitorados, a comunicação à SAP dos alarmes verificados e a entrega periódica, à SAP, dos backups de dados e informações de monitoramento, gravados em mídia magnética.

### **Critério de Medição**

A remuneração mensal desse item será calculada através da somatória do número de dias em que cada indivíduo foi monitorado durante o período considerado, multiplicado pelo preço unitário correspondente ao monitoramento.

O número de dias de monitoramento (de cada indivíduo) que será considerado para o cálculo terá início no dia subsequente à data em que o equipamento for instalado no sentenciado e se encerrará na data anterior à desinstalação, ou seja, a data de instalação e a de desinstalação de um dado equipamento em um sentenciado não serão computadas na contagem dos dias de monitoramento efetivo do referido sentenciado com aquele equipamento específico.

O número máximo de conjuntos de equipamentos que poderá ser computado para o cálculo do valor mensal a ser pago é de 7.000 (sete mil) conjuntos de equipamentos, mesmo que o número de conjuntos completos de equipamentos em condições de uso, em poder da SAP, possa ter sido superior a esse valor, pois essa é a quantidade de conjuntos de equipamentos contratada para a prestação dos serviços de monitoramento e que, por conta disso, poderá vir a ser utilizada simultaneamente para o monitoramento de indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento.

## **3 Remuneração do Treinamento**

### **3.1 Remuneração do treinamento por indivíduo efetivamente treinado**

#### **Regulamentação do Preço**

Compreende :

Todos os cursos e conteúdos "on-line" (necessários à capacitação dos servidores da SAP para o adequado exercício das atividades inerentes ao monitoramento) que deverão estar disponíveis durante todo o período de vigência do contrato, bem como as demais ferramentas complementares ofertadas através da Proposta Técnica que será apresentada à SAP por ocasião da Licitação, como fórum, chat, glossários, material de apoio à operação do sistema e ao monitoramento, notícias, etc.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

**Critério de Medição**

A remuneração mensal desse item será calculada através da somatória do número de servidores treinados durante o período considerado, multiplicado pelo preço unitário respectivo, correspondente ao treinamento à distância.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

## **Equipamentos – Alternativa 1**

**Esta Alternativa 1, referente a Equipamentos, corresponde às propostas das licitantes que ofertarem exclusivamente (para ser portado por cada indivíduo monitorado) Equipamentos de Uma Única Peça**

### **4 Remuneração referente à manutenção ou reposição de equipamentos**

Tendo em vista a obrigação da prestadora de serviços de repor para uso os equipamentos defeituosos, perdidos, avariados (por mau uso ou não) ou destruídos, de forma a manter em disponibilidade para uso pela SAP, durante todo o período de vigência do contrato, as quantidades contratadas, ressalvadas as flutuações naturais da quantidade total de equipamentos disponíveis para utilização considerando os prazos concedidos pela SAP para a retirada e/ou reposição de equipamentos defeituosos, perdidos, avariados (por mau uso ou não) ou destruídos, e tendo em vista também que a reposição dos equipamentos defeituosos deverá ser coberta pela garantia dos mesmos e, portanto, não será remunerada, as remunerações referentes à manutenção ou reposição de equipamentos são:

#### **4.1 Remuneração referente aos equipamentos fornecidos em reposição às perdas ocorridas**

Serão considerados “perdidos” aqueles equipamentos que, ao serem utilizados para monitorar indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento, sofrerem extravio e não puderem ser recuperados pela SAP (inclusive considerando aqueles que, por caracterizarem provas em inquéritos policiais ou processos judiciais ou aqueles que, ainda, deverem ser periciados e não puderem ser recuperados para utilização), devendo ser repostos pela prestadora de serviços contratada mediante remuneração.

A quantidade inicialmente estimada para a reposição de equipamentos devido às perdas decorrentes de evasões ao longo do contrato é de 6.300 (seis mil e trezentos) conjuntos de equipamentos, conforme cálculo a seguir:

7000 (sete mil indivíduos submetidos a medidas cautelares que serão monitorados no dia a dia) X 30 (meses de monitoramento) X 3 % (três por cento, índice mensal estimado para a evasão de indivíduos submetidos a medidas cautelares, monitorados) = 6.300 conjuntos de equipamentos

#### **Regulamentação do Preço**

Compreende :

Av. General Ataliba Leonel, 556 - Santana - CEP: 02033-000- São Paulo – SP

Fone: (11) 3206-4700

## **Gabinete do Secretário e Assessorias**

### **Chefia de Gabinete**

A reposição dos equipamentos (dedicados ao monitoramento de indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento) cedidos pela prestadora de serviços à SAP que forem dados como perdidos, bem como as respectivas ferramentas e materiais eventualmente necessários à instalação e/ou desinstalação física de equipamentos de monitoramento em indivíduos, inclusive as baterias e os SIM Cards indispensáveis à comunicação de dados do monitoramento.

#### **Critério de Medição**

A remuneração mensal dos itens referentes às reposições de perdas de equipamentos será calculada através da quantidade de equipamentos perdidos, que forem efetivamente repostos e entregues às respectivas unidades da SAP durante o período considerado, multiplicada pelo respectivo preço unitário:

**4.1.1** - Carregadores de baterias para equipamentos de 1 peça

**4.1.2** - Dispositivo com baterias externas para recarga autônoma ("descarregador")

**4.1.3** - Tornozeleiras para equipamentos de 1 peça

## **4.2 Remuneração referente aos equipamentos fornecidos em reposição aos que sofreram avarias ou danos irreparáveis**

Serão considerados “destruídos” os equipamentos que não estiverem mais funcionando e que apresentarem avarias ou danos de tal magnitude que possam ser considerados irrecuperáveis, devendo ser repostos pela prestadora de serviços contratada mediante remuneração.

Serão considerados “defeituosos” os equipamentos que não estiverem funcionando adequadamente ou não estiverem mais funcionando, que não apresentarem danos visíveis a olho nú e que, por aparentemente não estarem “destruídos” e mantiverem ainda aparência de novos, puderem ser devolvidos pela SAP à prestadora de serviços contratada para reparo não remunerado. No entanto, tendo em vista a possibilidade de equipamentos classificados a princípio como “defeituosos” poderem ter sofrido danos apenas internos (intencionais ou não), através, por exemplo, de aquecimento excessivo, sobretensões elétricas e batidas, a constatação de danos internos provocados e irrecuperáveis, formalmente documentada através de laudos técnicos (inclusive com fotografias), ensejará a remuneração da reposição dos mesmos como equipamentos “destruídos”, devido a esses danos internos irrecuperáveis verificados.

A quantidade inicialmente estimada para a reposição de equipamentos "destruídos" é de 3.850 (tres mil oitocentos e cinquenta) equipamentos portados por indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento ou neles instalados - quantidade que corresponde a aproximadamente 55% (cinquenta e

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

cinco por cento) dos equipamentos contratados - mais 540 (quinhentos e quarenta) carregadores de baterias. Essas quantidades se baseiam na experiência atual da SAP com monitoramento.

### **Regulamentação do Preço**

Compreende :

A reposição dos equipamentos (dedicados ao monitoramento de indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento) cedidos pela prestadora de serviços à SAP que sofrerem danos ou avarias considerados irreparáveis, bem como as respectivas ferramentas e materiais eventualmente necessários à instalação e/ou desinstalação física de equipamentos de monitoramento em indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento, inclusive as baterias e os SIM Cards indispensáveis à comunicação de dados do monitoramento.

### **Critério de Medição**

A remuneração mensal dos itens referentes às reposições de equipamentos que sofrerem avarias ou danos considerados irreparáveis será calculada através da quantidade de equipamentos avariados de forma irreversível que forem efetivamente repostos e entregues às respectivas unidades da SAP durante o período considerado, multiplicada pelo respectivo preço unitário:

**4.2.1** - Carregadores de baterias para equipamentos de 1 peça

**4.2.2** - Dispositivo com baterias externas para recarga autônoma ("descarregador")

**4.2.3** - Tornozeleiras para equipamentos de 1 peça

## **4.3 Remuneração referente às manutenções de equipamentos com avarias que possam ser reparadas**

Serão considerados “avariados” os equipamentos que não estiverem funcionando adequadamente, que apresentem danos visíveis a olho nú e que, por não estarem “destruídos”, puderem ser devolvidos pela SAP à prestadora de serviços contratada para reparo remunerado.

Serão considerados “defeituosos” os equipamentos que não estiverem funcionando adequadamente ou não estiverem mais funcionando, que não apresentem danos visíveis a olho nú e que, por aparentemente não estarem “destruídos” e mantiverem ainda aparência de novos, puderem ser devolvidos pela SAP à

## **Gabinete do Secretário e Assessorias**

### **Chefia de Gabinete**

prestadora de serviços contratada para reparo não remunerado. No entanto, tendo em vista a possibilidade de equipamentos classificados a princípio como “defeituosos” poderem ter sofrido danos apenas internos (intencionais ou não), através, por exemplo, de aquecimento excessivo, sobretensões elétricas e batidas, a constatação de danos internos provocados, mas que sejam recuperáveis, formalmente documentada através de laudos técnicos (inclusive com fotografias), ensejará a remuneração da manutenção dos mesmos como equipamentos “avariados”, devido a esses danos internos recuperáveis verificados.

As quantidades inicialmente estimadas para a manutenção de equipamentos "avariados" reparáveis correspondem, para cada tipo de equipamento, a 50% das quantidades estimadas no ítem anterior para os equipamentos respectivos, sendo, portanto, 270 (duzentos e setenta) carregadores e 1.925 (um mil novecentas e vinte e cinco) tornozeleiras.

### **Regulamentação do Preço**

Compreende:

O reparo dos equipamentos (dedicados ao monitoramento de indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento) cedidos pela prestadora de serviços à SAP que sofrerem danos ou avarias considerados reparáveis, bem como as respectivas ferramentas e materiais eventualmente necessários à instalação e/ou desinstalação física de equipamentos de monitoramento em indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento, inclusive as baterias e os SIM Cards indispensáveis à comunicação de dados do monitoramento.

### **Critério de Medição**

A remuneração mensal dos itens referentes aos reparos e às manutenções de equipamentos que sofrerem avarias ou danos considerados reparáveis será calculada através da quantidade de equipamentos que forem efetivamente reparados e entregues às respectivas unidades da SAP durante o período considerado, multiplicada pelo respectivo preço unitário:

**4.3.1** - Carregadores de baterias para equipamentos de 1 peça

**4.3.2** - Dispositivo com baterias externas para recarga autônoma ("descarregador")

**4.3.3** - Tornozeleiras para equipamentos de 1 peça

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

**Observação referente aos itens 4.1, 4.2 e 4.3:**

Embora os itens 4.2 e 4.3 tratem da remuneração de equipamentos avariados, o primeiro desses dois itens (4.2) corresponde a equipamentos que, devido à gravidade da avaria, não poderão ser consertados e/ou reaproveitados e, portanto, deverão ser substituídos, por equipamentos novos. Já o segundo desses itens (4.3), corresponde a equipamentos que, embora avariados, poderão ser consertados e voltar a ser utilizados. Assim sendo, tendo em vista que para esse último item se prevê um reaproveitamento (mesmo que parcial) do equipamento danificado, o respectivo valor da remuneração de cada equipamento reparado entregue para voltar a ser utilizado corresponderá a apenas 50% do valor da remuneração estabelecida para o fornecimento de um equipamento novo (fornecido em reposição a um equipamento perdido ou que sofreu avaria ou dano irreparável). Ou seja: os preços unitários relativos a equipamentos novos fornecidos em reposição a outros semelhantes, que correspondem aos subitens de 4.1 e 4.2 serão idênticos (para equipamentos do mesmo tipo), enquanto que os preços estabelecidos para remuneração dos equipamentos reparados, conforme estipulado nos subitens de 4.3, obrigatoriamente terão valores iguais a 50% daqueles preços estabelecidos para a remuneração de equipamentos novos fornecidos em reposição (4.1 e 4.2). (Vide observação constante da Planilha)



**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

## **Equipamentos – Alternativa 2**

**Esta Alternativa 2, referente a Equipamentos, corresponde às propostas das licitantes que ofertarem exclusivamente (para ser portado por cada indivíduo monitorado) Equipamentos de Duas Peças**

### **4 Remuneração referente à manutenção ou reposição de equipamentos**

Tendo em vista a obrigação da prestadora de serviços de repor para uso os equipamentos defeituosos, perdidos, avariados (por mau uso ou não) ou destruídos, de forma a manter em disponibilidade para uso pela SAP, durante todo o período de vigência do contrato, as quantidades contratadas, ressalvadas as flutuações naturais da quantidade total de equipamentos disponíveis para utilização considerando os prazos concedidos pela SAP para a retirada e/ou reposição de equipamentos defeituosos, perdidos, avariados (por mau uso ou não) ou destruídos, e tendo em vista também que a reposição dos equipamentos defeituosos deverá ser coberta pela garantia dos mesmos e, portanto, não será remunerada, as remunerações referentes à manutenção ou reposição de equipamentos são:

#### **4.1 Remuneração referente aos equipamentos fornecidos em reposição às perdas ocorridas**

Serão considerados “perdidos” aqueles equipamentos que, ao serem utilizados para monitorar indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento, sofrerem extravio e não puderem ser recuperados pela SAP (inclusive considerando aqueles que, por caracterizarem provas em inquéritos policiais ou processos judiciais ou aqueles que, ainda, deverem ser periciados e não puderem ser recuperados para utilização), devendo ser repostos pela prestadora de serviços contratada mediante remuneração.

A quantidade inicialmente estimada para a reposição de equipamentos devido às perdas decorrentes de evasões ao longo do contrato é de 6.300 (seis mil e trezentos) conjuntos de equipamentos, conforme cálculo a seguir:

7000 (sete mil indivíduos submetidos a medidas cautelares que serão monitorados no dia a dia) X 30 (meses de monitoramento) X 3 % (três por cento, índice mensal estimado para a evasão de indivíduos submetidos a medidas cautelares, monitorados) = 6.300 conjuntos de equipamentos

#### **Regulamentação do Preço**

Compreende :

Av. General Ataliba Leonel, 556 - Santana - CEP: 02033-000- São Paulo – SP

Fone: (11) 3206-4700

## **Gabinete do Secretário e Assessorias**

### **Chefia de Gabinete**

A reposição dos equipamentos (dedicados ao monitoramento de indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento) cedidos pela prestadora de serviços à SAP que forem dados como perdidos, bem como as respectivas ferramentas e materiais eventualmente necessários à instalação e/ou desinstalação física de equipamentos de monitoramento em indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento, inclusive as baterias e os SIM Cards indispensáveis à comunicação de dados do monitoramento.

#### **Critério de Medição**

A remuneração mensal dos itens referentes às reposições de perdas de equipamentos será calculada através da quantidade de equipamentos perdidos, que forem efetivamente repostos e entregues às respectivas unidades da SAP durante o período considerado, multiplicada pelo respectivo preço unitário:

**4.1.1** - Carregadores de baterias para equipamentos de 2 peças

**4.1.2** - Tornozeleiras para equipamentos de 2 peças

**4.1.3** - Outros componentes para equipamentos de 2 peças –  
unidade autônoma de monitoramento portada pelo indivíduo / módulo de comunicação

## **4.2 Remuneração referente aos equipamentos fornecidos em reposição aos que sofreram avarias ou danos irreparáveis**

Serão considerados “destruídos” os equipamentos que não estiverem mais funcionando e que apresentarem avarias ou danos de tal magnitude que possam ser considerados irre recuperáveis, devendo ser repostos pela prestadora de serviços contratada mediante remuneração.

Serão considerados “defeituosos” os equipamentos que não estiverem funcionando adequadamente ou não estiverem mais funcionando, que não apresentarem danos visíveis a olho nú e que, por aparentemente não estarem “destruídos” e mantiverem ainda aparência de novos, puderem ser devolvidos pela SAP à prestadora de serviços contratada para reparo não remunerado. No entanto, tendo em vista a possibilidade de equipamentos classificados a princípio como “defeituosos” poderem ter sofrido danos apenas internos (intencionais ou não), através, por exemplo, de aquecimento excessivo, sobretensões elétricas e batidas, a constatação de danos internos provocados e irre recuperáveis, formalmente documentada através de laudos técnicos (inclusive com fotografias), ensejará a remuneração da reposição dos mesmos como equipamentos “destruídos”, devido a esses danos internos irre recuperáveis verificados.

## **Gabinete do Secretário e Assessorias**

### **Chefia de Gabinete**

A quantidade inicialmente estimada para a reposição de equipamentos "destruídos" é de 3.850 (tres mil oitocentos e cinquenta) equipamentos portados por indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento ou neles instalados - quantidade que corresponde a aproximadamente 55% (cinquenta e cinco por cento) dos equipamentos contratados - mais 540 (quinhentos e quarenta) carregadores de baterias. Essas quantidades se baseiam na experiência atual da SAP com monitoramento.

#### **Regulamentação do Preço**

Compreende :

A reposição dos equipamentos (dedicados ao monitoramento de indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento) cedidos pela prestadora de serviços à SAP que sofrerem danos ou avarias considerados irreparáveis, bem como as respectivas ferramentas e materiais eventualmente necessários à instalação e/ou desinstalação física de equipamentos de monitoramento em indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento, inclusive as baterias e os SIM Cards indispensáveis à comunicação de dados do monitoramento.

#### **Critério de Medição**

A remuneração mensal dos itens referentes às reposições de equipamentos que sofrerem avarias ou danos considerados irreparáveis será calculada através da quantidade de equipamentos avariados de forma irreparável que forem efetivamente repostos e entregues às respectivas unidades da SAP durante o período considerado, multiplicada pelo respectivo preço unitário:

**4.2.1** - Carregadores de baterias para equipamentos de 2 peças

**4.2.2** - Tornozeleiras para equipamentos de 2 peças

**4.2.3** - Outros componentes para equipamentos de 2 peças –  
unidade autônoma de monitoramento portada pelo indivíduo / módulo de comunicação

### **4.3 Remuneração referente às manutenções de equipamentos com avarias que possam ser reparadas**

Serão considerados “avariados” os equipamentos que não estiverem funcionando adequadamente, que apresentarem danos visíveis a olho nú e que, por não estarem “destruídos”, puderem ser devolvidos pela SAP à prestadora de serviços contratada para reparo remunerado.

## **Gabinete do Secretário e Assessorias**

### **Chefia de Gabinete**

Serão considerados “avariados” os equipamentos que não estiverem funcionando adequadamente, que apresentem danos visíveis a olho nú e que, por não estarem “destruídos”, puderem ser devolvidos pela SAP à prestadora de serviços contratada para reparo remunerado.

Serão considerados “defeituosos” os equipamentos que não estiverem funcionando adequadamente ou não estiverem mais funcionando, que não apresentem danos visíveis a olho nú e que, por aparentemente não estarem “destruídos” e mantiverem ainda aparência de novos, puderem ser devolvidos pela SAP à prestadora de serviços contratada para reparo não remunerado. No entanto, tendo em vista a possibilidade de equipamentos classificados a princípio como “defeituosos” poderem ter sofrido danos apenas internos (intencionais ou não), através, por exemplo, de aquecimento excessivo, sobretensões elétricas e batidas, a constatação de danos internos provocados, mas que sejam recuperáveis, formalmente documentada através de laudos técnicos (inclusive com fotografias), ensejará a remuneração da manutenção dos mesmos como equipamentos “avariados”, devido a esses danos internos recuperáveis verificados.

As quantidades inicialmente estimadas para a manutenção de equipamentos “avariados” reparáveis correspondem, para cada tipo de equipamento, a 50% das quantidades estimadas no item anterior para os equipamentos respectivos, sendo, portanto, 270 (duzentos e setenta) carregadores, 1.925 (hum mil novecentas e vinte e cinco) tornozeleiras e mais 1.925 (hum mil novecentas e vinte e cinco) de “outros componentes” (módulos de comunicação).

### **Regulamentação do Preço**

Compreende:

O reparo dos equipamentos (dedicados ao monitoramento de indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento) cedidos pela prestadora de serviços à SAP que sofrerem danos ou avarias considerados reparáveis, bem como as respectivas ferramentas e materiais eventualmente necessários à instalação e/ou desinstalação física de equipamentos de monitoramento em indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento, inclusive as baterias e os SIM Cards indispensáveis à comunicação de dados do monitoramento.

### **Critério de Medição**

A remuneração mensal dos itens referentes aos reparos e às manutenções de equipamentos que sofrerem avarias ou danos considerados reparáveis será calculada através da quantidade de equipamentos que forem efetivamente reparados e entregues às respectivas unidades da SAP durante o período considerado, multiplicada pelo respectivo preço unitário:

#### **4.3.1 - Carregadores de baterias para equipamentos de 2 peças**

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

4.3.2 - Tornozeleiras para equipamentos de 2 peças

4.3.3 - Outros componentes para equipamentos de 2 peças –  
unidade autônoma de monitoramento portada pelo indivíduo / módulo de comunicação

**Observação referente aos itens 4.1, 4.2 e 4.3:**

Embora os itens 4.2 e 4.3 tratem da remuneração de equipamentos avariados, o primeiro desses dois itens (4.2) corresponde a equipamentos que, devido à gravidade da avaria, não poderão ser consertados e/ou reaproveitados e, portanto, deverão ser substituídos, por equipamentos novos. Já o segundo desses itens (4.3), corresponde a equipamentos que, embora avariados, poderão ser consertados e voltar a ser utilizados. Assim sendo, tendo em vista que para esse último item se prevê um reaproveitamento (mesmo que parcial) do equipamento danificado, o respectivo valor da remuneração de cada equipamento reparado entregue para voltar a ser utilizado corresponderá a apenas 50% do valor da remuneração estabelecida para o fornecimento de um equipamento novo (fornecido em reposição a um equipamento perdido ou que sofreu avaria ou dano irreparável). Ou seja: os preços unitários relativos a equipamentos novos fornecidos em reposição a outros semelhantes, que correspondem aos subitens de 4.1 e 4.2 serão idênticos (para equipamentos do mesmo tipo), enquanto que os preços estabelecidos para remuneração dos equipamentos reparados, conforme estipulado nos subitens de 4.3, obrigatoriamente terão valores iguais a 50% daqueles preços estabelecidos para a remuneração de equipamentos novos fornecidos em reposição (4.1 e 4.2). (Vide observação constante da Planilha)

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

## **Equipamentos – Alternativa 3**

**Esta Alternativa 3 (referente a Equipamentos) corresponde às propostas das licitantes que ofertarem (para ser portado por cada indivíduo monitorado) tanto Equipamentos de Duas Peças como de Uma Peça**

### **4 Remuneração referente à manutenção ou reposição de equipamentos**

Tendo em vista a obrigação da prestadora de serviços de repor para uso os equipamentos defeituosos, perdidos, avariados (por mau uso ou não) ou destruídos, de forma a manter em disponibilidade para uso pela SAP, durante todo o período de vigência do contrato, as quantidades contratadas, ressalvadas as flutuações naturais da quantidade total de equipamentos disponíveis para utilização considerando os prazos concedidos pela SAP para a retirada e/ou reposição de equipamentos defeituosos, perdidos, avariados (por mau uso ou não) ou destruídos, e tendo em vista também que a reposição dos equipamentos defeituosos deverá ser coberta pela garantia dos mesmos e, portanto, não será remunerada, as remunerações referentes à manutenção ou reposição de equipamentos são:

#### **4.1 Remuneração referente aos equipamentos fornecidos em reposição às perdas ocorridas**

Serão considerados “perdidos” aqueles equipamentos que, ao serem utilizados para monitorar indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento, sofrerem extravio e não puderem ser recuperados pela SAP (inclusive considerando aqueles que, por caracterizarem provas em inquéritos policiais ou processos judiciais ou aqueles que, ainda, deverem ser periciados e não puderem ser recuperados para utilização), devendo ser repostos pela prestadora de serviços contratada mediante remuneração.

A quantidade inicialmente estimada para a reposição de equipamentos devido às perdas decorrentes de evasões ao longo do contrato é de 6.300 (seis mil e trezentos) conjuntos de equipamentos, conforme cálculo a seguir:

7000 (sete mil indivíduos submetidos a medidas cautelares que serão monitorados no dia a dia) X 30 (meses de monitoramento) X 3 % (três por cento, índice mensal estimado para a evasão de indivíduos submetidos a medidas cautelares, monitorados) = 6.300 conjuntos de equipamentos

#### **Regulamentação do Preço**

Compreende :

## **Gabinete do Secretário e Assessorias**

### **Chefia de Gabinete**

A reposição dos equipamentos (dedicados ao monitoramento de indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento) cedidos pela prestadora de serviços à SAP que forem dados como perdidos, bem como as respectivas ferramentas e materiais eventualmente necessários à instalação e/ou desinstalação física de equipamentos de monitoramento em indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento, inclusive as baterias e os SIM Cards indispensáveis à comunicação de dados do monitoramento.

#### **Critério de Medição**

A remuneração mensal dos itens referentes às reposições de perdas de equipamentos será calculada através da quantidade de equipamentos perdidos, que forem efetivamente repostos e entregues às respectivas unidades da SAP durante o período considerado, multiplicada pelo respectivo preço unitário:

- 4.1.1 - Carregadores de baterias para equipamentos de 1 peça
- 4.1.2 - Dispositivo com baterias externas para recarga autônoma ("descarregador")
- 4.1.3 - Tornozeleiras para equipamentos de 1 peça
- 4.1.4 - Carregadores de baterias para equipamentos de 2 peças
- 4.1.5 - Tornozeleiras para equipamentos de 2 peças
- 4.1.6 - Outros componentes para equipamentos de 2 peças –  
unidade autônoma de monitoramento portada pelo indivíduo / módulo de comunicação

## **4.2 Remuneração referente aos equipamentos fornecidos em reposição aos que sofreram avarias ou danos irreparáveis**

Serão considerados “destruídos” os equipamentos que não estiverem mais funcionando e que apresentarem avarias ou danos de tal magnitude que possam ser considerados irrecuperáveis, devendo ser repostos pela prestadora de serviços contratada mediante remuneração.

Serão considerados “defeituosos” os equipamentos que não estiverem funcionando adequadamente ou não estiverem mais funcionando, que não apresentarem danos visíveis a olho nú e que, por aparentemente não estarem “destruídos” e mantiverem ainda aparência de novos, puderem ser devolvidos pela SAP à prestadora de serviços contratada para reparo não remunerado. No entanto, tendo em vista a possibilidade de equipamentos classificados a princípio como “defeituosos” poderem ter sofrido danos apenas internos

## **Gabinete do Secretário e Assessorias Chefia de Gabinete**

(intencionais ou não), através, por exemplo, de aquecimento excessivo, sobretensões elétricas e batidas, a constatação de danos internos provocados e irreversíveis, formalmente documentada através de laudos técnicos (inclusive com fotografias), ensejará a remuneração da reposição dos mesmos como equipamentos "destruídos", devido a esses danos internos irreversíveis verificados.

A quantidade inicialmente estimada para a reposição de equipamentos "destruídos" é de 3.850 (tres mil oitocentos e cinquenta) equipamentos portados por indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento ou neles instalados - quantidade que corresponde a aproximadamente 55% (cinquenta e cinco por cento) dos equipamentos contratados - mais 540 (quinhentos e quarenta) carregadores de baterias. Essas quantidades se baseiam na experiência atual da SAP com monitoramento.

### **Regulamentação do Preço**

Compreende :

A reposição dos equipamentos (dedicados ao monitoramento de indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento) cedidos pela prestadora de serviços à SAP que sofrerem danos ou avarias considerados irreparáveis, bem como as respectivas ferramentas e materiais eventualmente necessários à instalação e/ou desinstalação física de equipamentos de monitoramento em indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento, inclusive as baterias e os SIM Cards indispensáveis à comunicação de dados do monitoramento.

### **Critério de Medição**

A remuneração mensal dos itens referentes às reposições de equipamentos que sofrerem avarias ou danos considerados irreparáveis será calculada através da quantidade de equipamentos avariados de forma irreversível que forem efetivamente repostos e entregues às respectivas unidades da SAP durante o período considerado, multiplicada pelo respectivo preço unitário:

**4.2.1** - Carregadores de baterias para equipamentos de 1 peça

**4.2.2** - Dispositivo com baterias externas para recarga autônoma ("descarregador")

**4.2.3** - Tornozeleiras para equipamentos de 1 peça

**4.2.4** - Carregadores de baterias para equipamentos de 2 peças

**4.2.5** - Tornozeleiras para equipamentos de 2 peças



**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

**4.2.6** - Outros componentes para equipamentos de 2 peças –  
unidade autônoma de monitoramento portada pelo indivíduo / módulo de comunicação

### **4.3 Remuneração referente às manutenções de equipamentos com avarias que possam ser reparadas**

Serão considerados “avariados” os equipamentos que não estiverem funcionando adequadamente, que apresentarem danos visíveis a olho nú e que, por não estarem “destruídos”, puderem ser devolvidos pela SAP à prestadora de serviços contratada para reparo remunerado.

Serão considerados “defeituosos” os equipamentos que não estiverem funcionando adequadamente ou não estiverem mais funcionando, que não apresentarem danos visíveis a olho nú e que, por aparentemente não estarem “destruídos” e mantiverem ainda aparência de novos, puderem ser devolvidos pela SAP à prestadora de serviços contratada para reparo não remunerado. No entanto, tendo em vista a possibilidade de equipamentos classificados a princípio como “defeituosos” poderem ter sofrido danos apenas internos (intencionais ou não), através, por exemplo, de aquecimento excessivo, sobretensões elétricas e batidas, a constatação de danos internos provocados, mas que sejam recuperáveis, formalmente documentada através de laudos técnicos (inclusive com fotografias), ensejará a remuneração da manutenção dos mesmos como equipamentos “avariados”, devido a esses danos internos recuperáveis verificados.

As quantidades inicialmente estimadas para a manutenção de equipamentos "avariados" reparáveis correspondem, para cada tipo de equipamento, a 50% das quantidades estimadas no item anterior para os equipamentos respectivos, sendo, portanto, 135 (cento e trinta e cinco) carregadores de baterias para equipamentos de 1 Peça, 963 (novecentos e sessenta e três) Tornozeleiras (equipamentos de 1 Peça) e mais 135 (cento e trinta e cinco) carregadores de baterias para equipamentos de 2 Peças, 963 (novecentos e sessenta e três) Tornozeleiras (equipamentos de 2 Peças) e ainda 963 (novecentos e sessenta e três) unidades de “outros equipamentos (módulos de comunicação);

#### **Regulamentação do Preço**

Compreende:

O reparo dos equipamentos (dedicados ao monitoramento de indivíduos submetidos a medidas cautelares de monitoramento) cedidos pela prestadora de serviços à SAP que sofrerem danos ou avarias considerados reparáveis, bem como as respectivas ferramentas e materiais eventualmente necessários à instalação e/ou desinstalação física de equipamentos de monitoramento em indivíduos submetidos a

## **Gabinete do Secretário e Assessorias Chefia de Gabinete**

medidas cautelares de monitoramento, inclusive as baterias e os SIM Cards indispensáveis à comunicação de dados do monitoramento.

### **Critério de Medição**

A remuneração mensal dos itens referentes aos reparos e às manutenções de equipamentos que sofrerem avarias ou danos considerados reparáveis será calculada através da quantidade de equipamentos que forem efetivamente reparados e entregues às respectivas unidades da SAP durante o período considerado, multiplicada pelo respectivo preço unitário:

**4.3.1** - Carregadores de baterias para equipamentos de 1 peça

**4.3.2** - Dispositivo com baterias externas para recarga autônoma ("descarregador")

**4.3.3** - Tornozeleiras para equipamentos de 1 peça

**4.3.4** - Carregadores de baterias para equipamentos de 2 peças

**4.3.5** - Tornozeleiras para equipamentos de 2 peças

**4.3.6** - Outros componentes para equipamentos de 2 peças –  
unidade autônoma de monitoramento portada pelo indivíduo / módulo de comunicação

### **Observação referente aos itens 4.1, 4.2 e 4.3:**

Embora os itens 4.2 e 4.3 tratem da remuneração de equipamentos avariados, o primeiro desses dois itens (4.2) corresponde a equipamentos que, devido à gravidade da avaria, não poderão ser consertados e/ou reaproveitados e, portanto, deverão ser substituídos, por equipamentos novos. Já o segundo desses itens (4.3), corresponde a equipamentos que, embora avariados, poderão ser consertados e voltar a ser utilizados. Assim sendo, tendo em vista que para esse último item se prevê um reaproveitamento (mesmo que parcial) do equipamento danificado, o respectivo valor da remuneração de cada equipamento reparado entregue para voltar a ser utilizado corresponderá a apenas 50% do valor da remuneração estabelecida para o fornecimento de um equipamento novo (fornecido em reposição a um equipamento perdido ou que sofreu avaria ou dano irreparável). Ou seja: os preços unitários relativos a equipamentos novos fornecidos em reposição a outros semelhantes, que correspondem aos subitens de 4.1 e 4.2 serão idênticos (para equipamentos do mesmo tipo), enquanto que os preços estabelecidos para remuneração dos equipamentos reparados, conforme estipulado nos subitens de 4.3, obrigatoriamente terão valores

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

iguais a 50% daqueles preços estabelecidos para a remuneração de equipamentos novos fornecidos em reposição (4.1 e 4.2). (Vide observação constante da Planilha)

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO  
TRABALHO**

(Modelo a ser redigido em papel timbrado da licitante)

À

Secretaria da Administração Penitenciária

**CONCORRÊNCIA CG nº 02/2015**

**PROCESSO SAP/GS nº 1560/2014**

Prezados Senhores,

....., inscrita no CNPJ nº ....., por  
intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador  
da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº .....,  
**DECLARA**, para fins do disposto no inciso V, do artigo 27 da Lei Federal  
8.666./93, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que  
não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou  
insalubre, nem contrata para qualquer trabalho, menor de dezesseis anos,  
salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.

São Paulo,     de                     de 2015.

\_\_\_\_\_  
Representante legal (nome/cargo/assinatura)

Nome da Empresa

(N.º do CNPJ da Empresa)

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

**ANEXO VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E  
REGULARIDADE A QUE SE REFERE O PARÁGRAFO ÚNICO, DO ARTIGO 117,  
DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

(Modelo a ser redigido em papel timbrando da licitante)

**CONCORRÊNCIA CG nº 02/2015  
PROCESSO SAP/GS nº 1560/2014**

À

Secretaria da Administração Penitenciária

Avenida General Ataliba Leonel, n.º 556 – Santana – São Paulo – SP

....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal, o (a), Sr (a)....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., DECLARA, sob as penas penalidades cabíveis a inexistência de fato impeditivo para sua habilitação na presente concorrência, bem como, consoante o disposto no Parágrafo único, do artigo 117, da Constituição do Estado de São Paulo, que atende, para a execução do objeto licitado, as normas relativas à saúde e segurança no trabalho.

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
Representante legal

(com carimbo da empresa)

OBS.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da proponente.

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

**ANEXO IX**

**MINUTA DO CONTRATO**

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA CG nº 02/2015**

TERMO DE CONTRATO CG n.º XX/2015

PROCESSO – SAP/GS n.º 1560/2014

Termo de Contrato que entre si celebram o Estado de São Paulo, Secretaria da Administração Penitenciária, por meio do Gabinete do Secretário e Assessorias e a empresa XXX para a prestação de serviço de MONITORAMENTO ELETRÔNICO POR GEOPOSICIONAMENTO FÍSICO DE INDIVÍDUOS SUBMETIDOS A MEDIDAS CAUTEALRES

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 2015, nesta cidade de São Paulo, compareceram de um lado o Estado de São Paulo, por meio do Gabinete do Secretário e Assessorias, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 96.291.141/0163-45, com sede na Avenida General Ataliba Leonel, nº 556 – Carandiru – São Paulo – S.P., neste ato, representada pela Senhora **AMADOR DONIZETI VALERO**, RG ....., Chefe de Gabinete, no uso de sua competência legal, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa ....., com sede, na Rua ....., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº ....., doravante designada **CONTRATADA**, neste ato, representada por ....., R.G....., e pelos mesmos foi dito na presença das testemunhas ao final consignadas, que em face da adjudicação efetuada na licitação na modalidade concorrência CG n.º 02/2015, conforme despacho exarado às fls. XXX do Processo SAP/GS n.º 1560/2014, pelo presente instrumento avençam um contrato que tem por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços de monitoramento remoto de indivíduos submetidos a medidas cautelares, por meio de rede de

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

telecomunicações e sistemas informatizados capazes de identificar e localizar equipamentos instalados nesses indivíduos, que serão monitorados simultaneamente em todo território nacional, de acordo com a legislação vigente e/ou em cumprimento a determinações do Judiciário, com produtos de telecomunicações homologados pela ANATEL, observadas as especificações técnicas constantes do Anexo II – PROJETO BÁSICO e Anexo IX – CONTRATO, sujeitando-se às normas da Lei federal n.º 8.666/93, Lei Estadual 6.544/89 suas alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, inclusive Resolução SAP nº 121/2015, e às seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa prestadora de serviços de monitoramento remoto de indivíduos submetidos a medidas cautelares, por meio de rede de telecomunicações e sistemas informatizados capazes de identificar e localizar equipamentos instalados nesses indivíduos, que serão monitorados simultaneamente em todo território nacional, de acordo com a legislação vigente e/ou em cumprimento a determinações do Judiciário, com produtos de telecomunicações homologados pela ANATEL, observadas as exigências do Projeto Básico, deste contrato e do edital.

A prestação dos serviços de monitoramento remoto de sentenciados abrange a instalação de toda a infra-estrutura para coleta, processamento e armazenamento das informações, de forma segura, em espaço da contratada, com disponibilização dos equipamentos, pessoal especializado e treinado, programas adaptados às necessidades da Secretaria e módulos de localização, cujo produto de telecomunicação seja homologado pela ANATEL.

Os módulos ofertados necessariamente consistirão em objetos possíveis de serem acoplados ao corpo, sem exposição ao ridículo ou ofensa à dignidade da pessoa que irá utilizá-los, e, deverão ser resistentes à imersão em água, exposição ao calor, bem como acusar qualquer tentativa do usuário de interferir no seu funcionamento.

Para assegurar a preservação do sigilo da identificação dos sentenciados, o sistema de informação do monitoramento deverá permitir o acesso

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

somente a usuários devidamente cadastrados, mediante a utilização de login e senha, conforme detalhado no Projeto Básico, proposta da contratada e anexos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O objeto contratual executado deverá atingir ao fim a que se destina com a eficácia e a qualidade requeridas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

O regime de execução será o de empreitada por preço unitário.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

1 - A execução do objeto desta licitação deverá seguir os prazos abaixo, contados sempre em dias corridos, observando-se o disposto no edital e no Projeto Básico, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato. A execução dos serviços será contada a partir da assinatura do Contrato, de acordo com os seguintes prazos:



**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

	Atividades	Responsabilidade	Prazo (dias)	15	30	45	60	75	90	105	120	135	150	165
1	Planejamento Inicial / Cronograma	CONTRATANTE / CONTRATADA	0 - 15	■										
2	Mobilização da Contratada	CONTRATADA	0 - 30	■	■									
3	Designação: usuários/treinandos/terminais acesso ao sistema	CONTRATANTE	0 - 15	■										
4	Realização do Treinamento	CONTRATANTE / CONTRATADA	15 - 60		■	■	■							
5	Primeira entrega de conjuntos de equipamentos (3.500 un)	CONTRATADA	0 - 45	■	■	■								
6	Segunda entrega de conjuntos de equipamentos (4.200 un)	CONTRATADA	60 - 105				■	■	■	■				
7	Implantação / operação assistida	CONTRATANTE / CONTRATADA	60 - 150				■	■	■	■	■	■	■	
8	Designação dos indivíduos a monitorar	CONTRATANTE	45 - Final				■	■	■	■	■	■	■	■
9	Cadastramento dos indivíduos a monitorar	CONTRATANTE	45 - Final				■	■	■	■	■	■	■	■
10	Vistoria (conjunta) equipamentos	CONTRATANTE / CONTRATADA	60 - Final				■	■	■	■	■	■	■	■
11	Monitoramento pleno	CONTRATANTE / CONTRATADA	150 - Final									■	■	■
	Total		910											

Atividade 1 - Planejamento Inicial / Cronograma contratual atividades – 15 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 2 - Mobilização da Contratada – 30 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 3 – Designação: usuários/treinandos/terminais acesso ao sistema – 15 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 4 - Realização do Treinamento – 45 dias corridos contados após concluída a quinzena inicial durante a qual a CONTRATANTE terá designado os usuários do sistema, os servidores que serão treinados inicialmente e os terminais (e/ou microcomputadores) que deverão, de início, ter acesso ao sistema de monitoramento de indivíduos submetidos a medidas cautelares.

Atividade 5 – Primeira entrega de conjuntos de equipamentos (3.500 un) – até 45 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 6 – Segunda entrega de conjuntos de equipamentos (4.200 un) – até 105 dias corridos contados desde a data de assinatura do

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

Contrato, mas com início efetivo da entrega no mínimo após 45 dias contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 7 - Implantação do monitoramento / operação assistida – início 45 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato, devendo perdurar até no mínimo 150 dias contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 8 – Designação dos indivíduos e restrições a monitorar – início 45 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 9 – Cadastramento dos indivíduos e restrições a monitorar – início 45 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 10 - Vistoria (conjunta) de equipamentos – início 60 dias corridos contados desde a data de assinatura do Contrato

Atividade 11 - Monitoramento pleno – início após 120 dias contados desde a data de assinatura do Contrato, até seu encerramento

2 - Os conjuntos de equipamentos referidos nas Atividades 5 e 6 deverão ser entregues no Fórum Criminal Central – Complexo Judiciário “Ministro Mario Guimarães”, Av. Abraão Ribeiro, 313, Barra Funda, São Paulo/SP.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA AFERIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS.**

1 - Para a comprovação das Atividades de 1 a 10 do cronograma previsto na Cláusula Segunda, a CONTRATADA deverá apresentar relatório, a cada período de 30 dias, que deverá ser entregue em até 2 (dois) dias úteis, contendo a descrição dos serviços desenvolvidos no período, acompanhadas de documentos comprobatórios, tais como fotos, notas fiscais de aquisição de equipamentos e/ou serviços, contrato de trabalho de empregados contratados, etc. e, ainda, os valores que entende devido no período.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

2 - A partir da Atividade 11 (monitoramento pleno), a CONTRATADA também deverá apresentar a cada período de 30 dias, relatório que deverá ser entregue em até 2 (dois) dias úteis, contendo:

- a) Relatórios consolidados, conforme item 2.1.1.14 do Projeto Básico.
- b) os preços unitários contratados.
- c) Outros relatórios/informações que porventura forem necessários, solicitados pelo Contratante.

3 - As disposições contidas nesta cláusula não afastam demais exigências previstas na Regulamentação de Preços e Critérios de Medição (Anexo VI do Edital).

**CLAÚSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

1 - O recebimento da **implantação da solução de monitoramento**, compreendendo as Atividades de 1 a 10 do cronograma contratual, obedecerá o seguinte procedimento:

- a) A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, por e-mail ou correspondência escrita, quanto à conclusão de cada Atividade do cronograma estipulado, com vistas ao acompanhamento de sua execução e eventual verificação de mora da Contratada;
- b) O **Aceite Provisório** será emitido, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a comunicação, pela CONTRATADA, quanto à finalização das Atividades de 1 a 10 do cronograma contratual;
- c) Emitido o Aceite Provisório, após analisar os relatórios mensais apresentados pela CONTRATADA, o CONTRATANTE emitirá o **Aceite Definitivo**, no prazo de 10 (dez) dias úteis;
- d) Constatadas pendências na implantação da solução, a CONTRATADA será notificada para a realização dos serviços faltantes, de modo que o prazo previsto no item anterior, começará a fluir novamente, quando da comprovação da conclusão dos serviços.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

2 – O recebimento dos **serviços de monitoramento**, compreendidos a partir da Monitoração Plena, obedecerá o seguinte procedimento:

2.1 - A partir da **Monitoração Plena** (Atividade 11,) iniciar-se-ão as medições dos serviços de monitoramento, a cada período de 30 dias, comprovados por meio dos relatórios exigidos no item 2 da Cláusula Terceira do Contrato ou outros que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.

a) O CONTRATANTE, por intermédio do Departamento de Inteligência da Secretaria da Administração Penitenciária, terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do Protocolo, para aprovação dos serviços, mediante exame dos relatórios e da documentação recebida e realização de testes cabíveis;

b) Os relatórios que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada para as devidas correções. Neste caso, o prazo para a aprovação dos serviços começará a fluir a partir do recebimento do novo relatório.

c) Aprovados os relatórios, o CONTRATANTE emitirá **Termo de Aceitação dos serviços**.

**CLAÚSULA QUINTA – DAS MEDIÇÕES, DOS PAGAMENTOS E DO REAJUSTE DE PREÇOS**

1 - As medições para faturamento, tanto da fase de implantação quanto da fase de monitoramento propriamente dito, deverão ocorrer a cada período de 30 dias a partir da assinatura do contrato. A CONTRATADA deverá apresentar relatório, na forma prevista na Cláusula Terceira deste Contrato, que deverá ser entregue em até 2 (dois) dias úteis, no Departamento de Inteligência e Segurança Penitenciária, situado na Avenida General Ataliba Leonel, 556 – Santana, São Paulo. Após a aprovação destes, deverá ser encaminhada a respectiva Nota Fiscal/Fatura.

2 - A aprovação dos relatórios deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

contados do seu recebimento, ocasião em que será emitido o **Termo de Aceitação dos Serviços**.

3 - Os relatórios que apresentarem incorreções serão devolvidos à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o item 2 desta cláusula começará a fluir a partir da data de apresentação do novo relatório, sem incorreções.

4 - A contratada deverá apresentar a nota fiscal/fatura no primeiro dia útil subsequente à comunicação da aprovação dos relatórios/valores.

5 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente no prazo de 30 (trinta) dias (*art. 2º do Decreto nº 32.117, de 10/08/1990, com redação dada pelo Decreto nº 43.914, de 26/03/1999*), contados da data da apresentação do relatório de prestação de serviços referido no item 1 desta cláusula, acompanhado do termo de aprovação do relatório.

6 - A contratada, ao firmar o presente, deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços.

I-) Caso se mostre exigível a retenção do imposto, o Contratante, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota fiscal/fatura e recolher a respectiva importância em nome da Contratada.

II-) Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do imposto pelo tomador dos serviços, a Contratada deverá obedecer as seguintes regras:

a) apresentar declaração da Prefeitura com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;

b) apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciados à data de emissão da nota fiscal/fatura;

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

c) caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal/fatura não ha decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a Contratada apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

7 - O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil S/A.

8 - Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da contratada no "cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião de cada pagamento.

9 - Havendo atraso nos pagamentos, sobre o valor devido incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei estadual nº 6.544/1989, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "*pro rata tempore*" em relação ao atraso verificado.

10 - O valor da prestação mensal devida pelo contratante será reajustado anualmente, mediante a aplicação da seguinte fórmula paramétrica:

$$R = Po. \left[ \left( \frac{IPC}{IPC_o} \right) - 1 \right]$$

*(OBS: Trata-se da fórmula paramétrica estabelecida no § 5º do art. 1º da Resolução CC-79, de 12/12/2003)*

11 - A periodicidade anual, de que trata o item 10 desta cláusula, será contada a partir da data da apresentação da proposta.

12 - Para fins de medição e remuneração, serão observados os critérios estabelecidos na Regulamentação de Preços e Critérios de Medição (Anexo

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

VI do Edital) e os preços orçados na Proposta Comercial da Contratada.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR E DOS RECURSOS**

O valor total estimado do presente contrato é de R\$ X,XX (XXX), sendo R\$ X,XX (XXX) referente ao exercício de 2015 e R\$ X,XX (XXX) referente aos demais exercícios. No presente exercício o valor onerará o subelemento econômico n.º XXX, devendo o restante onerar recursos orçamentários futuros, se efetivamente consignados valores a esse título.

**CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do objeto contratado, podendo, ainda, realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, efetuando avaliação periódica da qualidade e do andamento dos serviços prestados.

A fiscalização dos serviços será realizada pela Diretoria do Departamento de Inteligência e Segurança da Secretaria de Administração Penitenciária, que será a gestora do contrato, de acordo com o art. 67, da Lei nº 8.666/93, devendo praticar todos os atos, visando ao perfeito cumprimento do contrato.

Os serviços de Monitoramento georeferenciado de sentenciados serão executados de acordo com os requisitos especificados no Projeto Básico e anexos.

O gestor do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, inclusive a observância do seu prazo de vigência, os pagamentos dos prestadores de serviços e cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

A fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE não exclui, nem reduz a completa responsabilidade da CONTRATADA pela inobservância de qualquer obrigação assumida.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA, além das obrigações constantes no Projeto Básico, daquelas estabelecidas em cláusulas próprias deste instrumento, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitação, cabe:

I - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

II - Designar por escrito, por ocasião da celebração do Contrato, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato;

III- Fazer seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidente de trabalho, responsabilizando-se pelas prescrições e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;

IV - Apresentar ao CONTRATANTE, quando exigido, comprovantes de pagamentos de salários, apólices de seguro contra acidente de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias relativas aos seus empregados que prestam ou tenham prestado serviço ao CONTRATANTE, por força deste contrato.

V - Assumir todas as responsabilidades e adotar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito;

VI - Cumprir as posturas do Município e as disposições estaduais e federais que interfiram na prestação dos serviços;

VII - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;



**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

VIII - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e a qualificação exigidas na fase de licitação, indicadas no preâmbulo deste termo;

IX - Manter pessoal e material em número suficiente, de forma cumprir as obrigações assumidas;

X - Comunicar ao CONTRATANTE toda(s) vez(es) que ocorrer afastamento ou qualquer irregularidade, substituição ou inclusão de qualquer integrante da equipe que esteja prestando serviços;

XI - responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus ao CONTRATANTE, para que não haja interrupção dos serviços prestados;

XII - Substituir qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, no prazo que for determinado.

XIII - Manter seu pessoal devidamente identificado por meio de crachás, com fotografia recente e ciente das condições de sigilo constantes do Termo de Sigilo;

XIV - Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços;

XV - Atender de imediato as solicitações do Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

XVI - Responsabilizar-se pelo encargos trabalhistas, dissídios coletivos, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como pelo cumprimento das normas legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, e as normas internas de segurança e medicina do trabalho, resultantes da execução deste contrato, sem a transferência de qualquer ônus ao CONTRATANTE;

XVII - Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE;

XVIII - Atuar em todas as fases do projeto e/ou tarefa, avaliando o seu desenvolvimento e promovendo ações que assegurem os resultados objetivados nos serviços contratados;

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

- XIX – Prestar apoio técnico aos componentes de sua equipe técnica;
- XX – Orientar a sua equipe técnica para os padrões de qualidade definidos pela contratante, assim como para os padrões de implementação, a fim de garantir que a solução seja segura e eficiente quanto ao desempenho e consumo de recursos para sua operacionalização;
- XXI – Responder pela gestão de seus técnicos, coordenando as fases do projeto e tarefa em execução;
- XXII – Devolver os documentos encaminhados pela Secretaria da Administração Penitenciária para especificação dos serviços, bem como outras especificações decorrentes desta, os códigos fontes, os executáveis e documentação pertinente a todos os serviços contratados;
- XXIII – Permitir como medida de segurança adicional, a realização de revisão de segurança da informação pela Secretaria da Administração Penitenciária ou por empresa especializada, designada pela CONTRATANTE;
- XXIV – Colocar o plano de contingência, em operação, sempre que necessário;
- XXV – Assegurar livre acesso à fiscalização do CONTRATANTE aos locais de trabalho e atender eventuais exigências solicitadas, no prazo por ele estabelecido, bem como fornecer as informações solicitadas;
- XXVI – Propiciar aos seus empregados as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento dos serviços, fornecendo-lhes os equipamentos e materiais para o com desempenho e controle de tarefas afins.
- XXVII – Informar ao CONTRATANTE sobre o cumprimento dos prazos previstos no cronograma contratual;
- XXVIII – Elaborar relatórios e/ou extraí-los do sistema utilizado, quando solicitado pelo CONTRATANTE, com vistas ao adequando acompanhamento da execução contratual;
- XXIX – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados;
- XXX – A CONTRATADA reconhece desde já o direito do CONTRANTE em

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

realizar glosas nos relatórios de medições, quando as quantidades e valores indicados pela CONTRATADA estiverem em desacordo com os serviços efetivamente prestados.

**CLAÚSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

O CONTRATANTE, além das obrigações decorrentes da observância à Lei de Licitações e Contratos, lei nº 8.666/93, deverá:

- I- Indicar formalmente o gestor e /ou fiscal para acompanhamento da execução contratual;
- II- Exercer a fiscalização dos serviços;
- III- Facilitar, quando necessário, o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhe acesso às suas instalações e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste contrato;
- IV- Efetuar periodicamente a programação dos serviços a serem executados pela Contratada;
- V- Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas.
- VI – Realizar glosas nos relatórios de medições, quando as quantidades e valores indicados pela CONTRATADA estiverem em desacordo com os serviços efetivamente prestados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias ao objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do CONTRATO, conforme dispõe o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei federal 8.666/93.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Eventual alteração Contratual será obrigatoriamente formalizada por meio

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

de Termo Aditivo ao presente CONTRATO, respeitadas as disposições da Lei Federal 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

Se a CONTRATADA inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n. 8666/93, artigos 80 e 81 da Lei Estadual n. 6544/89, de acordo com o estipulado na Resolução SAP nº 121/2015 no que couber.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A licitante que ensejar retardamento do certame, não mantiver a proposta ou fizer declaração falsa, inclusive aquela prevista no inciso I, do artigo 40, da Lei Estadual n. 13.121, de 07 de julho de 2008, garantindo o direito prévio de citação e ampla defesa, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas neste edital e no termo de contrato das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

O CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar das faturas, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO E RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE**

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 75 a 82 da Lei Estadual nº 6.544/89 e artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal n. 8666/93.

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

**PARAGRAGO PRIMEIRO**

A CONTRATADA reconhece, desde já, os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79, da Lei 8.666/93 e no art. 77 da Lei 6.544/89.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA TOTAL OU PARCIAL DO OBJETO DESTES CONTRATO.**

É defeso à CONTRATADA a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, bem como sua cessão ou transferência, total ou parcial.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente contrato terá prazo de 30 (trinta) meses, contados a partir da data da assinatura, com início em \_\_\_\_ e término em \_\_\_\_.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O prazo mencionado no caput desta cláusula poderá ser prorrogado por igual (is) e sucessivo (s) período (s), a critério do CONTRATANTE, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidas pela legislação vigente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A Contratada poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recebido pelo contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Não obstante o prazo estipulado no caput desta cláusula, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do pacto, estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada na existência dos recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

**PARÁGRAFO QUARTO**

Ocorrendo a resolução do contrato com base na condição estipulada no parágrafo anterior, a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

**PARÁGRAFO QUINTO**

A não prorrogação contratual por razões de conveniência da Administração, não gerará para a CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

**PARÁGRAFO SEXTO**

Eventual prorrogação de prazo de vigência será formalizada por meio de Termo Aditivo a este contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CONFIDENCIALIDADE, DIREITO PATRIMONIAL, PROPRIEDADE INTELECTUAL E DOCUMENTAÇÃO DOS PRODUTOS GERADOS.**

A CONTRATADA obrigar-se-á a tratar como “segredos comerciais e confidenciais”, dados e informações disponibilizados ou conhecidos em decorrência da prestação de serviços, bem como tratá-los como matéria sigilosa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Fica a CONTRATADA terminantemente proibida de fazer uso ou revelação, sob nenhuma justificativa, a respeito de quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou outros materiais de propriedade do CONTRATANTE aos quais tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços, utilizando-os apenas para a finalidades previstas, não podendo revelá-los ou facilitar a sua revelação a terceiros, sem a autorização expressa, por escrito, da SAP/SP.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Os empregados da CONTRATADA deverão obedecer às normas sobre

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

confidencialidade e segurança, internas e externas, adotadas pelo CONTRATANTE, além das cláusulas específicas constantes deste instrumento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

O descumprimento das obrigações relacionadas com confidencialidade e segurança de dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem e perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos.

**PARÁGRAFO QUARTO**

O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula ensejará a aplicação de multa, nos termos da Resolução SAP nº 121/2015.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – GARANTIA DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS**

A garantia dos equipamentos objetos do monitoramento eletrônico, assim identificados como equipamentos “defeituosos”, nos termos do Projeto Básico, deverá vigorar durante toda a vigência do contrato, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Fica ajustado, ainda, que:

I – Considerando-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

- o Edital de Licitação Concorrência nº 02/2015 e seus anexos;
- as propostas apresentadas pela CONTRATADA;
- a Resolução SAP nº 121/2015;

II- Serão de propriedade exclusiva da CONTRATANTE os relatórios,

---

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

projetos e quaisquer outros documentos elaborados pela CONTRATADA, referente ao objeto do contrato.

III Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Estadual nº 6.544/1989, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

IV – Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente contrato em três (03) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas



**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

**ANEXO X**

**RESOLUÇÃO SAP Nº 121/2015**

Dispõe sobre a aplicação das multas previstas na Lei federal 8.666/93 e na Lei estadual 6.544/89, no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária referente à contratação de empresa prestadora de serviços de monitoramento remoto de indivíduos submetidos a medidas cautelares, por meio de rede de telecomunicações e sistemas informatizados capazes de identificar e localizar equipamentos instalados nesses indivíduos, que serão monitorados simultaneamente em todo território nacional, de acordo com a legislação vigente e/ou em cumprimento a determinações do Judiciário, com produtos de telecomunicações homologados pela ANATEL, objeto da Concorrência CG nº 02/2015.

O Secretário da Administração Penitenciária, nos termos do artigo 3º do Decreto 31.138, de 09/01/90, e suas alterações posteriores, resolve:

Artigo 1º- A aplicação das multas a que se referem os artigos 81, 86 e 87, inciso II, da Lei federal 8.666/93, e artigos 79, 80 e 81, inciso II, da Lei estadual 6.544/89, pelas autoridades mencionadas na Resolução SAP 108 de 20/09/93, sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 80 da Lei estadual 6.544/89, obedecerão às normas estabelecidas na presente Resolução.

Artigo 2º- A recusa injustificada em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, ensejará a aplicação de multa na seguinte conformidade:

I- 10% (dez) por cento do valor total do contrato;

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

Artigo 3º - A inexecução total do ajuste ensejará a aplicação de multa na seguinte conformidade:

I- 10% (dez) por cento do valor total do contrato;

Artigo 4º - A inexecução parcial do ajuste ensejará a aplicação de multa na seguinte conformidade:

I – No caso da Contratada deixar de entregar quaisquer dos equipamentos que compõem o conjunto de monitoramento (tornozeleira, carregador de bateria ou outros componentes) solicitados pela Administração, referentes à reposição dos equipamentos avariados, defeituosos, perdidos e/ou destruídos, ou entregá-los fora dos prazos pactuados, prejudicando, desse modo, a monitoração dos indivíduos submetidos a medidas cautelares, multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em relação a cada indivíduo que foi prejudicado;

II – A indisponibilidade média do sistema de monitoramento não deve ultrapassar 04 horas/mês, sob pena de aplicação de multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para cada hora de indisponibilidade acima do limite tolerado;

III – Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por hora de indisponibilidade dos cursos on-line (capacitação/treinamento) previstos no Projeto Básico;

IV – Nos demais casos, multa de 10% (dez) por cento do saldo financeiro não realizado.

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

Artigo 5º - O atraso injustificado na execução da contratação ensejará a aplicação de multa na seguinte conformidade:

I - No caso de descumprimento do prazo previsto para quaisquer das atividades do cronograma da Cláusula Segunda do Contrato, de responsabilidade da Contratada, multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso;

II - No caso de atraso na entrega de quaisquer dos equipamentos que compõem o conjunto de monitoramento (tornozeleira, carregador de bateria ou outros componentes) solicitados pela Administração, referentes à reposição dos equipamentos avariados, defeituosos, perdidos e destruídos, multa de R\$ 40,00 (quarenta reais) por dia de atraso em relação à cada um dos equipamentos (tornozeleira, carregador de bateria ou outros componentes) entregues com atraso;

Parágrafo único - As multas por atraso não poderão exceder a 25% (vinte e cinco) por cento do valor total do ajuste.

Artigo 6º - A violação da Cláusula Décima Sexta do Contrato (Da confidencialidade, direito patrimonial, propriedade intelectual e documentação dos produtos gerados) ensejará a aplicação de multa na seguinte conformidade:

I- 5% (cinco) por cento do valor total do ajuste;

Artigo 7º - Os valores das multas serão descontados dos pagamentos devidos ao contratado ou da garantia do contrato. Inexistindo estes, deverão ser recolhidos pelo contratado no prazo de 30 dias a contar da data da aplicação da penalidade ou do indeferimento do recurso, sob pena de cobrança judicial.

---

**Gabinete do Secretário e Assessorias**  
**Chefia de Gabinete**

Artigo 8º - Decorrido o prazo para pagamento, as multas serão corrigidas monetariamente, de acordo com índice oficial, até a data de seu recolhimento.

Artigo 9º - As multas estabelecidas nesta Resolução são autônomas e a aplicação de uma não exclui a da outra.

Artigo 10 - As normas estabelecidas nesta Resolução deverão integrar, sob forma de anexo, o instrumento de contrato que tem por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços de monitoramento remoto de indivíduos submetidos a medidas cautelares, por meio de rede de telecomunicações e sistemas informatizados capazes de identificar e localizar equipamentos instalados nesses indivíduos, que serão monitorados simultaneamente em todo território nacional, de acordo com a legislação vigente e/ou em cumprimento a determinações do Judiciário, com produtos de telecomunicações homologados pela ANATEL

Artigo 11 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Secretário e Assessorias  
Chefia de Gabinete**

**ANEXO XI**

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU  
COOPERATIVA**

**À**

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**

**SÃO PAULO/SP**

**CONCORRÊNCIA CG nº 02/2015**

**PROCESSO SAP/GS nº 1560/2014**

(nome/razão/social)....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, sob as penalidades legais, que a empresa acima nominada atende aos limites estabelecidos nos incisos I ou II do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 para o enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, respectivamente, ou Cooperativa enquadrada no artigo 34, da Lei nº 11.488/07, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do artigo 3º, da Lei Complementar 123/2006.

.....  
(data)

.....  
(Nome/Cargo/Assinatura do Representante Legal)

*(Observação: Este documento deverá ser elaborado em papel timbrado e apresentado **fora dos envelopes**, acompanhando da declaração de cumprimento aos requisitos da habilitação).*